



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE GEOGRAFIA

PAULA PORTO BANDEIRA DOS SANTOS

TERRITÓRIO, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA: a territorialidade camponesa na
construção social da memória da Guerrilha do Araguaia no Sudeste do Pará

Marabá

2024

PAULA PORTO BANDEIRA DOS SANTOS

TERRITÓRIO, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA: a territorialidade camponesa na
construção social da memória da Guerrilha do Araguaia no Sudeste do Pará

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Geografia da Universidade Federal
do Sul e Sudeste do Pará, como requisito para
obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Alexandre
Pimentel

Co-Orientador: Prof. Dr. Rogério Rego
Miranda

Co-Orientadora: Prof.^a Dr.^a Naurinete
Fernandes Inácio Reis

Marabá

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Biblioteca Setorial Josineide da Silva Tavares

S237t Santos, Paula Porto Bandeira dos
Território, memória e resistência: a territorialidade camponesa na construção social da memória da Guerrilha do Araguaia no Sudeste do Pará / Paula Porto Bandeira dos Santos. — 2024.
104 f. : il. color.

Orientador(a): Marcos Alexandre Pimentel ; coorientador(a): Rogério Rego Miranda, Naurinete Fernandes Inácio Reis.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Geografia, Curso de Bacharelado em Geografia, Marabá, 2024.

1. Territorialidade humana. 2. Memória coletiva. 3. Quilombolas - Territórios ocupados. 4. Patrimônio cultural - Proteção. 5. Política pública. 6. Guerrilhas - Araguaia, Rio, Região. I. Pimentel, Marcos Alexandre, orient. II. Miranda, Rogério Rego, coorient. III. Reis, Naurinete Fernandes Inácio, coorient. IV. Título.

CDD: 22. ed.: 304.23098115

Elaborado por Miriam Alves de Oliveira – CRB-2/583

Dedico este trabalho de pesquisa à minha mãe, Maria Aldeni Porto Barbosa, e ao meu pai, Osvaldo Bandeira dos Santos, que são exemplos de pais que superaram adversidades e sempre lutaram pela minha educação. Agradeço também ao meu querido irmão Tiago Porto (in memoriam), por todos os anos em que esteve ao meu lado, oferecendo carinho e amor, deixando-me eternas saudades. Por fim, dedico este trabalho aos camponeses que, com muita luta e dor, resgataram suas memórias e nos presentearam com suas histórias.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, que me fortaleceu diariamente e me deu forças para continuar. Agradeço aos meus pais, Maria Aldeni e Osvaldo Bandeira, que não mediram esforços ao longo da vida para me preparar e fortalecer em minha caminhada. Aos meus irmãos, Francivaldo Porto, Marcos Porto, Pâmela Porto, Keila Soares, e especialmente ao meu querido irmão Tiago Porto, que, embora não esteja mais conosco, deixa grandes saudades.

Agradeço também aos meus tios, com especial menção à minha tia Terezinha, que se colocou ao longo de toda a minha vida como uma segunda mãe, e à minha tia Osmarina, que, como uma mulher forte, inteligente e protagonista de sua própria vida, sempre incentivou meus estudos e esteve presente sempre que precisei. Agradeço o companheirismo das minhas cunhadas, de todos os meus sobrinhos e primos, com especial gratidão à minha prima Lígia Brito, que fez minha inscrição na Universidade, e à minha prima Karolaine Porto, por sua amizade e companheirismo. A todos os demais familiares que, de alguma forma, foram excepcionais em minha trajetória, deixo meu sincero agradecimento.

Também agradeço a algumas pessoas que foram fundamentais na construção deste trabalho. Naurinete Fernandes, coordenadora do Projeto de Extensão PJ002-2020 "Pelo direito à memória, à verdade e à justiça: organização, catalogação e disponibilização de acervo com narrativas orais dos camponeses envolvidos na Guerrilha do Araguaia" (Edital 017/2019 PIBEX Projetos), projeto que guarda o acervo com as narrativas orais apresentadas aqui. Agradeço também aos camponeses Edna Rodrigues, Dalvanira Oliveira, Neusa Vieira e seus filhos, ao senhor José Veloso e Adão Araújo, que, embora não os conheça pessoalmente, disponibilizaram informações valiosas por meio de suas memórias para a construção deste trabalho.

Aos meus colegas de turma e amigos da graduação, agradeço pela troca, união e companheirismo até o final do curso. Em especial, quero mencionar Elna Nasário, Izabela Paz (Bela), Lucas Almeida, Euzio Ribeiro, Matheus Martins, Matheus Vasconcelos, Rebecka Almeida, Vagner Pereira, Hananel Almeida, Thalita Geovana, Luana e Aritana que se tornaram pessoas que estarão para sempre em meu coração.

Agradeço imensamente às minhas almas gêmeas e amigas de vida, Ana Karoline e Julia Fernanda, por sempre me derem forças. Um agradecimento especial à minha amiga e

companheira de aluguel, Alana Inácio, que, apesar de ser meu estresse diário, foi a principal pessoa a me apoiar na construção deste trabalho. Vocês são fundamentais na minha vida.

Agradeço à Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará e à Faculdade de Geografia pela oportunidade de iniciar e concluir minha graduação. Agradeço a todos os professores que me acompanharam ao longo do curso, com especial gratidão à professora Rita Vidal, à professora Gleice Kelly, ao professor Abraão Mascarenhas, ao professor Marcus Vinícius e ao meu co-orientador Rogério Miranda, por seus conselhos e orientações.

Agradeço também à banca avaliadora por se dispor a somar nessa fase final do curso. Enfim, meu muito obrigada a todos!

“Memórias não desaparecem. Onde você acha que estão todas as inúmeras memórias que você vê, ouve e sente ao longo da sua vida? Elas estão estagnadas na alma. Mesmo que meu cérebro tenha esquecido, minha alma não esqueceu”.

Lovely Runner

RESUMO

A Guerrilha do Araguaia foi um movimento de resistência armada que surgiu de 1972 a 1974 às margens do rio Araguaia, localizada entre as divisas do sul e sudeste do Pará, norte do estado do Tocantins (à época, estado de Goiás) e oeste do Maranhão. A memória coletiva de camponesas e camponeses destaca as diversas atrocidades que enfrentaram durante o conflito e demonstra que o movimento de extermínio ao movimento guerrilheiro impactou profundamente a vida desses grupos sociais da região. Este trabalho tem como objetivo geral de que forma a territorialidade camponesa foi apropriada na construção social da memória da Guerrilha no Sudeste do Pará, além de trazer à tona o reconhecimento dos fatos vividos por esses sujeitos profundamente afetados. Através da metodologia da história oral desses camponeses, é possível explorar a relação entre território e memória, onde ambos se apresentam como conceitos complexos e multifacetados, com diversas dimensões que se influenciam. Além disso, a pesquisa se baseou na revisão bibliográfica e na análise de entrevistas com camponeses envolvidos na Guerrilha do Araguaia, conduzidas à luz do referencial teórico sobre memória social. Esse referencial sustentou a compreensão da tríade conceitual e os impactos das estratégias militares de extermínio sobre o movimento guerrilheiro e o modo de vida camponês. Nesse sentido, verifica-se que certos territórios se tornaram lugares de memória em virtude dos eventos significativos que neles ocorreram, abrigando tanto memórias individuais quanto coletivas. O território exerce um papel essencial como suporte para a memória, ao fornecer um contexto específico que molda a forma como as lembranças são evocadas e interpretadas. Além disso, destacou-se o protagonismo das mulheres e os diversos desafios que enfrentaram no Sudeste Paraense.

Palavras-Chave: Memória; Territorialidade; Territorialização; Guerrilha do Araguaia.

ABSTRACT

The Guerrilha do Araguaia Guerrilla was an armed resistance movement that emerged from 1972 to 1974 on the banks of the Araguaia River, located between the borders of southern and southeastern Pará, northern Tocantins state (at the time, Goiás state) and western Maranhão. The collective memory of peasants highlights the various atrocities they faced during the conflict and demonstrates that the extermination of the guerrilla movement had a profound impact on the lives of these social groups in the region. The general aim of this work is to understand how peasant territoriality was appropriated in the social construction of the memory of the Guerrilla in the southeast of Pará, as well as to bring to light the recognition of the events experienced by these deeply affected individuals. Through the methodology of the oral history of these peasants, it is possible to explore the relationship between territory and memory, where both are presented as complex and multifaceted concepts, with various dimensions that influence each other. In addition, the research was based on a literature review and analysis of interviews with peasants involved in the Guerrilha do Araguaia, conducted in the light of the theoretical framework on social memory. This framework supported an understanding of the conceptual triad and the impact of military extermination strategies on the guerrilla movement and the peasant way of life. In this sense, it can be seen that certain territories have become places of memory because of the significant events that took place there, housing both individual and collective memories. The territory plays an essential role as a support for memory, by providing a specific context that shapes the way memories are evoked and interpreted. In addition, the protagonism of women and the various challenges they faced in southeastern Pará were highlighted.

Keywords: Memory; Territoriality; Territorialization; Araguaia Guerrilla.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Mapa das bases guerrilheiras.....	48
FIGURA 2 - Localização da Região do Bico do Papagaio	54
FIGURA 3 - Regionalização proposta por FETAGRI (2019).....	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATGA	Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia
CIE	Centro de Inteligência do Exército
CM	Comissão Militar
OEА	Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos
ELN	Exército de Libertação Nacional
FETAGRI-PA	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultoras e Agricultores Familiares do Pará
FALN	Forças Armadas de Libertação Nacional
FSLN	Frente Sandinista de Libertação Nacional
FAR	Forças Armadas Revolucionárias
GR	Guerra Revolucionária
GETAT	Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
MR	Movimento Revolucionário
MIR	Movimento de Esquerda Revolucionária
OSCs	Organizações da Sociedade Civil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCC	Partido Comunista Chinês
PDA	Plano de Desenvolvimento da Amazônia
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PIN	Programa de Integração Nacional
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
POLOP	Organização Popular Revolucionária Marxista Política Operária
CNV	Relatório da Comissão Nacional da Verdade
SNI	Serviço Nacional de Informações
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
STTRs	Sindicato dos Trabalhadores Rurais e dos Agricultores e Familiares
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus

VAR-Palmares

Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

VPR

Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1: MEMÓRIA, TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE CAMPONESA NO SUDESTE PARAENSE.....	21
1.1 Memória social, territorialidades e campesinato	21
1.2 O Estado e a construção das ofensivas militares e da Guerrilha do Araguaia.....	31
1.3 As territorialidades camponesas em meio à Guerrilha e a construção das memórias de resistência no Sul e Sudeste do Pará.....	36
1.3.1 As memórias de resistência camponesa na Guerrilha do Araguaia.....	38
1.3.2 A dinâmica territorial da Guerrilha no Sul e Sudeste do Pará.....	45
CAPÍTULO 2: UM FRAGMENTO DA FORMAÇÃO TERRITORIAL DA REGIÃO DO SUDESTE PARAENSE	53
2.1 Constituição do campesinato na região Sudeste Paraense.....	53
2.2 Luta armada no contexto da guerrilha do Araguaia	63
CAPÍTULO 3: MEMÓRIA COMO FORMA DE RESISTÊNCIA	72
3.1 Relatos de luta dos camponeses no Sudeste Paraense.....	74
3.2 Protagonismo feminino e Resistência Camponesa na Guerrilha do Araguaia	80
CONCLUSÃO.....	91
REFERÊNCIAS	96
ANEXOS	103

INTRODUÇÃO

Tomando a mesorregião do sudeste paraense como recorte espacial para a análise, procura-se compreender as relações entre a Guerrilha do Araguaia e a ocupação camponesa dessa região, analisando como este protagonismo de resistências que foi construído desde a década de 1960, principalmente, no que se refere à posse e permanência na terra, bem como os impactos que os camponeses sofreram em razão das estratégias elaboradas pelos militares das Forças Armadas na caça e extermínio ao movimento guerrilheiro.

Parte-se da premissa de que essas questões podem ser melhor compreendidas a partir do conceito de memória, que inclui uma gama de aspectos que permitem compreender qualitativamente o contexto histórico que envolveu a Guerrilha do Araguaia, assim como a dinâmica política, social e econômica do país durante o período de confronto e suas consequências para a sociedade. Dessa forma, através da memória, é possível aprofundar o conhecimento dos acontecimentos ocorridos, desafiando narrativas oficiais distorcidas e promovendo reparações simbólicas dos crimes passados.

Essa pesquisa surgiu a partir da necessidade de analisar as formas pelas quais os camponeses foram afetados durante a Guerrilha do Araguaia, bem como de contribuir para o reconhecimento dos fatos vivenciados por esses sujeitos. O reconhecimento desses fatos é, portanto, essencial para o estabelecimento da verdade e é também uma questão de justiça histórica, possibilitando que esses processos sejam reconhecidos e que as injustiças sejam reparadas, conforme Ferenczi (1933 [1992]) o reconhecimento tem caráter de reparação. Nesse sentido, as experiências e saberes dos camponeses garantem que as atrocidades cometidas não sejam esquecidas e são uma forma de reafirmar o compromisso com os direitos humanos.

As narrativas orais das experiências desses sujeitos sociais deram subsídio para justificar essa pesquisa, possibilitando aprofundar a compreensão dos desdobramentos dos fatos relacionados à repressão militar e às suas implicações na territorialidade do campesinato do Araguaia. A memória concebida pelos camponeses dessa região transmite as experiências, bem como expõe as inúmeras atrocidades que os camponeses foram submetidos. Muitos deles viram suas residências e lavouras destruídas, foram vítimas de torturas e agressões, sendo ainda obrigados a deixar suas terras, resultando na quebra do elo

de pertencimento desses camponeses com a terra que habitavam e compartilhavam seus saberes e modo de vida (Reis, 2021).

A memória dos camponeses sobre a Guerrilha desempenha um papel fundamental na preservação, compreensão e divulgação dos fatos relacionados ao conflito, proporcionando uma visão multifacetada dos eventos e possibilita identificar as resistências¹ desenvolvidas pelos camponeses durante o período de conflito. Nesse sentido, as narrativas orais são essenciais para revelar a verdade sobre os eventos históricos distorcidos e ocultos relacionados ao conflito armado.

Como objeto da pesquisa, temos a construção da memória da Guerrilha do Araguaia a partir das experiências dos camponeses que vivenciaram esse contexto. As memórias, expressas através das narrativas, constituem o ponto básico e fundamental das análises, a partir dos procedimentos metodológicos da história oral temática e da história oral de vida, conforme abordagem de Alberti (2004).

História oral temática é uma abordagem que consiste em coletar e preservar relatos de vivências de indivíduos, destacando as memórias coletivas como fonte de conhecimento histórico. Dessa forma, a História oral temática costuma ser analisada a partir do envolvimento de um grupo específico em determinados acontecimentos. Trata-se de uma ferramenta eficaz para investigar e registrar a diversidade de experiências ligadas a um tema e um sujeito afetado, além de abrir caminho para uma compreensão mais ampla e integradora do passado e do presente.

Em relação à História oral de vida, temos, portanto, uma maior concentração na história propriamente individual do sujeito, ou seja, contado por ele próprio. É uma importante ferramenta para compreender a história a partir da perspectiva de experiências pessoais, valorizando assim a memória individual de cada sujeito. A história oral temática e de vida, seguem um processo metodológico que utiliza como base as narrativas de determinados sujeitos para serem analisadas e discutidas sobre determinadas propostas e temas.

A História oral temática e de vida dos camponeses que vivenciaram a Guerrilha do Araguaia, expressa seus modos de vida, suas vivências e saberes tradicionais, assim como

¹ “Resistência é um conceito originariamente ético, e não estético. O seu sentido mais profundo apela para a força da vontade que resiste a outra força, exterior ao sujeito. Resistir é opor a força própria à força alheia. O cognato próximo é in/sistir; o antônimo familiar é de/sistir” (Bosi, 1996, p. 11). Nesse sentido, estamos considerando que a memória socialmente construída atua como uma referência para a construção dessa resistência.

suas territorialidades. Manifesta as mudanças que o território passou ao longo dos anos, e sobretudo, expõe a luta para sobreviver em um território historicamente conflituoso. Autores como Bosi (1994), Halbwachs (1990), Pollak (1989), Viana (2020), entre outros, propõem e apresentam os fundamentos teóricos da construção social da memória.

Nesse sentido, o conceito de memória foi abordado pioneiramente por Halbwachs (1990), que argumentava que a memória não deve ser vista e entendida apenas de forma individual, mas também como um fenômeno coletivo. Em sua análise, destacou que a memória não é algo individual e sim coletivo. A partir da perspectiva desse autor, outros estudiosos exploraram e discutiram a construção social da memória, como é possível observar a seguir.

Para Bosi (1994), a memória é um conceito que abrange tanto a dimensão individual quanto a coletiva. Essas duas formas de representação podem se entrelaçar e se sobrepor, dependendo do contexto em que estão inseridas. A autora argumenta que a memória é uma construção seletiva do passado, influenciada por fatores sociais, culturais e políticos.

Outro importante autor que deu contribuição significativa ao campo da memória foi Pollak (1989), que distingue as contradições e conflitos entre memória coletiva e a memória social. Explica que os processos associados às memórias mudam em relação aos atores por trás dessas memórias e às vezes são conflitantes ou harmoniosos. O autor propõe a memória como um processo dinâmico e não estático logo por conflitos. Ele destaca também a importância da memória coletiva na construção da identidade social, apontando ainda que os interesses políticos da classe dominante influenciam a forma como determinados acontecimentos podem e serão lembrados e apresentados para a sociedade. Assim como os outros autores, Pollak (1989) enfatiza a importância da memória subterrânea, que é intencionalmente subalternizada, mas resiste como uma forma de luta social. Essa memória se destaca pela exclusão das experiências e narrativas de determinados grupos das memórias oficiais e dominantes. Mesmo sendo negligenciada, a memória subterrânea persiste como uma forma de reivindicação por justiça social, desafiando as versões tradicionais da história consideradas oficiais.

Dando seguimento aos autores que trabalharam a construção social da memória, temos Viana (2020), que foca na construção da memória a partir da relação de memória, identidade e poder. A memória, na compreensão do autor, não se caracteriza apenas como uma recordação individual, mas também enquanto um processo social e político que envolve conflitos de poder e representações simbólicas, por esse motivo há uma construção

dominante da memória social que marginaliza e silencia as memórias da classe subalterna, que são fundamentais para a resistência e transformação social. Ele enfatiza que as memórias são moldadas por narrativas dominantes que muitas vezes refletem os interesses da classe dominante, e as memórias da classe subalterna são frequentemente marginalizadas e silenciadas. Viana (2020), defende que as narrativas não hegemônicas são essenciais como forma de resistência e transformação social.

Foram utilizadas ainda as contribuições de estudiosos que abordaram a temática da Guerrilha do Araguaia e que priorizaram as narrativas orais dos camponeses, entre eles temos Campos Filho (2012 e 2013), Mechi (2013), Peixoto (2011), Reis (2013 e 2021). Além do mais, autores como Haesbaert (1994, 2007 e 2004) e Sack (2013), apresentam concepções a partir das quais é possível pensar a relação entre memória e território, ideias úteis para a análise da problemática que perpassa o tema dos camponeses inseridos na Guerrilha do Araguaia, dando ênfase na compreensão sobre a construção da memória e sobre o processo de desterritorialização, e, conseqüentemente, a produção de novas territorialidades (Reis, 2021).

A relação entre território e memória é complexa e multifacetada, com várias dimensões que influenciam e são influenciadas, sendo assim, certos territórios se tornam lugares de memória devido aos eventos significativos que ocorreram neles, esses locais podem incluir memórias diversas, como individuais e coletivas. O território desempenha um papel fundamental de suporte para a memória, fornecendo os eventos em um contexto espacial específico que pode moldar a forma como as memórias são recordadas e interpretadas.

A memórias no território e dos territórios são disputadas, selecionadas, silenciadas a partir das relações de poder que se estabelecem. São memórias que se manifestam em um território marcado por conflitos, nos quais os direitos territoriais foram violados devido à colonização, opressão, deslocamentos forçados ocasionando a perda do sentimento de pertencimento à área onde compartilhavam suas experiências e conhecimentos. Nesse sentido, a pesquisa busca também, dar subsídio para a compreensão dos eventos históricos, os conflitos, e assim como a reivindicação dos direitos territoriais dos camponeses, tomando como referência alguns autores, como Moura (1979), Ridenti (2014), Silva (2008), entre outros.

Foi consultado ainda a dissertação de mestrado (2013) e a tese de doutorado (2021) da socióloga Naurinete Fernandes Inácio Reis, fundamentais para a construção desse

trabalho. Essas duas pesquisas apresentam uma dimensão simbólica e representativa dos fatos ocorridos na Guerrilha do Araguaia, bem como das transformações territoriais da região do Araguaia, trazendo de forma contextual e histórica a luta camponesa pela posse e permanência na terra. A dissertação de mestrado de Reis (2013), intitulada de *“Memória Social e Guerrilha do Araguaia”*, aprofunda o conceito de memória social relacionado à Guerrilha do Araguaia, partindo do pressuposto que a memória é construída socialmente. A dissertação contextualiza os diferentes períodos pelos quais a região amazônica percorreu ao longo de seu desenvolvimento e oferece um panorama das mudanças territoriais ocorridas na região do Araguaia em decorrência do conflito armado. Reis (2013) traz informações sobre os impactos sofridos e as percepções dos camponeses sobre a Guerrilha do Araguaia, além disso, a pesquisa permite compreender as experiências e saberes adquiridos e desenvolvidos pelos camponeses na região do Araguaia, bem como diferentes formas de resistências que desenvolveram durante a Guerrilha do Araguaia.

A respeito da tese de doutorado, *“Cartografia de Memórias: Guerrilha do Araguaia, Campesinato e Questão Agrária no Sudeste do Pará – Amazônia Oriental”*, Reis (2021) analisa a influência da Guerrilha do Araguaia no desenvolvimento histórico do campesinato na região sudeste do Pará. A tese se desenvolve por meio da articulação da memória social em conformidade com os fatos relacionados à organização guerrilheira e à repressão militar, vinculada aos saberes dos camponeses. A autora apresenta de forma abrangente a relação entre a memória do campesinato e as questões agrárias no sudeste paraense.

A metodologia da pesquisa se deu por meio da revisão bibliográfica, bem como da análise de entrevistas concedidas por camponeses envolvidos na Guerrilha do Araguaia, à luz do referencial teórico sobre memória social e territorialidade, antecipado linhas atrás, mas que será aprofundado adiante. Nesse sentido, para o desenvolvimento da pesquisa, foram utilizadas seis narrativas orais coletadas no período de 2013 a 2019, de camponeses que foram inseridos nos processos da Guerrilha do Araguaia, contidas no acervo de arquivos digitais (em áudio e audiovisual), organizado pela advogada Irene Gomes e que contém entrevistas realizadas com cerca de 700 pessoas, entre camponeses, filhos de camponeses e ex-combatentes que vivenciaram o contexto da Guerrilha do Araguaia². É importante

² Os arquivos foram organizados no período de 2013 a 2019, visando fundamentar o trabalho de comprovação dos diversos crimes decorrentes da Guerrilha e cometidos contra os moradores da região de confronto, levantamento este realizado junto à Comissão de Anistia. Cerca de 150 entrevistas contaram com a participação da Comissão Estadual da Verdade do Pará. As narrativas presentes nessa pesquisa foram obtidas durante a minha passagem o Projeto de Pesquisa intitulado *“Campesinato e Guerrilha do Araguaia: saberes e memórias de resistências no Araguaia”*, o qual estava sendo desenvolvido no âmbito do Programa Institucional de Bolsas

ressaltar que as narrativas orais apresentadas no terceiro capítulo foram resultados obtidos durante a minha participação no projeto de pesquisa no período de 2021 a 2022. Enquanto estava em andamento, foram realizadas por mim a transcrição de seis narrativas orais, as quais foram selecionadas para essa pesquisa.

Ainda como parte das atividades desse projeto, foi realizado, no primeiro momento, uma introdução ao tema do projeto, especificamente sobre o conceito de memória, a partir de alguns autores que são referências sobre o tema, e também foram realizadas diálogos onde cada capítulo da dissertação de Reis (2013) foi discutido. Após alguns meses de aprofundamento teórico, foram repassadas algumas narrativas orais de camponeses para análise e transcrição e posteriormente utilizadas para apresentação em evento de pesquisa acadêmica.

Assim, as narrativas orais, juntamente com o aporte do referencial teórico metodológico, deram sustento para responder à problemática da pesquisa desse TCC, traduzida na seguinte questão central: *Como a territorialidade camponesa foi apropriada na construção da memória da Guerrilha no Sudeste do Pará?*

Como veremos posteriormente, a memória coletiva e individual, sobretudo a memória subterrânea, foram essenciais para a compreensão dos fatos relacionados ao envolvimento camponês no conflito armado, bem como para aprofundar a compreensão das dinâmicas socioterritoriais dela decorrentes.

Por intermédio disso, procurou-se responder às seguintes questões específicas:

- a) Como se organizou histórica e geograficamente a Guerrilha do Araguaia no sudeste do Pará?
- b) Como a territorialidade camponesa foi afetada pela Guerrilha do Araguaia?
- c) Quais os impactos da guerrilha sobre os camponeses envolvidos direta/indiretamente neste processo e qual o papel das mulheres nessa luta pela sobrevivência durante o conflito armado.

Nesse sentido, no que se refere à construção social da memória camponesa, temos como objetivo geral analisar de que forma a territorialidade camponesa foi apropriada na

de Iniciação Científica e de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação PIBIC/FAPESPA. O acervo foi recebido institucionalmente pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), como parte do Projeto de Extensão “Pelo direito à memória, à verdade e à justiça: organização, catalogação e disponibilização de acervo com narrativas orais dos camponeses envolvidos na Guerrilha do Araguaia”, sob coordenação de Naurinete Fernandes Inácio (Reis, 2021).

construção social da memória da Guerrilha no Sudeste do Pará. Esse objetivo geral, por sua vez, foi desdobrado nos seguintes objetivos específicos:

- a) Analisar o processo histórico e geográfico de organização da Guerrilha do Araguaia no sudeste do Pará;
- b) Analisar, por meio da memória dos camponeses envolvidos direta/indiretamente na Guerrilha do Araguaia, como suas territorialidades foram afetadas/apropriadas;
- c) Analisar a construção das memórias de resistências e do protagonismo feminino durante a Guerrilha do Araguaia.

A partir da análise qualitativa da história de vida desses camponeses, foi possível construir uma cartografia temática como forma de representar as trajetórias e vivência desses camponeses sobre território no Sudeste do Pará, no contexto da Guerrilha do Araguaia.

Dessa forma, a pesquisa está estruturada em três capítulos:

O primeiro capítulo apresenta o referencial teórico-conceitual da pesquisa, abordando de forma interligada os conceitos de território, memória e campesinato. O objetivo principal é contextualizar esses conceitos que foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa. O capítulo explora a inter-relação entre esses elementos, destacando a importância das memórias de resistência e da Guerrilha do Araguaia no Sudeste Paraense, refletindo as lutas e experiências do campesinato.

O segundo capítulo explora a complexa relação entre a Guerrilha do Araguaia e o campesinato no Sudeste Paraense. Destaca como a repressão militar e os conflitos resultaram em deslocamentos forçados, traumas psicológicos e disputas territoriais que persistem até hoje. O capítulo ressalta que a memória social, transmitida oralmente, desempenha um papel crucial na preservação da identidade cultural e na resistência das comunidades, servindo como um meio de reivindicação de justiça histórica.

O terceiro e último capítulo, aborda os impactos das estratégias militares de extermínio do movimento guerrilheiro sobre o modo de vida camponês, destacando também o protagonismo feminino e os diferentes desafios enfrentados pelas mulheres camponesas. A análise se baseia nas narrativas orais dos camponeses envolvidos direta e indiretamente no conflito armado, revelando o modo de vida camponês, sua relação com o território e as diversas formas pelas quais foram afetados.

CAPÍTULO 1: MEMÓRIA, TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE CAMPONESA NO SUDESTE PARAENSE

A relação entre campesinato, território e memória social é um tema complexo e multifacetado que envolve aspectos históricos, sociais e culturais. O objetivo principal deste capítulo é abordar de forma contextualizada os conceitos de território, de memória e do campesinato a partir de suas territorialidades, conceitos estes que foram utilizados para o desenvolvimento da pesquisa. Com isso, o presente capítulo busca ressaltar a importância das memórias de resistência e da Guerrilha do Araguaia no Sudeste Paraense como um reflexo das lutas e experiências do campesinato.

1.1 Memória social, territorialidades e campesinato

“O território constitui-se como um dos cinco conceitos fundamentais da Geografia, ao lado dos conceitos de espaço, região, paisagem e lugar” (Braga, 2010, p. 1). Esses conceitos são essenciais para a compreensão das interações entre os seres humanos e o ambiente, pois permitem analisar a organização do espaço geográfico e as diversas formas de apropriação e uso do território. Entendido não apenas como um espaço geográfico, mas também como um espaço social, o território desempenha um papel crucial na compreensão das atividades do campesinato. Isso porque o território também se caracteriza como um espaço social, onde as interações sociais, culturais e econômicas se desenrolam. Diferentes grupos sociais estabelecem-se nesse espaço e, por meio de suas necessidades e vivências, constroem seus modos de vida tradicionais, criam formas de resistência e “definem relações de poder” (Souza, 1995, p. 78).

O Sudeste Paraense é marcado por intensos conflitos e resistências e se destaca pela longa presença do campesinato, que remonta à década de 1950. Como resultado disso, os diferentes grupos sociais do campesinato do Sudeste Paraense³ deixaram marcas profundas no tecido social e territorial da região em função das lutas desses grupos pela posse e

³ O campesinato no Sudeste Paraense, enquanto classe social, é composto por camponeses que lutam pela posse e permanência na terra em um cenário de forte concentração fundiária. Essa luta pela terra é um elemento definidor dessa classe, inserida em um contexto histórico marcado por violência e repressão. A particularidade do campesinato reside em sua organização coletiva e na resistência contínua diante das forças que buscam sua expulsão e exploração. Diferente de outras classes sociais, o campesinato está enraizado em uma relação direta e coletiva com o território, o que não apenas garante sua sobrevivência, mas também fortalece sua identidade. Essa relação com a terra e a luta por direitos territoriais são fundamentais para a continuidade dessa classe social, que se destaca pela resiliência e capacidade de organização frente aos desafios impostos pelo contexto socioeconômico (Reis, 2021).

permanência na terra. Por isso, o território se coloca como um elemento essencial na formação da identidade e na organização das práticas camponesas dessa categoria (Michelotti; Ribeiro; Florêncio, 2005).

Desse modo, conforme apontado por Saquet e Sposito (2009), o território não é apenas um cenário passivo, mas sim um objeto e instrumento de poder, capaz de influenciar as interações e as relações entre diferentes atores sociais. Essa visão reforça a ideia de que o território é central nas dinâmicas de resistência e de conflito, configurando-se como um espaço de disputa em suas múltiplas dimensões, inclusive ideológico-culturais, dimensão na qual a memória se insere e, evidentemente, se articula com outras dimensões da realidade.

Para esta pesquisa, o conceito de território é abordado através das relações de poder entre os atores e grupos sociais, conforme discutido por Raffestin (1993 *apud* Teixeira, 2010). Essas relações, que podem ser tanto “materiais (controle físico) quanto imateriais (controle simbólico, imaginado) e, também, na concepção de espaço vivido” (Fuini, 2014, p. 24), são enraizadas nos vínculos estabelecidos entre esses grupos e o espaço por eles construído, moldando e definindo territórios. Dessa forma, entende-se que os territórios são construídos a partir das relações de poder estabelecidas por interesses divergentes entre indivíduos de diferentes classes sociais (Teixeira, 2010).

Segundo Haesbaert (2007), o território é visto como uma construção social que reflete as relações de poder e as diversas formas pelas quais o espaço é apropriado por diferentes atores sociais. O território é entendido para além de um espaço físico, sendo também um espaço de contestação e disputas, onde grupos sociais de diferentes classes econômicas buscam controlá-lo como uma forma de exercer poder político. Além disso, o território é uma construção complexa, na qual diferentes grupos sociais realizam ações para o exercer controle, fazendo com o que o território seja dinâmico e esteja constantemente em transformação de acordo com os atores sociais e as relações de poder vigentes.

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação (Haesbaert, 2007, p. 20-21).

De acordo com Haesbaert (2003), “todo território é, ao mesmo tempo, simbólico e funcional” (Haesbaert, 2007, p. 23), pois se caracteriza por apresentar constantemente relações de poder e por ser fundamental enquanto gerador de recursos. Assim, o território não é apenas um espaço físico, mas um lugar de significados e disputas, onde as relações de poder se manifestam diretamente na capacidade de gerar e controlar recursos.

Outros autores, como Souza (2001), também definem o território como um “espaço delimitado por e a partir de relações de poder” (Souza, 2001, p. 11 *apud* Bordo *et al*, 2004, p. 3), ressaltando que essas relações de poder não estão necessariamente restritas ao Estado. Nesse sentido, o território é entendido como um espaço dinâmico, moldado por diversos agentes da sociedade que exercem influência e reivindicam poder. Assim, o território se configura como um campo de disputas e conflitos constantes.

Para Haesbaert (2004), a territorialidade é um fenômeno multifacetado que se manifesta em diferentes dimensões sociais, culturais e políticas. Fuini (2014), ao analisar as abordagens de Haesbaert, revela que a territorialidade pode ser compreendida de forma ampla e complexa. Ela pode ser entendida de várias maneiras: como uma característica dos territórios, como sinônimo de território, ou como um conceito distinto do território. Além disso, a territorialidade pode ser vista como uma dimensão do território, especialmente em relação à identidade territorial.

A abordagem propostas por Haesbaert (1994) são fundamentais para desconstruir conceitos que naturalizam a territorialidade e a ideia de território. Esse autor entende o conceito de território como um conceito flexível e multifacetado, permeado por relações de poder e conflitos. Para eles, o território se manifesta através de padrões de interação, onde os indivíduos, de forma coletiva, desenvolvem suas experiências e singularidades.

Ainda, Haesbaert (1994) argumenta que toda desterritorialização é acompanhada de uma reterritorialização em outras bases. A desterritorialização nunca é absoluta e está intrinsecamente ligada ao processo de perda e/ou abandono de um território, motivadas por questões diversas tais como mobilidade dos fluxos, desvinculação das raízes, hibridismo cultural entre outros; e à reterritorialização, que é a reconstrução de outros territórios (Haesbaert; Bruce, 2002).

Robert D. Sack (2013) desenvolve uma análise crítica sobre o conceito de território. O autor compreende o território como uma área geográfica controlada por um determinado grupo, que utiliza estratégias para controlar e decidir as ações a serem estabelecidas nessa área, bem como o acesso a ela. Vale destacar que a demarcação e delimitação de um espaço geográfico, por si só, não o torna um território. A estrutura do território se manifesta a partir das relações estabelecidas e delimitadas em uma área, ou seja, “essa delimitação torna-se um território somente quando seus limites são usados para afetar o comportamento ao controlar o acesso” (Soares Junior; Santos, 2018, p. 10). Podemos afirmar que Sack (2013),

compreende o território como um espaço geográfico delimitado que adquire significado por meio das relações de controle e poder, que são centrais para sua definição e comunicação.

Dando seguimento ao estudo das formulações de Sack (2013), o autor entende e analisa o território a partir do conceito de “territorialidade” (Saquet; Sposito, 2009, p. 274). Para Sack (2013), os conceitos de território e territorialidade estão intrinsecamente conectados e se complementam, uma vez que o território ganha significado por meio das práticas de territorialidade (Saquet; Sposito, 2009). Segundo os autores, a territorialidade é concebida e utilizada como uma estratégia de controle, na qual grupos mais vulneráveis são submetidos ao poder do Estado, de agentes capitalistas e de diversos outros fatores que refletem interesses específicos sobre o território (Saquet; Sposito, 2009).

Haesbaert (2004), ao analisar a obra de Sack (1986), identifica que a territorialidade incorpora uma dimensão política, mas vai além disso, sendo também caracterizada por estar centrada nas relações estabelecidas por meio de viés econômico e cultural. A territorialidade se constrói a partir da maneira como os indivíduos utilizam a terra e das formas pelas quais organizam e desenvolvem seus modos de vida tradicionais.

A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado (Sack, 1986, p. 219 apud Haesbaert, 2007, p. 22).

Dentro desse contexto de formulações distintas sobre o território, autores como Robert D. Sack e Rogério Haesbaert oferecem importantes contribuições para a compreensão dos conceitos de território e de territorialidade. A partir dessas abordagens, é possível analisar a conexão entre os conceitos de território, territorialidade e memória, um tema que tem sido explorado e desenvolvido ao longo dos anos por diversos autores.

A memória é um elemento fundamental para a construção da territorialidade (Maracajá, 2013), pois a territorialidade influencia diretamente a forma como a memória é formada e mantida. A memória é produzida a partir do território, e no caso dos camponeses impactados pelo conflito, ela é marcada pela violência em suas diversas formas, resultando em silenciamento. Os territórios funcionam como espaços onde as memórias são construídas e preservadas, reforçando sua importância ao expressarem tradições e identidades. Assim, a memória contribui para consolidar a relevância de um território, especialmente quando reflete e perpetua a cultura e as experiências coletivas associadas a esse espaço.

A partir da análise dos conceitos de território e memória, é possível compreender que as narrativas dessas memórias são essenciais para ampliar a compreensão do contexto

histórico em que determinados grupos e territórios foram inseridos e se perpetuaram. A memória pode servir como uma estratégia de controle, sendo socialmente construída para sustentar a dominação de territórios. Essa dominação pode ser estabelecida pelo Estado, por agentes econômicos, ou por diferentes grupos e classes sociais, conforme abordado por Flávio (2013).

Nesse sentido, o conceito de territorialidade desenvolvido por Robert D. Sack em seu texto *O significado de territorialidades* (2013), apresenta um conjunto de conceitos e critérios que contextualizam a territorialidade, argumentando que ela é empregada de maneira estratégica com o objetivo primordial de controlar pessoas por meio do domínio sobre o território. Sack (2013) enfatiza que a territorialidade representa “uma expressão geográfica primária de poder social. É o meio pelo qual espaço e sociedade estão inter-relacionados” (Sack, 2013, p. 63). Ao estabelecer um território, onde realizamos nossas atividades e formamos vínculos, criamos um espaço de pertencimento. Para o autor, embora essa dinâmica possa ter aspectos positivos, também pode se tornar perigosa, uma vez que nossa sociedade é fundamentalmente dividida entre aqueles que controlam e aqueles que são controlados. Essa relação de poder se manifesta em diversas formas de controle, incluindo o controle das memórias. Assim como a memória é construída socialmente, a territorialidade também é fruto de um processo social. Como afirma Sack (2013, p. 87), “a territorialidade é sempre construída socialmente”.

Territorialidade para humanos é uma poderosa estratégia geográfica para controlar pessoas e coisas por meio do controle de área. Territórios políticos e propriedades privadas de terra podem ser as formas mais familiares em que a territorialidade ocorre em vários níveis e em numerosos contextos sociais (Sack, 2013, p. 63).

As formulações de territorialidade estabelecidas por Sack (2013) sobre a “territorialidade humana” são fundamentais para compreender as interconexões entre esta estratégia e a memória, pois se a territorialidade pressupõe relações de pertencimento a um lugar, a memória, por outro lado, torna-se a fonte para a construção desse pressuposto, as memórias de pertencimento a um lugar. Assim, a territorialidade é entendida como uma relação de pertencimento e identidade, onde a memória é construída e/ou forjada.

Essa definição destaca a importância da memória e da territorialidade na configuração do espaço, que vai além da simples delimitação física, englobando também a forma como os grupos sociais constroem e mantêm suas memórias coletivas em relação ao território e sobre ele.

Sack (2013) argumenta que a definição de territorialidade não limita a descrever o que ela é, mas significa dizer também o que ela pode fazer. Segundo o autor, a territorialidade envolve três relações “interdependentes” presentes em sua definição. A primeira afirma que “a territorialidade deve envolver uma forma de classificação por área” (Sack, 2013, p. 80), ou seja, uma forma de delimitação que implica na autoridade para decretar uma proibição de acesso. A segunda destaca que “a territorialidade deve conter uma forma de comunicação que pode envolver um marco ou sina, como geralmente é encontrado em um limite ou fronteira” (Sack, 2013, p. 80); por exemplo, uma pessoa pode delimitar um local simplesmente apontando o dedo, mostrando até onde vai o limite do seu território. Por fim, a terceira estabelece que “cada exemplo de territorialidade deve envolver uma tentativa de impor o controle sobre o acesso à área e as coisas dentro dela, ou fora dela através da restrição das coisas de dentro” (Sack, 2013, p. 80-81). Isso significa que, na maioria das vezes, a territorialidade está ligada à tentativa de influenciar ou controlar pessoas por meio do controle sobre como produzem coletivamente o espaço.

Uma forma comum de territorialidade, conforme mencionado por Sack (2013), refere-se às jurisdições políticas e à delimitação de propriedades privadas. No entanto, essa abordagem muitas vezes reduz o valor simbólico que o território possui. As relações entre a sociedade e o território tornam-se indivisíveis diante desses fatores, comprometendo a riqueza das interações sociais e culturais que deveriam ser valorizadas.⁴

Entre diferentes exemplos utilizados para ilustrar como a dinâmica da territorialidade se manifestam nos dias atuais, Sack (2013) aponta a dinâmica familiar em um lar. O autor descreve a situação de um pai que vive em uma antiga terra que antes pertencia aos povos Chippewa. Enquanto o pai realiza atividades domésticas, os filhos tentam ajudar lavando as louças. A problemática surge quando o pai, preocupado com a possibilidade de que as crianças derrubem os pratos, decide proibir o acesso delas à cozinha. Com essa proibição, o

⁴ Em sua proposta, Sack (2013) utiliza três abordagens para explicar o conceito de territorialidade, tendo como exemplo o grupo indígena Chippewa da América do Sul. O autor destaca que, embora não houvesse uma divisão formal de seu território, os Chippewa ocupavam uma vasta extensão de terra. Sack (2013) argumenta que os Chippewa ilustram as diferentes formas de territorialidade, evidenciando as distinções entre as sociedades modernas e pré-modernas. O autor destaca que os principais problemas de relacionamento entre os indígenas e os homens brancos surgiram, em grande parte, devido às diferentes formas e funções que cada grupo estabeleceu em relação à territorialidade. Nesse sentido, Sack (2013) explica que as áreas anteriormente ocupadas pelos povos Chippewa foram transformadas em um emaranhado de territórios políticos, com uma parte se tornando território privado. Assim, as territorialidades que antes eram fundamentadas pelos Chippewa foram se desintegrando, dando lugar a novas formas de territorialidade. Assim, “As funções diferentes que os homens brancos e índios deram para territorialidade formam a causa de seus longos problemas de relacionamento. Mas também serve para ilustrar que o estabelecimento e usos de território estão interligados com contextos sociohistóricos” (Sack, 2013, p. 71).

pai delimita a cozinha, constituindo assim uma forma de territorialidade. Além disso, a cozinha está interligada a outros espaços da casa, que também podem ser considerados territórios. Sack (2013) acrescenta que um lugar pode ser percebido como um território em um momento e, em outro, pode deixar de ser, e isso ininterruptamente.

Com isso, Sack (2013) critica os estudos sobre comportamento espacial que têm ignorado a questão do território. O autor explica que, na Geografia, as atividades humanas, naturais e culturais são consideradas “espaciais”, e, portanto, a territorialidade deve ser compreendida em relação a essa perspectiva. O autor argumenta que a territorialidade é uma estratégia de controle e domínio, de poder por meio do território. Além disso, uma estratégia fundamental para aqueles que controlam o território é, muitas vezes, não definir claramente o que está sob seu controle.

Por meio disso, compreende-se que a territorialidade serve como uma forma de interação entre os seres, ela pressupõe ações para que possa se dar como territorialidade mesmo (Sack, 2013). Ela não é apenas uma questão de ocupação física, mas envolve também a construção de significados, relações sociais e práticas culturais que se manifestam no espaço e que tem a ver com pertencimento. Assim, a forma como os indivíduos e grupos se relacionam com seu território influencia diretamente a dinâmica de poder, controle e identidade, refletindo a complexidade das interações humanas e suas implicações no ambiente em que vivem.

Agora, passando a comentar sobre as conceituações de memória, de acordo com Peres (2021), ao analisar a obra de Maurice Halbwachs, pode-se afirmar de maneira ampla que a memória se refere à habilidade dos seres vivos, não exclusivamente humanos, de reter e recordar informações. Essencial na psicologia, a memória desempenha um papel fundamental na construção de nossa identidade e na maneira como nos relacionamos com o mundo. Ela é parte integrante de nossas vidas, pois é por meio dela que adquirimos experiências e conhecimentos, recordando-os quando necessário. Essas lembranças, que podem ser tanto positivas quanto negativas, ressurgem em momentos específicos, influenciando nossas percepções e ações.

A palavra memória provém do grego que diz, mais imediatamente, ação de lembrar, o lembrar dele mesmo, aquilo que permanece no espírito. Dentro desse pressuposto, pode-se entender a memória como instância de inventar, meditar, refletir e velar, no sentido de cuidar (Guimarães; Rezende; Brito, 2012, p. 1).

A memória não é um processo estático, mas sim dinâmico e sujeito a transformações ao longo do tempo e sendo fundamental para entender os processos socioterritoriais. As

memórias são continuamente reafirmadas e tornam-se ainda mais complexas quando são marcadas e transformadas pelos eventos ocorridos em um determinado território. Nesse sentido, tanto a memória social quanto a memória coletiva carregam suas próprias singularidades. Segundo Bengio, Aquime e Farias (2023), através das memórias em disputa, que se pode compreender as tensões territoriais, que envolvem diversos grupos de diferentes classes sociais. Enquanto alguns grupos têm como principal objetivo adquirir e dominar o território, outros buscam apenas se estabelecer e desenvolver seus modos de vida tradicionais.

Conforme explicitado por Viana (2020), a memória vai muito além de meras lembranças individuais, sendo também um fenômeno coletivo e político marcado por conflitos de poder e representações simbólicas. O autor destaca que as recordações são moldadas por narrativas que beneficiam a elite dominante, ao passo que as memórias das classes subalternas frequentemente são desconsideradas e silenciadas. Viana (2020) discute ainda, a importância política da memória, destacando que, dependendo do contexto em questão, tais memórias são utilizadas como instrumentos de poder e controle, ressaltando que as narrativas não hegemônicas são essenciais como formas de resistência e transformação social (Reis, 2021).

Halbwachs (1990) foi um dos pioneiros no estudo da memória social, propondo que a memória não é apenas um fenômeno individual, mas também um processo social que se molda conforme as interações estabelecidas entre os indivíduos. Embora Halbwachs tenha sido fundamental na análise da memória social, a expressão “memória social” em si não foi formulada por ele. Essa terminologia foi desenvolvida por Aby Warburg⁵, conforme mencionado por Weber e Pereira (2010, p. 19).

Em sua análise, Halbwachs (1990) destacou que a memória não era apenas resultado de lembranças individuais, mas também das interações entre indivíduos que compartilharam das mesmas experiências.

Se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse começada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias (Halbwachs, 1990, p. 25).

⁵ “O alemão Abraham Moritz Warburg, mais conhecido como Aby Warburg (1866-1929), foi historiador da arte” (Weber; Pereira, 2010, p. 19).

O conceito de memória social, desenvolvido por Maurice Halbwachs em seu livro *A Memória Coletiva* (1990), revela que a memória humana é profundamente influenciada por contextos sociais e coletivos. Halbwachs (1990) argumenta que nossas lembranças pessoais não existem isoladamente; elas são moldadas, reforçadas e, muitas vezes, até determinadas pelas interações sociais e pelos grupos dos quais fazemos parte. O autor apresenta uma série de exemplos que demonstram como nossas lembranças não são apenas experiências individuais, mas também moldadas por interações e relações sociais, conforme discutido por Weber e Pereira (2010). Em seus estudos, ele demonstra que a memória coletiva e a individual estão interligadas, ambas constituindo o que ele chama de memória social. O autor ilustra como as lembranças compartilhadas por grupos, como famílias, comunidades e sociedades, desempenham um papel crucial na formação da identidade e na construção de narrativas coletivas (Bernd; Graebin, 2018).

Nesse sentido, compreendemos que a memória social é um conceito que aborda a forma como a sociedade recorda e analisa os acontecimentos do passado. Ela é formada por um conjunto de lembranças compartilhadas, transmitidas e reinterpretadas ao longo do tempo. Sob essa perspectiva, a memória social não se resume apenas à soma das lembranças individuais e coletivas, mas sim a uma construção que engloba processos ligados aos significados dos acontecimentos passados.

Viana (2020), em seus trabalhos significativos sobre a memória social, oferece uma análise abrangente do conceito, ressaltando sua importância na construção e reconstituição da história da sociedade. O autor define a memória social como um conjunto de lembranças que permeiam uma cultura específica, o que implica que essas memórias não são meramente individuais, mas sim coletivas e compartilhadas entre os membros da sociedade. Partindo desse contexto, Viana (2020) define memória social da seguinte maneira:

A memória social, no sentido geral, é o conjunto de lembranças existentes numa determinada cultura, compreendendo por essa o conjunto das produções intelectuais de uma sociedade, bem como através de sua produção material. Assim, é uma consciência social latente, pois ela pode ser rememorada no sentido de contribuir com a reconstituição da história da sociedade. As produções intelectuais (arte, ciência, filosofia, representações cotidianas, etc.) não apenas são lembranças explícitas, quando intencionalmente contam a história da sociedade, como são parte dessa história. As produções materiais são parte da história e são, portanto, registros involuntários dela (Viana, 2020, p. 103 *apud* Reis, 2021, p. 25).

Conforme abordado por Bosi (1994), a memória é um conceito que possui uma base tanto individual quanto coletiva, e essas duas formas de representações podem se entrelaçarem e se sobreporem dependendo do contexto em que estão inseridas. Assim, a

memória não é apenas uma reprodução exata do passado, mas sim uma construção social influenciada por aspectos sociais, culturais e políticos. A autora ressalta a importância das narrativas para a construção social da memória, já que as memórias individuais têm um papel crucial na organização e na compreensão das lembranças, sendo a memória uma forma de resistência e luta contra o esquecimento e a tentativa de apagamento.

Partindo do conceito de memória coletiva desenvolvido por Halbwachs (1990), o autor elucida como a memória individual e a memória coletiva se entrelaçam de maneira intrínseca. Para Halbwachs (1990), a memória coletiva é a forma pela qual os grupos sociais constroem e compartilham suas lembranças. O autor afirma que “a memória coletiva é essencialmente um fenômeno social, pois são os grupos que, ao conservar seu passado, criam marcos para a memória individual” (Halbwachs, 1990, p. 55), abrangendo tanto experiências felizes quanto tristes. Para o autor, a memória individual não existe de forma isolada, ela está em constante interação com outras memórias do grupo, constituindo assim, a memória coletiva. Essa dinâmica interativa é fundamental para a constituição da memória coletiva, que se torna um reflexo das experiências compartilhadas e das narrativas construídas em conjunto (Santos *et al*, 2023).

É no seio das coletividades que a maior parte das recordações se forma e se conserva" e que "o indivíduo lembra-se na medida em que está inserido em um grupo ou em um ambiente social que lhe fornece as referências necessárias" (Halbwachs, 1990, p. 35).

Pollak (1989) destaca também a importância da memória coletiva na construção da identidade social, onde os interesses políticos da classe dominante influenciam a forma como determinados acontecimentos podem e serão lembrados e apresentados para à sociedade. Dessa forma, a memória coletiva se torna um instrumento de poder, influenciando a percepção pública e a interpretação histórica, ao mesmo tempo em que contribui para a formação de identidades sociais que podem ser utilizadas para legitimar ou contestar estruturas de poder existentes (Reis, 2021).

As abordagens de Viana (2019) sobre a memória coletiva foram fundamentais para complementar esse conceito. Para o autor, a memória coletiva é entendida como um conjunto de lembranças compartilhadas, caracterizando-se como uma “memória de classes e grupos sociais” (Viana, 2019, p. 81). Nesse contexto, Viana (2019) argumenta que a memória coletiva pode ser resgatada por meio dos elementos presentes na memória social. Essa interconexão entre memória coletiva e memória social destaca a importância das experiências compartilhadas na formação da identidade de grupos e classes sociais,

evidenciando como as lembranças coletivas influenciam a percepção e a narrativa histórica de uma sociedade.

Segundo Pollak (1989), existem divergências e confrontos significativos entre a memória social e a memória coletiva. O autor argumenta que os processos relacionados a essas memórias variam de acordo com os sujeitos que as sustentam, o que pode resultar em contradições e assimetrias. Essa dinâmica revela que as memórias não são homogêneas; ao contrário, elas são influenciadas por diferentes perspectivas e experiências, refletindo as complexidades das relações sociais e das identidades. Assim, como veremos mais adiante, a memória social desempenha um papel fundamental na preservação e transmissão das experiências do campesinato ao longo do tempo. As memórias coletivas são forjadas a partir das vivências e histórias compartilhadas, das narrativas de resistência, dos conflitos e das conquistas. No Sudeste Paraense, especialmente, as memórias da Guerrilha do Araguaia são emblemáticas, simbolizando a presença de grupos de resistência armada contra o regime autoritário, cujas atividades impactaram profundamente a vida dos camponeses locais.

A memória social do campesinato no Sudeste Paraense está profundamente ligada à luta pela terra e à resistência contra as forças opressoras que tentaram controlá-lo. Essa memória revela territorialidades forjadas pela vivência e resistência dos camponeses, que contrasta com a narrativa dominante das Forças Armadas, responsáveis pela violência e repressão. Ao expor essa contradição, a memória camponesa destaca os camponeses tanto como alvos da opressão quanto como força de resistência no conflito. Assim, o território do Sudeste Paraense transcende seu aspecto físico, tornando-se um espaço simbólico de disputas, onde as lembranças coletivas do campesinato resistem à tentativa de apagamento de sua luta histórica.

1.2 O Estado e a construção das ofensivas militares e da Guerrilha do Araguaia

Historicamente, a Guerrilha do Araguaia se dá no contexto da ditadura Militar de 1964, período que representou um golpe contra o regime democrático brasileiro, ainda jovem da época – fora estabelecido desde 1945.

Os líderes das Forças Armadas que assumiram o controle naquele momento (1964) mesclaram autoritarismo com uma postura conservadora em relação à modernização do país. Eles eram contrários principalmente às propostas de mudanças da esquerda, ao mesmo tempo em que apoiavam medidas modernizadoras como forma de promover o crescimento econômico. Apesar de se auto denominarem revolucionários, seu objetivo era manter a

estrutura social vigente, protegendo as hierarquias e as instituições tradicionais, conforme apontado por Sousa (2019).

Em virtude de os elementos ligados a ditadura militar brasileiro convergirem com o contexto da Guerra Fria, marcada pela intensa disputa ideológica entre os Estados Unidos e a União Soviética, prevaleceu um “viés conservador e anticomunista” (Sousa, 2019, p. 188). Esse viés, composto por militares e políticos da época, via o comunismo como uma ameaça ao sistema capitalista já estabelecido (Almeida, 2018).

Com o crescimento do comunismo na América Latina naquele momento, o medo entre a elite conservadora foi ainda mais intensificado, levando-os a acreditar que a defesa da ordem poderia ser alcançada através do regime militar e do total controle do governo. Além disso, durante essa fase de turbulência, o Brasil enfrentava uma crise econômica significativa, o que reforçava o discurso da elite conservadora de que seriam capazes de restaurar a estabilidade econômica do país através do golpe militar, esses fatores levaram a uma convergência de várias perspectivas políticas (Nascimento, 2016).

A elite conservadora que se opunha ao comunismo, os empresários dos setores industriais e comerciais, os proprietários de grandes extensões de terra especialmente os paulistas, nordestinos e sulistas, e os principais meios de comunicação, jornais, editoras, revistas, entre outros, todos contribuíram para o desafio inicial de estabelecer uma narrativa oficial sobre o golpe militar. Ao longo do tempo, através de ajustes e da implementação de um arcabouço jurídico, os militares se empenharam em validar legitimamente a ditadura militar, tornando-o mais centralizado, repressivo e marcado pela violência, conforme abordado por Napolitano (2014).

Dentro desse contexto, conforme descrito por Sousa (2019), coube ao Serviço Nacional de Inteligência (SNI), fundado em junho de 1964, assumir o controle da repressão na ditadura militar. Subordinado à Presidência da República, suas funções eram organizadas em torno de três dimensões críticas:

1. *A análise da conjuntura nacional*: fornecendo orientação ao Poder Executivo através da elaboração de análises da situação política e econômica do país;
2. *A segurança nacional*: direcionando esforços para identificar possíveis ameaças; e
3. *A capacitação e instrução dos agentes da máquina repressiva*: concentrando-se na formação e orientação desses agentes, com o intuito de direcionar suas ações e recrutar informantes para atuar em diversas esferas da sociedade.

Instituído em 1967 durante o governo do presidente Costa e Silva, o Centro de Informações do Exército (CIE) desempenhou um papel importante na repressão durante o período militar, sendo estabelecido pelos militares com a finalidade de recolher, analisar e fornecer informações para o governo na época. O coronel Adyr Fiúza de Castro foi um dos principais idealizadores do CIEE. As atividades de espionagem lideradas pelo coronel Castro foram diversas e abrangentes, incluindo a inserção de agentes em ambientes acadêmicos e sindicatos, além de ações voltadas para combater a subversão e a luta armada. Castro também implementou estratégias para interceptar ligações telefônicas e enviou oficiais disfarçados como estudantes e apoiadores de causas de esquerda para instituições de ensino superior, ampliando assim o alcance da repressão (D'Araújo; Soares; Castro, 2004).

Segundo Martins Filho (2009), a estratégia conhecida como “guerra psicológica” é considerada uma forma não convencional de guerra, cujo principal objetivo é impactar as percepções e comportamentos das pessoas. Desta forma, ela é utilizada como um meio de controle social, sendo considerada pelos militares como a maneira mais eficaz de lidar com questões políticas e morais. Essa estratégia surgiu a partir da formação da Escola Superior de Guerra (ESG) no Brasil, que teve início em 1959 e foi liderada pelo general Augusto Fragoso. A GR foi responsável pela criação de leis relacionadas à segurança interna, levando as Forças Armadas a investir na capacitação de seus oficiais. Isso envolveu a produção de materiais teóricos sobre vigilância, segurança e inteligência pelos agentes do Estado, bem como a divulgação de livros e panfletos abordando temas de defesa nacional (Sousa, 2019).

De acordo com Sousa (2019), a incorporação dessa concepção na realidade brasileira ocasionou uma modificação na interpretação do conceito de “inimigo”: ao invés de ser encarado como um perigo externo, proveniente de fora das fronteiras territoriais, passou a ser reconhecido como uma ameaça em potencial surgida internamente na própria sociedade. Isso resultou na possibilidade de qualquer pessoa ser considerada uma ameaça à segurança nacional. Portanto, sob a perspectiva militar, compreender os aspectos psicossociais do comportamento humano se tornou essencial para lidar com esse desafio.

A fim de lidar com essa realidade e influenciar os pensamentos e ações das pessoas, tornou-se crucial adotar estratégias de propaganda, incluindo a promoção de um ambiente de insegurança, tensão e ansiedade na população (Resende, 2001).

Logo após o golpe, as discussões sobre a Guerra Revolucionária se tornaram frequentes. Era aguardado que a esquerda comunista oferecesse mais resistência nesse período, mas isso não aconteceu como previsto. A rápida derrota desse movimento fez com

que as conversas sobre a GR diminuíssem, embora ainda fosse uma referência doutrinária nas Forças Armadas. No entanto, em 1967, a oposição ao regime ditatorial ganhou novos contornos com a expansão do movimento estudantil e o surgimento da luta armada. Não demorou muito para que a estratégia da GR fosse retomada para lidar com os adversários, com uma reorganização do aparato de vigilância para melhorar a eficácia da repressão do Estado (Sousa, 2019),

Neste sentido, Ridenti (2014) destaca que durante o período da ditadura, vislumbrava-se o fim da resistência estudantil, das ações rebeldes e das tramas caracterizadas como terroristas, que as Forças Armadas consideravam como uma ameaça à "revolução de 1964". Foi nesse momento que a guerrilha passou a conquistar simpatizantes entre os grupos de esquerda, tornando-se uma preocupação para a cúpula militar. É evidente que, no cenário nacional, a luta armada surgiu a partir dos desafios após o golpe, dentro dos movimentos de esquerda, e devido à obstrução das vias de participação política imposta pelo regime ditatorial. Para os militantes de esquerda daquela época, a luta armada representava a única opção viável para derrubar o governo arbitrário.

Além disso, havia uma grande insatisfação causada pela ausência de mudanças estruturais efetivas e da postura adotada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), que optou por uma abordagem menos radical no enfrentamento à ditadura.

De acordo com Sales (2011), diversas organizações passaram a adotar táticas de guerrilha inspiradas no modelo cubano de revolução, como as Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN), o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), as Forças Armadas Revolucionárias (FAR), o Movimento Revolucionário (MR-13), o Exército de Libertação Nacional (ELN) e a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN). Na maioria dos casos, esses grupos optaram pela guerrilha rural, seguindo o método que ficou conhecido como "foquismo", que convenceu uma parcela dos militantes de que um pequeno e dedicado grupo de guerrilheiros poderia vencer um exército bem armado e tomar o controle do Estado (Napolitano, 2014).

Essa convicção impulsionou a atuação da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), da Organização Popular Revolucionária Marxista - Política Operária (Polop), da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) e de outros grupos similares. Durante o transcorrer de 1969, essas organizações se aproveitaram da falta de capacidade e informações das forças de repressão, o que não aconteceu posteriormente, quando o Estado

aumentou a vigilância e a repressão contra seus opositores, resultando gradualmente na eliminação das resistências armadas (Sousa, 2019).

Nesse cenário, surge a Guerrilha no Araguaia, contestando a estratégia pacífica adotada pelos partidos de esquerda, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), os líderes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)⁶ optaram por lançar uma revolta nas áreas rurais.

Inspirados pelo modelo de revolução da China entre 1911 e 1949. Após o último reinado da dinastia Qing (1644-1912), o império chinês se enfraqueceu devido aos ataques constantes de países imperialistas. Ao longo desse período, a China sofreu várias derrotas em conflitos armados, resultando na perda de territórios e na assinatura de tratados desfavoráveis. Após uma série de rebeliões, a monarquia foi deposta e a China tornou-se uma república em 1911. Apesar disso, o país continuou sofrendo pressões imperialistas de outras nações. Foi nesse contexto que, em 1921, surgiu o Partido Comunista Chinês (PCC), liderado por Mao Tsé-Tung e inspirado pela Revolução Russa (Godoy, 2023).

Em 1924, o Partido Comunista Chinês em parceria com o Partido Nacionalista Chinês estabeleceu a Primeira Frente Unida, com o objetivo de derrotar os Senhores da Guerra e unificar a China. No entanto, no ano de 1925, o líder do Partido Nacionalista Chinês falece e a aliança é rompida com a ascensão de Chiang Kai-Check ao poder. A partir desse ponto, o Partido Comunista Chinês passa a ser alvo de perseguições, se refugiando no campo e obtendo apoio dos camponeses, que eram a maioria na época (Godoy, 2023).

Durante o período da Guerra Fria, o Partido Comunista Chinês recebe ajuda da União Soviética, mesmo sendo menos numerosos, sua organização e apoio popular os destacavam, principalmente por defenderem a reforma agrária e melhores condições de trabalho. Após intensos embates entre 1946 e 1949, o Partido Comunista, sob o comando de Mao Tsé-Tung, emergiu vitorioso e proclamou a República Popular da China. A implementação do comunismo no país passou por diversas fases conflituosas (Lyrio, 2010).

Dentro desse contexto, os militantes do PCdoB procuraram implementar as mesmas táticas de Mao Tsé-Tung, optando pela “guerra popular prolongada”, com o propósito de isolar as áreas urbanas a partir do interior. O PCdoB, influenciado pela ideologia maoísta, buscou primeiramente selecionar a região mais adequada, sendo ela, a região do Araguaia,

⁶ Durante o período que precedeu a guerrilha do Araguaia, o PCdoB e o PCB apresentavam constantes discordâncias ideológicas e estratégicas. Enquanto o PCdoB adotava uma abordagem mais agressiva, defendendo a luta armada como forma de combater a ditadura e implementar o socialismo por meio da mobilização popular, o PCB optava por uma postura mais moderada, buscando apoio de setores democráticos e progressistas para resistir ao regime militar e promover reformas gradualmente até alcançar a transição para o socialismo (Reis, 2021).

e notadamente, levando em consideração a proximidade com os camponeses que já viviam naquela localidade e eram vistos como alvos principais de apoio, uma vez que acreditavam que os mesmos eventos que ocorreram na Revolução Chinesa poderiam se repetir com os camponeses do Araguaia, conforme abordado por Campos Filho (2012, p. 102).

Preparar núcleos guerrilheiros com a participação das massas camponesas, desencadear ações armadas e estabelecer uma área conflagrada através de uma guerra popular prolongada. Essa estratégia era tida como a única forma de combater a ditadura militar e construir um governo popular e revolucionário.

O documento central que fundamentou a decisão de iniciar o confronto na região do Araguaia foi intitulado “Guerra popular: o caminho para a luta armada no Brasil”. Nesse texto, estão apresentadas as razões que levaram os militantes a escolher essa parte da Amazônia e as ideias que orientaram sua abordagem em relação à luta armada (Sousa, 2019).

Dessa maneira, os trabalhadores rurais, que enfrentaram a opressão dos grandes proprietários de terra, representaram o pilar central da estrutura política do movimento revolucionário. Essa era a firme convicção de jovens, instrutores, operários, médicos, engenheiros, economistas e outros membros que optaram por aderir à luta de guerrilha nas regiões remotas da Amazônia. Eles argumentam que essas áreas afastadas dos principais centros urbanos e fora do alcance do Estado eram o cenário mais apropriado (Reis, 2021).

1.3 As territorialidades camponesas em meio à Guerrilha e a construção das memórias de resistência no Sul e Sudeste do Pará

Como foi visto, a relação entre memória e território é mútua, uma vez que o território molda as experiências que são lembradas e, por sua vez, as memórias impactam a forma como o território é percebido, defendido e controlado. No Sudeste Paraense, a terra é mais do que um meio de autoconsumo; é um símbolo de luta, de resistência e de identidade para as comunidades locais, especialmente para os povos indígenas, camponeses, agricultores familiares e trabalhadores rurais. As memórias de conflitos territoriais, de deslocamentos forçados e de solidariedade entre camponeses se entrelaçam com a geografia da região (Petta, 2017). Por isso, diz-se que, o território tem a capacidade de moldar e fortalecer a identidade campesina. Reis (2021) destaca que os camponeses possuem suas identidades vinculadas ao território, pois é nele que se organizam e reproduzem seus modos de vida e suas particularidades individuais.

As vivências experimentadas pelos camponeses no decorrer do período da Guerrilha estabeleceram a base para os confrontos sociais contemporâneos no campo, ligando os eventos do passado às atuais disputas por terras. Destaca-se que as reivindicações e resistências do campesinato foram alvo de criminalização, contribuindo para a formulação de uma memória social e política por parte do Estado brasileiro que identificou a Guerrilha como uma ameaça potencial. Essa visão, por sua vez, legitimou a repressão militar contra os camponeses, como mencionado por Reis (2017).

Diante desse cenário, é fundamental aprofundar a compreensão crítica dos acontecimentos ligados à construção do campesinato até os dias atuais, uma vez que as transformações geopolíticas no Araguaia provocaram mudanças na estrutura social, na organização do espaço, na esfera política e na economia. Isso resultou no aumento da influência do capitalismo na área, levando à substituição das pequenas plantações por grandes áreas de pastagem, à crescente dependência das atividades familiares aos interesses capitalistas, e à expulsão de muitos camponeses de suas terras, por meio do processo de desterritorialização (Reis, 2021).

Para o tema específico tratado nesta pesquisa, e como observamos anteriormente, parte-se do pressuposto de que a memória é uma construção social resultante da habilidade coletiva de recordar eventos e experiências do passado, influenciada tanto por fatores sociais contextuais quanto por valores e emoções pessoais. O ato de lembrar é entendido como um processo dinâmico, seletivo e reflexivo, em constante evolução, conforme as proposições de Reis (2017).

Conforme apresentado por Campos Filho (2013), o período pós-guerrilha na região do Araguaia foi marcado por mudanças significativas, resultando na perda de territórios, no silenciamento e ocultamento dos acontecimentos da luta armada, ao mesmo tempo em que ressalta a persistência da luta por justiça social. Essas iniciativas foram e são apoiadas por outros setores da sociedade civil empenhados em buscar o reconhecimento e compreensão de eventos históricos, bem como na reivindicação de direitos territoriais.

Reis (2017), ao comentar as formulações de Rosas (2009), observa que este autor apresenta uma visão histórica e dialética da memória, entendendo-a como um cenário de luta de classes. De maneira semelhante a Lee Goff (2003), Rosas destaca que a construção da memória está intrinsecamente ligada à defesa de um projeto de organização social. Através das representações sociais, cruciais para a compreensão da dinâmica das relações humanas, assim como para entender como certos grupos constroem significados e como esses

significados influenciam o comportamento social a partir dos contextos em que estão inseridos. Nesse sentido, a humanidade consegue atribuir sentido ao mundo ao seu redor, transformando o que é incompreensível em algo concreto, o desconhecido em algo familiar, e o estranho em algo identificável. Portanto, compreende-se que as representações desempenham um papel fundamental na realidade, atuando como um impulso por trás das mudanças e ações sociais (Reis, 2017).

1.3.1 As memórias de resistência camponesa na Guerrilha do Araguaia

No contexto que está sob análise, a construção das identidades camponesas, mediadas pelo território, está intimamente ligada às memórias de resistência, de acordo com Reis (2021). Para esta autora, as memórias de resistência consistem em um processo multidisciplinar que ressalta a importância da luta e da conservação das memórias como uma maneira de reivindicar as injustiças enfrentadas por grupos específicos. A reação desse movimento de resistência e sua expressão desencadeiam a consolidação das identidades coletivas e contribuem para a luta contra as desigualdades sociais.

A luta pela posse e a permanência na terra e a defesa de modos de vida tradicionais são elementos fundamentais na formação dessas identidades. A memória coletiva fortalece a coesão das comunidades camponesas, reafirmando sua história de resistência e sua conexão com o território. As narrativas de luta e superação inspiram as gerações futuras, transmitindo os valores do campesinato (Reis, 2021).

Além disso, as memórias de resistência também desempenham um papel importante na construção da cidadania e na luta por direitos. Elas são uma fonte de inspiração para a mobilização política e social, alimentando a busca por justiça e igualdade. No contexto do Sudeste Paraense, as memórias da Guerrilha do Araguaia não apenas preservam a história, mas também mantêm viva a chama da resistência contra as injustiças, conforme descrito por Reis (2021).

As memórias de resistência, especialmente aquelas preservadas pelos camponeses, detalham as diversas formas pelas quais foram alvo de graves violações de direitos humanos, durante o contexto de repressão. Essas memórias destacam as crueldades e transgressões perpetradas pelas Forças Armadas, ressaltando a importância do reconhecimento por parte do Estado. Os relatos das vítimas do conflito se tornam uma forma de resistência, ao quebrarem o silêncio imposto com o fim da guerrilha, de acordo com Reis (2021, p. 351).

As memórias veiculam elementos constitutivos de territorialidades, agindo sobre a delimitação das fronteiras locais e da distinção dos outros. Elas se expressam através das ações políticas e/ou de práticas simbólico-discursivas, dando visibilidade social às representações como espaço de contestação, de resistência, de construção de significados e de luta de classes.

Através dos relatos, é possível identificar as diferentes formas pelos quais as Forças Armadas empregaram violência contra os sujeitos que já residiam na região do Araguaia, tais atos violentos incluíram a destruição de moradias e plantações, agressões físicas e psicológicas, além da perda do vínculo com a terra, já que foram expulsos e privados de qualquer chance de defesa (Reis, 2021). Nesse contexto, a memória de resistência emerge como uma fonte de luta em prol da justiça social, ao denunciar os crimes cometidos pelo Estado e reafirmar a resistência manifestada pelos indivíduos profundamente impactados.

É fundamental compreender e reconhecer que a memória é um produto social não homogêneo, pois reflete influências de diversos valores. Elas são moldadas e influenciadas por perspectivas individuais, por narrativas diversas e por contextos sociais distintos. A diversidade de memórias é um reflexo da intrínseca relação do campesinato com o território (Reis, 2021).

Reis (2021) descreve que a região passou por um longo processo de militarização, que teve início antes e após a guerrilha do Araguaia. A militarização da região do Sudeste Paraense envolveu uma série de estratégias políticas utilizadas pelo regime militar para controlar a população local. Esse processo se agravou após o fim do confronto armado, “a guerra que veio depois” (Peixoto, 2011, p. 244), resultando em um aumento dos conflitos pela posse e permanência na terra. A militarização avançou no contexto agrário com a instituição do Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), que em vez de promover a reforma agrária e reduzir os conflitos na região, se aliou aos interesses dos grupos capitalistas que pretendiam apropriar-se das terras.

A pesquisa conduzida por Reis (2017) analisou as transformações socioeconômicas que ocorreram na porção meridional do Pará após o fim das atividades guerrilheiras, demonstrando que as intervenções do governo foram fundamentais na geração e agravamento dos conflitos e distúrbios que marcaram a região, devido a um temor constante de certos grupos da sociedade, como os próprios camponeses e moradores da floresta, grupos de esquerda, as forças armadas brasileiras que continuaram por um longo período o monitoramento para evitar que não houvesse possibilidade de uma nova organização guerrilheira, e a elite empresarial e conservadora que temia pela instabilidade econômica e uma potencial reorganização do movimento guerrilheiro.

Durante as décadas de 1960 a 1970, o governo adotou políticas públicas visando o desenvolvimento do país em níveis nacional e regional, o objetivo de exercer controle sobre o território e sua população, justificando a ação como uma forma de ocupar o suposto “vazio demográfico” da região amazônica (Neto, 2021).

Essas ações foram conduzidas através do Programa de Integração Nacional (PIN), Plano Nacional de Desenvolvimento (PND I e II) e o Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA). Em razão disso, essas implementações, embasadas em princípios alinhados com a ideologia de Segurança Nacional, resultaram na criminalização dos movimentos sociais. Durante a ditadura militar, o governo enxergava os movimentos sociais como um obstáculo à ordem estabelecida, promulgando leis que cerceiam a liberdade de expressão e declarando tais movimentos como ilegais. Aqueles que se opunham à política de desenvolvimento eram rotulados pelo governo como terroristas ou comunistas (Reis, 2021).

Além disso, tais questões foram fundamentais para a intensificação da repreensão do governo em relação ao campesinato, uma vez que os planos de desenvolvimento para a região desconsideravam os habitantes locais. Esses conflitos se agravaram devido à resistência de alguns moradores que já viviam na região há bastante tempo, se opondo ao processo de expulsão. Todos esses fatores culminaram no fortalecimento do poder do Major Curió na região, visto que possuía um vasto conhecimento sobre a geografia do território e das comunidades que mantinham estreita relação com essa região. Destacando-se como uma figura influente e com grande poder dentro do exército, desempenhando um papel ativo na implementação dessas políticas que buscavam consolidar o controle do território (Reis, 2021).

Segundo as abordagens de Peixoto (2011), a partir das narrativas coletadas e pela extensa literatura acerca da guerrilha, foi constatado os diversos tipos de processos que emergiram das ações do regime militar, sendo eles, assassinatos e execuções de camponeses, perseguições, torturas e ações de extinção de rastros da guerrilha. Essa narrativa histórica é explorada de múltiplas formas, mas principalmente de um ponto de vista uníssono, proveniente das recordações de indivíduos que vivenciaram essa situação – em sua maioria, os camponeses e guias locais que suportaram e compartilham suas experiências. Nesse sentido, compreende-se que as declarações das forças militares contrariam o ditame de que, geralmente, a história é descrita pelos vencedores.

Com base nesses princípios, é possível afirmar que a tradição oral, que se refere à transmissão de conhecimentos por meio da comunicação verbal em áreas onde a escrita não é tão comum, desempenhou um papel fundamental na preservação da memória da resistência armada.

A tradição oral foi essencial para garantir que a memória da guerrilha não desaparecesse, pois permitiu que os indivíduos envolvidos no confronto armado compartilhassem suas experiências traumáticas através da comunicação verbal. Especialmente para os camponeses do Araguaia, a narrativa oral se tornou uma maneira de transmitir e preservar as memórias de resistência. Dessa forma, a narrativa oral tem sido e continua sendo uma ferramenta crucial para fortalecer a identidade das pessoas que sofreram intensamente com o conflito (Reis, 2021).

Além disso, muitas informações contemporâneas sobre a revolta derivam de reportagens jornalísticas que mantiveram viva essa memória e evitaram que ela caísse no esquecimento. Um exemplo é a primeira dessas reportagens, escrita por Fernando Portela e publicada em 24 de setembro de 1972 no jornal *O Estado de S. Paulo*, com o título “Em Xambioá, a luta contra a miséria e a guerrilha”. Os profissionais da imprensa desempenharam seu papel em um ambiente político determinado a apagar a revolta da história oficial (Morais, 2012).

A história da Guerrilha do Araguaia também tem sido objeto de revisitação histórica, com estudos acadêmicos, documentários e discussões públicas trazendo à tona a memória da guerrilha e seu impacto na população local. Atualmente, uma ampla gama de pesquisadores tem se dedicado ao estudo dos acontecimentos da Guerrilha do Araguaia, produzindo diversos trabalhos ao longo dos anos. Entre eles estão Romualdo Pessoa Campos Filho, que em suas obras *A Guerrilha do Araguaia: A Esquerda em Armas (2012)* e *Araguaia: Depois da Guerrilha, Uma Outra Guerra (2013)*, oferece análises profundas sobre o conflito e suas repercussões. Clóvis Moura também contribuiu significativamente com o tema em seu livro *Diário da Guerrilha do Araguaia (1985)*. Luiza Giandoni Silva aprofundou o estudo da guerrilha em sua tese de doutorado intitulada *A Guerrilha do Araguaia: Memórias e Representações (2012)*. Como já citado anteriormente, Naurinete Fernandes Inácio Reis desenvolveu importantes pesquisas sobre a memória social relacionada ao conflito, com sua dissertação *Memória Social e Guerrilha do Araguaia (2013)* e sua tese *Cartografia de Memórias: Guerrilha do Araguaia, Campesinato e Questão Agrária no Sudeste do Pará - Amazônia Oriental (2021)*. Além disso, destacam-se as

produções de Janailson Macêdo Luiz, incluindo o artigo de 2018 intitulado *Memórias da Ditadura na Amazônia Oriental: Experiências de Mulheres e Homens Negros em Tempos de Guerrilha* e sua tese de doutorado de 2023, *Lutas pela Autonomia, Sonhos de Revolução: Uma História da Participação Negra na Guerrilha do Araguaia (1972-1974)*. Essas obras trazem importantes reflexões sobre a participação de mulheres e homens negros na Guerrilha do Araguaia, durante a ditadura militar no Brasil. Esses, entre inúmeros outros estudiosos, têm contribuído significativamente para o entendimento desse importante capítulo da história brasileira.

Ao longo da história, também diversos documentários foram desenvolvidos sobre o conflito armado da Guerrilha do Araguaia, tornando-se acessíveis ao público. Entre eles, destaca-se *Araguaia: Campo Sagrado (2009)*, disponível no youtube, que oferece uma visão detalhada do conflito, baseada em relatos de camponeses que vivenciaram os eventos. A obra explora o impacto do movimento guerrilheiro e da repressão militar sobre as comunidades locais. Outro documentário relevante é *Camponeses do Araguaia: A Guerrilha Vista por Dentro (2010)*, também disponível no youtube, que traz depoimentos de vítimas da brutalidade da ditadura. O documentário destaca a luta contínua dessas pessoas para que o Estado reconheça os crimes cometidos e conceda anistia aos atingidos pela repressão.

Diversas produções foram realizadas para fomentar discussões públicas sobre os acontecimentos da Guerrilha do Araguaia, que desempenharam um papel crucial na disseminação de informações e na busca por justiça pelos crimes cometidos durante o conflito. Dentre as diversas ações para disseminar informações sobre a Guerrilha do Araguaia, os jornais desempenharam um papel fundamental ao propagar essas memórias para garantir que não fossem esquecidas. A primeira matéria significativa sobre o conflito foi publicada por Fernando Portela, em 1972, no jornal *O Estado de S. Paulo*, com a reportagem intitulada *Em Xambioá, a luta é contra a miséria e a guerrilha* (Peixoto, 2011). Também, em 1979, o jornal *Movimento* publicou a *Carta de Pomar*, um documento que apresentou críticas à Guerrilha do Araguaia (Sales, 2007). Além dessas iniciativas, diversas ações públicas foram realizadas, incluindo reuniões, a criação de monumentos, memoriais e centros de documentação, todas com o objetivo de preservar e honrar essas memórias. Esse resgate histórico permite que as comunidades locais e o país como um todo compreendam melhor os eventos da época e sua influência duradoura na região do Sudeste Paraense.

Diversas esferas da sociedade tiveram um papel fundamental na busca de reconhecimento e reparação para aqueles afetados pela guerrilha. Movimentos sociais,

organizações e entidades realizaram diversas iniciativas com o objetivo de dar visibilidade e buscar justiça pelos crimes ocorridos durante o período da guerrilha. As ações promovidas por esses setores foram variadas, incluindo o reconhecimento oficial dos acontecimentos da guerrilha como parte significativa da história do país, apoio jurídico, organização de documentos e pressão sobre o Estado para garantir que as vítimas recebessem anistia (Reis, 2021).

Nesse sentido, no município de São Domingos do Araguaia (PA), foi fundada em 2005 a Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia (ATGA), com o objetivo principal de lutar pela defesa dos direitos sociais e pela busca da anistia daqueles que foram prejudicados pela guerrilha do Araguaia. A ATGA busca o reconhecimento tanto do Estado quanto da sociedade em relação aos abusos sofridos pelas vítimas durante o conflito, através da investigação e confronto do passado. A ATGA se destaca como um símbolo de resistência na luta pela justiça e reconhecimento das vítimas, mostrando sua identidade e o importante trabalho que realiza, de acordo com Nascimento, Mundoco e Santos (2017).

Como signatário de acordos e tratados internacionais, o Brasil atualmente está sob a égide do Estado de Direito (Silva, 2005). Nesse sentido, a jurisprudência internacional enfatiza que o país deve confrontar seu passado e o Estado deve assumir sua responsabilidade. Peixoto (2011) discorre que em 18 de junho de 2009, durante um ato público promovido pela Comissão da Anistia do Ministério da Justiça, que reuniu mais de 600 pessoas nas ruas de São Domingos do Araguaia, foi anunciada a concessão de anistia política a 44 camponeses que foram perseguidos pela repressão militar na época da Guerrilha do Araguaia.

De importância primordial na batalha pela preservação da memória contra o esquecimento, destacou-se a caravana de 1980. Senão, vejamos.

Após o II Congresso Nacional pela Anistia, ocorrido em novembro de 1979 em Salvador, BA, no qual foi promulgado o “Manifesto dos Parentes dos Mortos e Desaparecidos do Araguaia”, as mães e familiares de pessoas desaparecidas durante a Guerrilha se uniram, inicialmente de maneira isolada, e coordenaram a “Expedição dos Parentes dos Desaparecidos de Araguaia”, que contou com a participação do advogado Paulo Fonteles (Peixoto, 2011).

Em seu estudo, Peixoto (2011) destaca que a expedição ao Araguaia, em busca dos vestígios mortais dos comunistas, constatou a ocorrência do confronto armado, mesmo diante da postura ambígua adotada pelo Estado brasileiro. De acordo com Paulo Fonteles,

“a primeira verificação dos caravaneiros foi o fato de que realmente houve a guerrilha do Araguaia” (Fonteles Filho, 2011), resultando na iniciativa dos familiares em buscar na justiça a divulgação da localização das sepulturas de seus entes queridos falecidos.

Assim como acontecia em outros territórios da América do Sul, onde a população sofria com governos autoritários, as mães dos desaparecidos durante a Guerrilha do Araguaia lutaram para descobrir informações sobre seus filhos ou possíveis vestígios de seus corpos. A recuperação da memória é um instrumento de reparação por injustiças cometidas pelo Estado brasileiro, que se choca com leituras conservadoras que, de forma vil e afrontosa, afirmam que "quem procura osso é cachorro". Nesse contexto, a memória de resistência se torna fundamental, pois atua como produtora de denúncias, fomenta resistências e propõe outros modelos de territorialidade.

Dessa maneira, a preservação da memória se baseia nas recordações daqueles que vivenciaram os traumas, como camponeses, agricultores, habitantes das florestas e os soldados que presenciaram os eventos do passado. Essa é uma narrativa contemporânea, construída especialmente pelos camponeses, autores, estudantes da área e os movimentos sociais, uma vez que a Guerrilha do Araguaia ainda é um assunto significativo nos dias atuais (Reis, 2021).

Alguns moradores mais antigos lembram dos acontecimentos a partir do contexto atual, acontecimentos consternados com o avanço da expansão das áreas de pastagem e o desmatamento, caracterizando o modelo de “expansão agropecuária” que tem dominado o Sul e Sudeste do Pará desde então. Esse processo é incentivado pelo Estado, que, ao mesmo tempo, está empenhado em reprimir o movimento camponês com seu aparato de forma tendenciosa, originando assim a difundida expressão “injustiça institucionalizada” (Peixoto, 2011).

Conforme Peixoto (2011), a Guerrilha se apresenta como uma narrativa que transcende o tempo, pois tanto o desfecho sombrio, caracterizado por execuções e desaparecimentos, quanto os princípios que a sustentam, resumidos em 27 pontos ⁷ que tratavam de direitos, como a luta pela posse da terra, permanecem em aberto. Trata-se de uma história inacabada, uma vez que, mesmo decorridos 36 anos desde que os chamados “órgãos de inteligência” tentaram apagar o episódio sem deixar vestígios, o país está sendo

⁷ O programa dos 27 pontos foi um documento elaborado pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) com o objetivo de orientar e direcionar os guerrilheiros na região do Araguaia. Esse documento apresentava discussões sobre questões políticas, sociais e econômicas, sempre guiado por uma perspectiva política (Peixoto, 2011).

julgado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) devido ao desaparecimento de 62 indivíduos e à impunidade dos responsáveis.

Nesse contexto, são recordados os acontecimentos e os militantes envolvidos que se acreditavam terem sido enterrados naquela região, trazendo a história da Guerrilha em um cenário totalmente transformado: o local que antes era coberto por uma floresta, hoje se transformou em áreas de pastagem. Mesmo com muitas escavações feitas, não foram encontrados quaisquer vestígios materiais durante as buscas (Peixoto, 2011).

Em resumo, a interligação entre território, campesinato e memória social é um tema de grande importância. As vivências dos camponeses são influenciadas pelo território em que vivem, enquanto as memórias coletivas moldam suas identidades como grupo. A memória não se resume apenas a lembrar acontecimentos passados, mas também uma forma de resistir, reivindicar direitos e construir um futuro baseado nos ensinamentos do passado. Na região do Sudeste Paraense, as memórias de resistência e luta armada no Araguaia representam um testemunho vívido da capacidade dos camponeses em persistir, sobreviver e moldar seu próprio destino (Reis, 2021).

1.3.2 A dinâmica territorial da Guerrilha no Sul e Sudeste do Pará

A Guerrilha do Araguaia, ocorrida entre 1972 e 1974 na região do Araguaia (Reis, 2021), é um episódio marcante na história do país e da região amazônica. Este conflito armado envolveu as forças armadas brasileiras e um grupo de guerrilheiros comunistas reconhecidos como a Guerrilha do Araguaia. Um aspecto fundamental desse acontecimento foi a especificidade de sua organização territorial, que desempenhou um papel crucial na estratégia dos guerrilheiros e nas operações do exército. Neste tópico, vamos analisar a organização territorial da Guerrilha do Araguaia, destacando sua importância e impacto na organização do espaço regional do Sul e Sudeste do Pará.

A sub-região do Araguaia, situada na divisa entre os estados do Pará, Tocantins e Maranhão, foi o cenário escolhido pelos guerrilheiros comunistas para estabelecer sua base de operações. Essa decisão não foi arbitrária, pois diversos fatores tornaram a área atrativa para os militantes. Primeiramente, a região era remota e pouco povoada, o que representou um ambiente propício para as atividades clandestinas. Além disso, o Araguaia oferecia recursos naturais, como água potável, vegetação densa e uma grande quantidade de animais

selvagens que poderiam sustentar os guerrilheiros ao longo do conflito, conforme apresentado por Reis (2021).

Os primeiros militantes que faziam parte do quadro guerrilheiro começaram a chegar na região do Araguaia por volta de 1966, buscando fugir da perseguição do regime militar. Sua chegada foi feita de forma discreta e gradual, visando manter em segredo sua presença nas autoridades. A região foi escolhida pelos guerrilheiros por ser geograficamente isolada, com densa cobertura florestal, baixa densidade demográfica e negligência do Estado. A partir de 1970, tornou-se mais evidente a presença do grupo, que construiu casas, acampamentos, montaram comércios locais e prestavam assistência médica aos moradores, fortalecendo a solidariedade e ajuda mútua, conforme Moura (1979, p. 18).

No dia de Natal, 25 de dezembro de 1967, um “motor” corta as águas tranquilas do Araguaia que, nessa época do ano, é majestoso, muito largo e límpido, sobrevoado por cigarras e gaivotas. O barco aproxima-se da margem esquerda, encosta num lugar denominado Faveira. Dele desembarcaram três pessoas: um homem de seus cinquenta e poucos anos, Mário; uma mulher também idosa, dona Maria; um jovem de feições modestas e olhos brilhantes, o Joca. Vão viver aqui, num sítio onde há muitas mangueiras e uma casinha de telha carcomida pelo tempo.

Entre os anos de 1970 a 1972, mais militantes vinculados ao PCdoB se incorporaram ao grupo, elevando o total de combatentes para 69. O propósito principal era adquirir habilidades de sobrevivência na densa floresta amazônica como parte do treinamento para o confronto armado. Dessa forma, a estratégia adotada pelo movimento guerrilheiro era a de manter em sigilo suas ações, permitindo que seus membros se interessassem de maneira discretas entre os camponeses da região (Sousa, 2019).

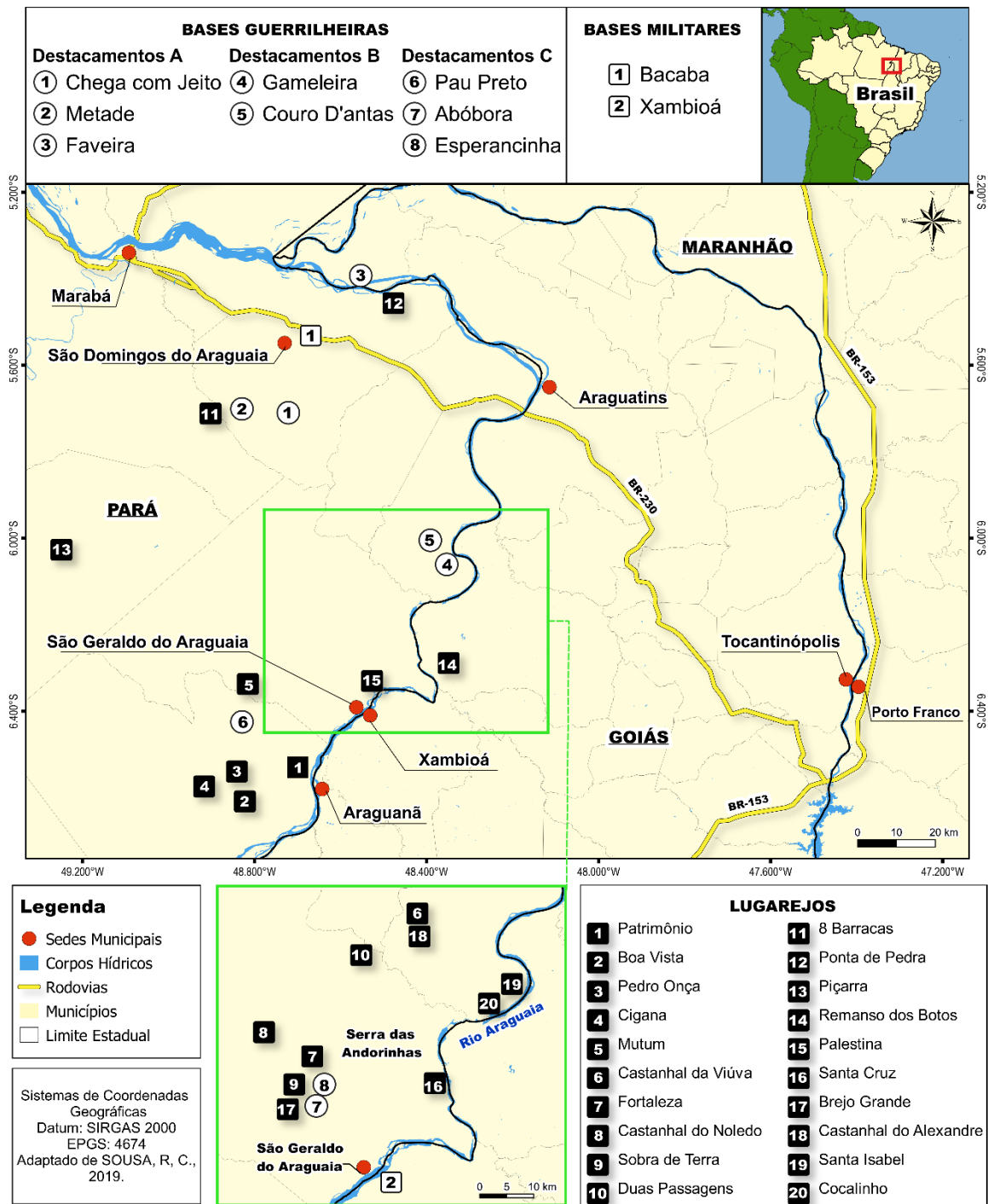
Nesse cenário, eles adquiriram conhecimento sobre práticas agrícolas, técnicas de plantio, métodos de cultivo, navegação na floresta e o modo de vida dos camponeses que viviam em uma região negligenciada pelo Estado, principalmente no que diz respeito à educação e saúde. Diante desse descaso, os integrantes do grupo, conhecidos como “paulistas”, iniciaram um trabalho de apoio à população local, oferecendo serviços essenciais, o que solidificou seus laços com a comunidade rural e conquistou confiança e respeito (Sousa, 2019).

Sousa (2019) discorre que, no *Relatório Arroyo* (1974),⁸ havia evidências de que os militantes do PCdoB se estruturaram em três agrupamentos distintos: A, B e C, e cada um

⁸ O *Relatório Arroyo* foi elaborado por Ângelo Arroyo, após a guerrilha do Araguaia, onde ele destaque como um dos dirigentes e membro do comitê central do PCdoB. E também, foi um dos poucos combatentes que sobreviveram ao conflito (Sousa, 2019).

desses agrupamentos foram subdivididos em três células menores. A formação é integrada por 22 guerrilheiros sob a liderança de André Grabois e Antônio de Pádua Costa, desenvolvia suas ações nas áreas de São Domingos do Araguaia e São João do Araguaia. O agrupamento B, constituído por 23 combatentes sob a liderança de Osvaldo Orlando Costa e José Humberto Bronca, atuava nas proximidades de Palestina do Pará, Brejo Grande do Araguaia e São Geraldo do Araguaia. O conjunto C, composto por 20 militantes liderados por Paulo Mendes Rodrigues e José Toledo de Oliveira, estabeleceu suas operações próximas à Serra das Andorinhas. Essas unidades estabeleceram suas bases em localidades distintas e todas estavam subordinadas à Comissão Militar (CM), composta por quatro membros e dirigida por Maurício Grabois, o principal líder revolucionário (Figura 1).

Figura 1 - Mapa das bases guerrilheiras



Fonte: Elaborado com base em Sousa (2019).

No período que abrange 1970 a 1971, houve a participação de novos apoiadores de grupos diversos, resultando nas Operações Carajás e Mesopotâmia realizadas pelo Exército. Conforme explicado pelo comando militar, para possíveis confrontos na selva, além de identificar atividades do PCdoB. De abril a junho de 1972, foi iniciada a Operação de

Inteligência, com a mobilização de serviços de informações, como o CIE, para investigar e vigiar a população a fim de localizar os militantes, conforme abordado por Sousa (2019).

Essas ações ocorreram principalmente por causa do Relatório das Operações Contra as Forças guerrilheiras do Exército (1972), elaborado pelo 3º Batalhão de Infantaria, que continha informações detalhadas sobre as estratégias utilizadas pelos militares para perseguir e destruir o movimento guerrilheiro. O relatório apresenta detalhes das operações na região, revelando as inúmeras violações cometidas, e devido à pressão de organizações de direitos humanos, movimentos sociais e da sociedade em busca de justiça, partes deste relatório foram disponibilizadas para consulta pública nos últimos anos (Sousa, 2019).

Nesse cenário, segundo Sousa (2019), o *Relatório Arroyo (1974)* apontava que os militantes foram capturados pelas forças militares. Era de conhecimento geral que o Exército estava monitorando as atividades guerrilheiras e detinha informações acerca da presença do PCdoB na região, obtidas mediante pressão e intimidação dos camponeses, com o intuito de obter informações sobre o paradeiro dos indivíduos conhecidos como “paulistas”. Parte dessas informações foram obtidas através de métodos coercitivos, tanto dos moradores locais quanto dos combatentes capturados pelas forças militares.

A dinâmica territorial da Guerrilha do Araguaia compreendeu a divisão da sub-região em várias “áreas-chave” (Morais, 2012):

- a) *Bases de apoio*: Os guerrilheiros estabeleceram uma série de bases de apoio na região do Araguaia, chamados de “bolsões”. Essas instalações eram reforçadas e utilizadas para treinamento, descanso e armazenamento de suprimentos. Estavam distribuídas estrategicamente ao longo da região, de modo a abranger uma extensa área considerável e dificultar o acesso das forças armadas.
- b) *Estrutura de comando*: Na região do Araguaia, a Guerrilha contava com uma organização estruturada, com lideranças tanto no âmbito militar quanto político. Destacavam-se nomes como Maurício Grabois, Osvaldo Orlando da Costa e Cunha, e João Amazonas eram algumas das figuras proeminentes na liderança da guerrilha entre os principais comandantes. Cada bolsão possuía um designado para coordenar as ações naquela região em particular.
- c) *Zonas de influência*: Junto às bases de apoio, os guerrilheiros delimitaram zonas de influência nas regiões próximas. Essas zonas eram empregadas para conquistar apoio da população local, recrutar novos combatentes e estabelecer uma presença

constante na região. Essas ações foram fundamentais para a estratégia de guerra popular adotada pelos guerrilheiros, que visava apoio da população local.

- d) *Estratégia de guerrilha*: Os guerrilheiros do Araguaia optaram por uma estratégia de guerrilha convencional, aliada com táticas de guerrilha rural. Isso envolvia emboscadas, ataques a patrulhas militares, sabotagem de estruturas e atividades de divulgação. O objetivo da estratégia era enfraquecer as forças armadas e conquistar a simpatia da comunidade local.

O papel desempenhado por esse tipo de ordenamento do território foi crucial para o progresso e desdobramento dos acontecimentos que se seguiram. Por meio dela, os guerrilheiros puderam exercer um controle efetivo sobre a extensa região, tornando mais complicada a ação das forças armadas. Além disso, as bases de apoio ofereceram aos membros do PCdoB locais seguros para se preparar, planejar e organizar, fortalecendo assim a resistência a longo prazo.

A estratégia de estabelecer zonas de influência foi essencial. Ao conquistar o apoio da comunidade local, os comunistas asseguraram suprimentos, informações e novos recrutas. Essa tática de guerra popular foi vital para a sobrevivência da guerrilha, uma vez que os militantes eram numericamente inferiores às forças militares. De acordo com as análises de Studart 2009, a dispersão das bases de apoio pela região dificultou o cerco aos guerrilheiros e demandou uma mobilização em massa das tropas. A logística complexa necessária para manter as bases abastecidas também representou um desafio significativo para o exército.

Além disso, a guerrilha conseguiu manter seu território por um período relativamente prolongado, o que forçou o governo a uma resposta constante e dispendiosa. As operações militares na região remota do Araguaia eram caras e envolviam um grande número de soldados. Dessa forma, a Guerrilha do Araguaia acabou desgastando as forças armadas e o governo ditatorial. Mesmo assim, a Guerrilha do Araguaia não foi capaz de alcançar seus objetivos políticos. As forças armadas brasileiras, após anos de combate, conseguiram cercar e derrotar os guerrilheiros. Esse movimento foi praticamente exterminado até 1975, com a prisão e morte de muitos de seus líderes e combatentes, conforme abordado por Reis (2021, p. 163).

Assim, o extermínio absoluto e definitivo dos que foram considerados inimigos seria efetivado, com a eliminação da vida, o desaparecimento dos corpos e com o apagamento da memória. As operações militares foram consideradas oficialmente encerradas em março de 1975.

A derrota dos guerrilheiros destacou a superioridade das forças armadas e a eficácia da estratégia do governo em combater os movimentos militantes. Além disso, revelou as limitações da estratégia de guerrilha rural em um contexto bem organizado. O principal motivo pelo qual os militares triunfaram na luta armada foi a sua superioridade numérica, bem como a preparação mais eficaz do regime militar em termos de táticas e uso de violência extrema, que afetou tanto os camponeses quanto os militantes (Reis, 2021).

Ao longo da história, a região do Araguaia foi amplamente marcada por conflitos referentes às questões territoriais e por assassinatos de lideranças de movimentos sociais rurais. Esses conflitos se intensificaram após a guerra, com a continuidade da violência pela posse da terra. Durante o período de guerrilha, muitos camponeses locais foram expulsos de suas propriedades e, ao retornarem, encontraram suas terras sob o controle de latifundiários. Durante e após o conflito, o processo de grilagem de terras se acentuou, resultando na perda de território para muitos camponeses e habitantes da floresta (Reis, 2021).

Torna-se importante destacar ainda que a estratégia geopolítica formulada pelos governos militares após 1964, com o intuito de conter qualquer potencial movimento de resistência por parte dos trabalhadores rurais, teve como desdobramento o aumento e a disseminação dos conflitos no meio rural em todo o território nacional. Ao examinar o levantamento das vítimas mortais decorrentes de conflitos rurais no período de 1985 a 1996, especialmente na área onde a Guerrilha ocorreu, Oliveira (2005, p. 226) chega à seguinte conclusão:

A implantação de grandes projetos agropecuários na Amazônia, principalmente no Pará, no bico do Papagaio (região compreendida pelo norte de Tocantins, sudoeste do Maranhão e sudeste do Pará) e no Mato Grosso, gerou um grande número de conflitos entre fazendeiro e posseiros, tornando a violência a principal característica dessa região.

Dentro desse cenário, após o fim da guerrilha do Araguaia, surgiram várias questões e muitas reivindicações por parte das “comunidades tradicionais” que necessitavam de organização e justiça. De maneira organizada, essas comunidades buscaram alternativas às abordagens econômicas, ambientais e legais existentes. Como resultado, os conflitos se intensificam e se tornam mais complexos na região, principalmente devido às reivindicações pelo reconhecimento de seus direitos territoriais. Os movimentos sociais desempenharam um papel fundamental na luta pela garantia dos direitos das pessoas afetadas pelo conflito armado, incluindo a contínua luta pela reforma agrária, que perdura até os dias atuais (Campos Filho, 2013).

Observou-se então, um incremento no surgimento de entidades e movimentos que se engajaram na batalha pela garantia de direitos políticos, territoriais, culturais e étnicos das famílias dos desaparecidos durante a guerrilha. Esses movimentos foram fundamentais na luta pelo reconhecimento pelo Estado, dos impactados pelos quais foram submetidos, e também para que pudessem obter anistia e compensações financeiras. Contudo, até os dias atuais, há evidências de que muitos dos afetados ainda não foram devidamente ressarcidos, de acordo com Reis, 2021.

Essas iniciativas criam entraves para a implementação e o progresso de grandes empreendimentos na região amazônica, representando movimentos sociais que não só se opõem à destruição do meio ambiente e à exploração, mas também buscam preservar um modo de vida específico e uma forma particular de produção. Segundo Reis (2017), essas iniciativas promovem abordagens distintas em termos de sentimentos, ações e pensamentos.

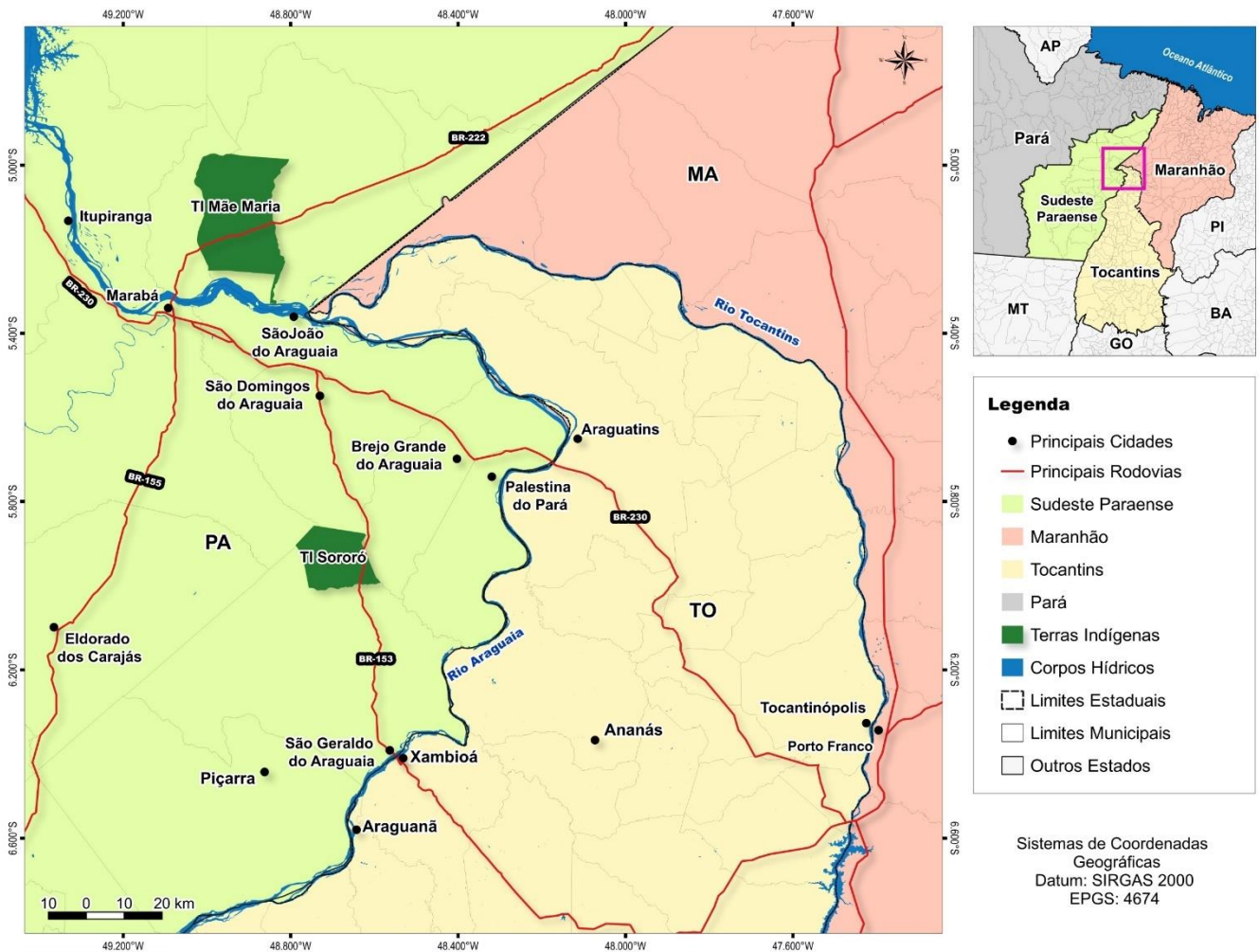
Por fim, compreende-se que os acontecimentos relacionados à Guerrilha do Araguaia percorreram um longo caminho, com estratégias e confrontos que influenciaram o território, o campesinato e as diferentes frentes afetadas, como os povos indígenas, guerrilheiros, comunidades locais, organizações sociais e políticas. De maneira geral, mesmo diante das muitas dificuldades enfrentadas, como prisões e assassinatos, os movimentos sociais emergiram e fortaleceram as demandas por reconhecimento, indenizações e pela permanência na terra. A memória dos camponeses, especialmente as memórias de resistência da guerrilha, tiveram um papel crucial na busca pelo reconhecimento desses eventos e na busca por justiça.

CAPÍTULO 2: UM FRAGMENTO DA FORMAÇÃO TERRITORIAL DA REGIÃO DO SUDESTE PARAENSE

2.1 Constituição do campesinato na região Sudeste Paraense

Desde o século XX, mais especificamente a partir da década de 1960, a Amazônia passou por intensas transformações territoriais, principalmente na região sudeste do estado do Pará, onde está localizada na área conhecida como “Bico do Papagaio”, ao qual faz divisa com o atual estado do Tocantins, ao norte, e com o estado do Maranhão, a oeste (Figura 2). A área compreendida como Sudeste Paraense, situada no estado do Pará, abrange 39 municípios: Abel Figueiredo, Água Azul do Norte, Bannach, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás, Conceição do Araguaia, Cumarú do Norte, Curionópolis, Dom Eliseu, Eldorado dos Carajás, Floresta do Araguaia, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Marabá, Nova Ipixuna, Nova Esperança do Piriá, Ourilândia do Norte, Pacajá, Palestina do Pará, Parauapebas, Pau D'Arco, Piçarra, Redenção, Rio Maria, Rondon do Pará, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Domingos do Araguaia, São Félix do Xingu, São Geraldo do Araguaia, São João do Araguaia, Sapucaia, Senador José Porfírio, Tucumã, Tucuruí, Ulianópolis e Xinguara. Essa região cobre uma área de aproximadamente 297.000 km², correspondendo a cerca de 23,8% do território paraense e

Figura 2 - Localização da Região do Bico do Papagaio



Fonte: Elaborado com base nos dados do IBGE (2021).

Por outro lado, em 1996, a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultoras e Agricultores Familiares do Pará (FETAGRI-PA) propôs uma reorganização da região Sudeste Paraense, motivada pela intensa pressão dos sindicatos (Caira, 2019). Diante dessa necessidade, a FETAGRI buscou aprimorar a estrutura e o controle dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e dos Agricultores Familiares (STTRs). Como resultado, a federação subdividiu a região sudeste do Pará em duas sub-regiões: Sudeste do Pará e Sul do Pará, permitindo uma organização mais eficiente e adaptada às demandas locais.⁹

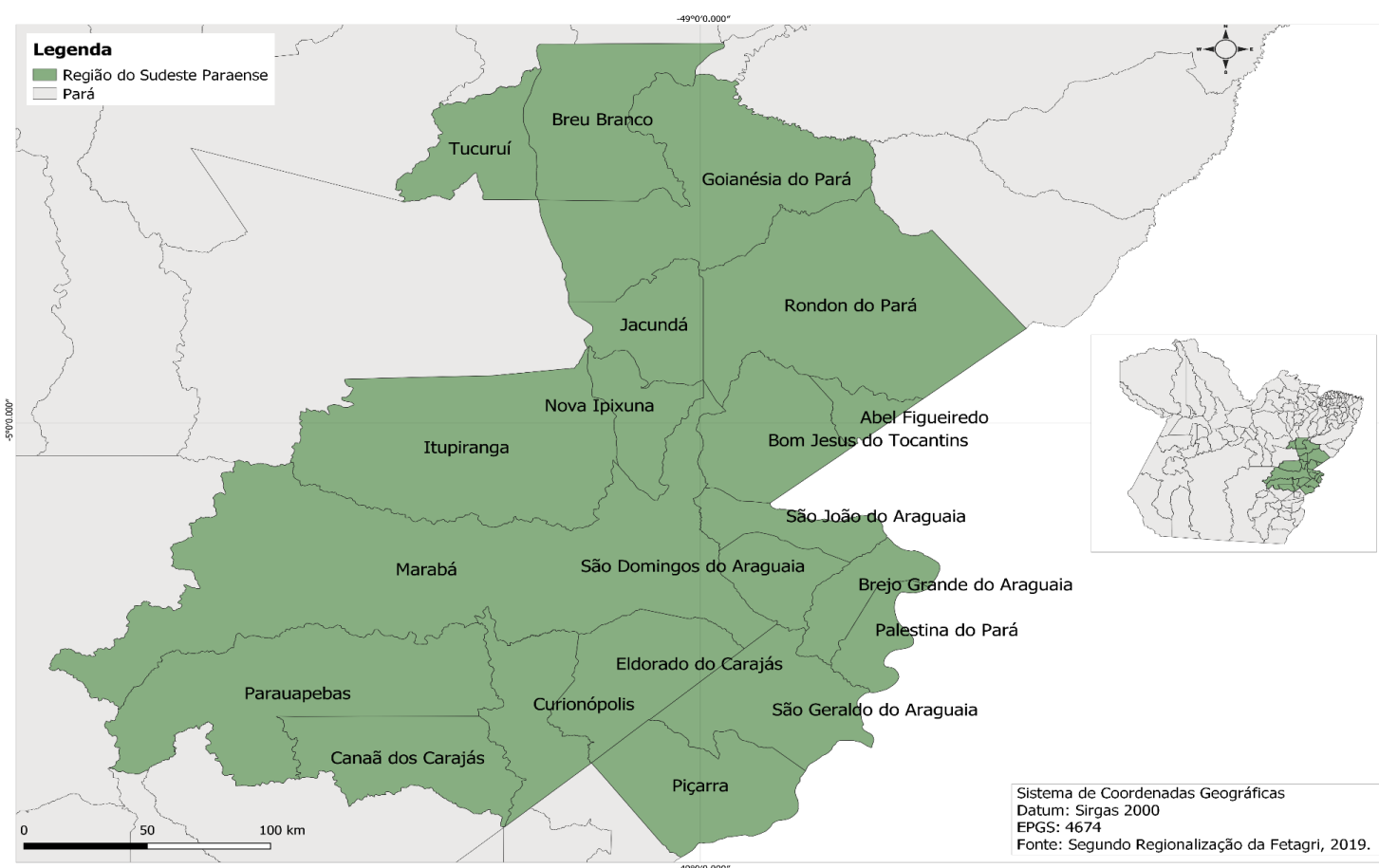
Um dos principais motivos que levaram à criação uma entidade como essa, de alcance regional e representante dos STTRs no Sudeste do Pará, foi a presença constante

⁹ Essa espacialização foi definida pela Federação no ano de 1996, motivada principalmente pela necessidade de reorganização e aproximação dos municípios e STTRs do estado à Fetagri paraense (de abrangência estadual), cuja sede está localizada em Belém do Pará. Essa reorganização foi necessária devido à extensão territorial do estado e a pressão dos sindicatos da região sudeste do Pará em relação à Fetagri que não conseguia acompanhar de maneira efetiva todos os STTRs (Caira, 2019, p.17).

de conflitos relacionados à posse e permanência na terra e na região, além de que a FETAGRI estadual não estava de forma atuante na região, como destacado por Caira (2019).

A área de foco desta pesquisa, conforme a Fetagri Regional Sudeste Paraense, está situada na região sudeste do Pará e é constituída por nove municípios: Brejo Grande do Araguaia, Eldorado dos Carajás, Itupiranga, Marabá, Palestina do Pará, Piçarra, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e São João do Araguaia, conforme ilustrado na Figura 3 (Fetagri, 2019).

Figura 3 - Regionalização proposta por Fetagri (2019)



Fonte: Elaborado com base na regionalização da FETAGRI (2019).

Durante o regime da ditadura militar, a constituição da região amazônica, especialmente no sudeste do Pará, foi reestruturada em um cenário político voltado para o progresso, com foco na integração territorial para atender a interesses econômicos. A ocupação do Sudeste Paraense foi fortemente impactada por intensos incentivos que promoveram a implementação de “projetos agropecuários, industriais e de serviços básicos, como transporte, energia, comunicação e educação” (Reis, 2021, p. 45). Esses

incentivos visavam explorar economicamente o território, considerado pelo Estado como um “vazio demográfico” (Reis, 2021).

A Amazônia brasileira, foi historicamente preparada para ser explorada e estrategicamente inserida em projetos de desenvolvimento orientados pela perspectiva capitalista. Pesquisadores como Campos Filho (2012 e 2013), Ianni (1981), Peixoto (2011) e Reis (2013 e 2021) destacam que esses projetos visavam integrar a região à economia nacional e global.

Conforme abordado por Reis (2021), através das estratégias desenvolvidas com a “Operação Amazônia”, difundida pelos órgãos governamentais em níveis federal, estadual e municipal, visava-se a modernização da região amazônica, priorizando a utilização de incentivos fiscais (1966), mediado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). A estratégia do governo de oferecer incentivos fiscais e crédito tinha como meta a disponibilização de recursos para o desenvolvimento de atividades industriais, agropecuárias e de prestação de serviços em geral.

Neste contexto, em 1967, o país estabeleceu a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), com o objetivo de desenvolver um polo industrial e agropecuário que conectasse a Amazônia ao restante do mundo. Com a implementação e o crescimento dos projetos agropecuários na região, houve um aumento significativo na vulnerabilidade das comunidades locais, especialmente os povos tradicionais e indígenas. De acordo com o Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), cerca de 8.340 indígenas foram assassinados durante o período analisado, de 1964 a 1985 (Alarcon, 2018; CNV, 2014 *apud* Passos; Benatti, 2020). No contexto da Guerrilha do Araguaia, destaca-se a brutalidade do envolvimento dos indígenas Suruí-Aikewara, cujo território localizava-se entre os atuais municípios de São Domingos do Araguaia e São Geraldo do Araguaia, conhecido hoje como Terra Indígena Sororó (Reis, 2021, p. 19).

Reis (2021), ao analisar a obra de Ianni (1981), identificou que as políticas de desenvolvimento voltadas para a região revelaram interesses diversos, especialmente no que diz respeito ao “uso e apropriação da terra” (Reis, 2021, p. 47). O aumento da população local, impulsionado pela chegada de migrantes tanto do Nordeste quanto do Sul do Brasil, desencadeou uma série de conflitos com as famílias que já viviam na região sudeste do Pará, incluindo indígenas, posseiros e camponeses. Essas famílias, embora detentoras da posse da terra, não possuíam o título de propriedade, o que agravou as disputas territoriais (Reis, 2021).

o lavrador que trabalha na terra sem possuir nenhum título legal, nenhum documento reconhecido legalmente e registrado em cartório que o defina como proprietário, é classificado como ocupante de terra, nos sentidos oficiais, ou como posseiro, na linguagem comum (Martins, 1995, p. 103).

Os institutos criados pelo Estatuto da Terra em 1964, com o objetivo de promover a reforma agrária, como o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA),¹⁰ foram alvo de diversos processos de corrupção, grilagem de terras e venda de terras para estrangeiros (Oliveira, 1988 *apud* Reis, 2021). Nesse cenário, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi fundado na década de 1970, com objetivos semelhantes aos dos institutos anteriores. Atualmente, o INCRA continua em funcionamento e tem como propósito efetivar a reforma agrária de acordo com o desenvolvimento da região amazônica. A partir da década de 1970, a região foi alvo de um novo processo planejado, chamado de “colonização dirigida” (Reis, 2021).

A partir desse contexto, foi criado em 1970 o Plano de Integração Nacional (PIN) com o intuito de fomentar o desenvolvimento da região, o que resultou em um significativo aumento dos fluxos migratórios em direção à Amazônia, sobretudo na área sudeste do Pará. O governo liderado pelo General Emílio Garrastazu Médici implementou o Plano de Integração com o lema “integrar a Amazônia para não a entregar aos estrangeiros” (Oliveira, 2016, p. 95 *apud* Reis, 2021, p. 48). O PIN tornou-se a principal estratégia adotada pelo Estado para acelerar o desenvolvimento da Amazônia (Reis, 2021).

Com a construção da Transamazônica (BR-230), que teve início em 1970, houve uma reestruturação regional promovida, entre outras coisas, pelo maior acesso da região a outras áreas. Para a ditadura militar, a criação dessa rodovia foi essencial, pois prometeria a “modernização” dos territórios na região (Reis, 2021, p. 44) e se tornaria uma estratégia para garantir a segurança nacional. A política de desenvolvimento criada visando acelerar o crescimento da Amazônia resultou em uma ocupação desordenada. Os métodos utilizados foram divergentes, provocando impactos significativos nas comunidades locais. Aumentaram os conflitos relacionados à posse da terra entre os diferentes grupos sociais que habitavam a região, os quais lutavam pelo direito de permanecer no local que já residiam por décadas (Reis, 2021).

¹⁰ O regime militar editou o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 1964) e criou o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), em substituição à SUPRA (INCRA, 2015, p. 64).

Segundo Reis (2021), o desenvolvimento do Sudeste Paraense foi fortemente influenciado por questões econômicas. O Estado buscava transformar a região amazônica conforme os interesses da classe dominante. Houve uma aceleração no processo de ocupação, com o governo considerando os recursos estratégicos da área, como água, terra, floresta e subsolo. A ocupação foi facilitada por ações políticas que tinham como objetivo impulsionar o crescimento econômico e comercializar a região, resultando na desarticulação das comunidades tradicionais e gerando conflitos territoriais.

O discurso adotado pelos militares de que a região amazônica estava vazia, desconsiderava a presença de diversas comunidades que habitavam a região a inúmeras décadas. Essa visão limitada e excludente serviu de base para as políticas de ocupação e desenvolvimento que ignoravam a existência e os direitos dessas populações (Reis, 2021). A ideia de vazio propagada pelo governo legitimou a repressão e contribuiu para a exclusão das culturas, modos de vida e direitos dessas comunidades, resultando frequentemente em conflitos, deslocamentos forçados e violência, impactando profundamente a sobrevivência desses povos. A região amazônica, particularmente o Sudeste Paraense, estava ocupada por dezenas de grupos indígenas, “e ocupada também, ainda que dispersamente, por uma população camponesa já presente na área desde o século XVIII, pelo menos” (Martins, 2018, p. 74 *apud* Reis, 2021, p. 56).

A região Sudeste Paraense, viu-se em meio a diversos conflitos pela posse e permanência na terra. Mesmo antes da construção da Transamazônica, as autoridades militares tinham conhecimento desses conflitos, no entanto, acabavam apoiando os interesses da elite capitalista, que buscava usurpar terras por meio da violência. Os conflitos foram aumentando e acontecendo de diversas maneiras entre os moradores já viventes na região e os “novos proprietários” (Reis, 2021, p. 56).

É a partir desse contexto histórico de luta pela terra que o campesinato se formou e está inserido. Esse grupo foi usado estrategicamente por duas forças opostas que buscavam promover suas ideologias políticas. Tanto os militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que compreendiam as forças das guerrilhas, quanto as Forças Armadas, usaram o campesinato de maneira planejada (Reis, 2021).

Historicamente, o campesinato desempenhou um papel importante e essencial no crescimento da região Sudeste Paraense. Conforme mencionado anteriormente, a região passou por uma série de transformações que foram fundamentais para a continuidade da reprodução camponesa. A constituição do campesinato no Sudeste Paraense envolve a análise de diferentes fatores sociais e econômicos que perduram até os dias de hoje.

Conforme os estudos desenvolvidos por Peixoto (2011), do ponto de vista histórico, a ocupação e colonização da região Sudeste Paraense remontam a uma narrativa complexa e multifacetada. No início do século XX, a região testemunhou a atração de migrantes de diversas partes do Brasil devido ao apelo da economia extrativista, principalmente da borracha e da madeira. Esses produtos naturais despertaram o interesse de empresas e investidores, o que levou a uma migração em massa para a região. Essa fase de investimentos econômicos, no entanto, foi acompanhada por tensões sociais e conflitos, já que as políticas de exploração nem sempre respeitaram os direitos das populações tradicionais e indígenas da região.

Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho (Martins, 1980, p.60).

Durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985), a região Sudeste Paraense foi diretamente influenciada por medidas governamentais, como a “Operação Amazônia” e a abertura da Transamazônica, destinadas a promover a ocupação da Amazônia. Essas políticas buscavam estimular a migração de pessoas do sul e sudeste do Brasil para a região amazônica, resultando em mudanças significativas tanto sociais quanto econômicas, com ressaltos Campos Filho (2012).

Santos (1978) analisa que a economia extrativista desempenhou um papel significativo na região Sudeste Paraense, ligando-se estreitamente ao contexto geográfico e histórico da região. Durante o auge do extrativismo (1960-1980), a exploração de produtos como o caucho, a madeira e os minerais, como o manganês e o ouro, foram uma das principais atividades econômicas da região. O caucho, em particular, atraiu grande atenção de investidores e migrantes em busca de oportunidades econômicas.

Essa atividade econômica exerceu uma profunda influência na migração para a região sudeste do Pará. Conforme discute Reis (2021), a busca por riquezas naturais, como a extração de caucho e a exploração de árvores de alto valor comercial, como a castanheira (*Bertholletia excelsa* Kunth), o mogno (*Swietenia macrophylla* King), o pau-rosa (*Aniba rosaeodora* Ducke), e o *Euxylophora paraensis* Huber (pau-amarelo), incentivou um fluxo constante de migrantes vindos de outras partes do Brasil, atraídos pelas promessas de enriquecimento. Esse movimento resultou em uma diversidade étnica e cultural na região, à medida que pessoas de diferentes origens se estabeleceram, criando uma rica mistura de tradições e experiências.

No entanto, a exploração desenvolvida dos recursos naturais também teve impactos negativos nas comunidades locais e no ambiente. A extração intensiva do caucho e da madeira, por exemplo, frequentemente levou ao esgotamento dos recursos e à degradação ambiental. Além disso, as políticas de exploração muitas vezes negligenciam as necessidades e os direitos das paisagens tradicionais para as comunidades, resultando em conflitos e mudanças sociais significativas. As paisagens tradicionais para as comunidades se caracterizam como espaços de memória e identidade, onde as atividades desenvolvidas e moldadas ao longo do tempo foram socialmente construídas. Essas atividades geram símbolos que representam os indivíduos e suas culturas. Ao desconsiderar a importância dessas paisagens para as comunidades locais, compromete-se a integridade e o desenvolvimento tradicional dessas famílias.

Ao longo dos anos, as disputas pelas terras e seus recursos naturais, com destaque para a madeira, impuseram relações sociais extremamente violentas e se estabeleceu uma forma de gestão do território com base na ilegalidade, na intimidação e agressão aos menos favorecidos economicamente (Folhes *et al*, 2016, p. 305).

Para Campos Filho (2012), as políticas de desenvolvimento da Amazônia desempenharam um papel crucial na transformação da região Sudeste Paraense ao longo de sua história. O Estado brasileiro implementou estratégias específicas para promover a ocupação e o desenvolvimento da região, buscando explorar seu vasto potencial econômico e geográfico. Algumas das principais políticas e estratégias incluem (Reis, 2021):

- a) *Operação Amazônia*. Lançada na década de 1960, a Operação Amazônia teve como objetivo fomentar o desenvolvimento da região por meio da atração de colonos de outras partes do Brasil. O governo incentivou a ocupação da Amazônia oferecendo preços reduzidos e promovendo a construção de infraestrutura básica, como estradas, escolas e hospitais.
- b) *Abertura da Transamazônica*. A construção da rodovia Transamazônica, que corta a região Sudeste Paraense, foi uma parte central da estratégia de integração da Amazônia ao restante do país. Inaugurada em 1972, a Transamazônica visava ligar a região norte ao centro-sul do Brasil, permitindo o acesso a áreas remotas e promovendo a ocupação da floresta.
- c) *Plano de Integração Nacional (PIN)*. O PIN foi uma política mais ampla que englobou a Operação Amazônia e a construção da Transamazônica. O plano tinha como objetivo integrar as regiões menos específicas do Brasil ao centro

econômico do país, com foco na Amazônia. Isso envolveu a construção de infraestrutura, a promoção da agricultura e a criação de incentivos para atrair migrantes.

Partindo da obra de Peixoto (2011), pode-se identificar alguns impactos desses acontecimentos em diferentes setores da sociedade, destacando-se em termos de impactos sociais, é visível uma grande migração em massa de colonos de diferentes partes do Brasil para a região. Embora essa migração traga consigo uma diversidade de culturas e etnias, também acarreta desafios sociais, como conflitos fundiários decorrentes da disputa por terras e recursos, bem como a carência de infraestrutura adequada para atender às crescentes necessidades da população.

Dentro desse cenário de disputa pela posse e permanência na terra, o campesinato mantém uma estreita conexão com a terra, baseando-se na agricultura em pequena escala como principal forma de sustento. A agricultura para consumo próprio se destaca pelo cultivo de alimentos específicos para consumo familiar, como mandioca, milho, feijão, entre outros, e geralmente inclui práticas tradicionais de manejo agrícola, de acordo com Sader (1990).

De acordo com Peixoto (2011), às comunidades na região Sudeste Paraense apresentam uma organização social própria, muitas vezes baseada em relações de parentesco e vizinhança. A solidariedade entre os membros da comunidade é fundamental para o apoio mútuo às atividades agrícolas e ao enfrentamento de desafios. A posse da terra é um elemento-chave da organização social, com sistemas de uso coletivo e práticas comuns de manejo dos recursos naturais. Além disso, a produção agrícola e a criação de animais são frequentemente integradas, contribuindo para a sustentabilidade do modo de vida camponês na região.

O surgimento do campesinato nesta parte da Amazônia está diretamente ligado à chegada de migrantes de diversas partes do Brasil para o Sudeste Paraense. Esses colonos foram atraídos por oportunidades de acesso à terra, muitos dos quais estavam em busca de terras para a agricultura e a criação de gado. Com essa grande migração, a região se tornou um mosaico de tradições e modos de vida devido à diversidade de culturas e etnias presentes. Esse encontro resultou em uma mistura cultural única, contribuindo para uma sociedade diversificada e enriquecendo a identidade cultural do Sudeste Paraense (Almeida, 2006).

Conforme as diferentes comunidades se estabeleciam, desenvolviam também suas práticas agrícolas adaptadas às condições locais, como o cultivo de alimentos básicos, e buscavam na terra e na pecuária os meios de autoconsumo. No entanto, essa mudança demográfica e a exploração dos recursos naturais também trouxeram desafios, como o uso sustentável da terra e a coexistência entre as culturas indígenas e as comunidades migrantes (Almeida, 2006).

Mendes (2004) argumenta que os conflitos pela posse e permanência na terra têm sido uma questão preocupante desde as décadas anteriores. A expansão das atividades capitalistas no campo em larga escala tem resultado em disputas territoriais. Além disso, surgem conflitos ambientais decorrentes da exploração predatória dos recursos naturais, que têm impactos negativos na qualidade de vida e no meio ambiente das comunidades. O desmatamento, a poluição dos recursos hídricos e a manipulação do solo apresentam desafios ambientais significativos.

O modo de vida do campesinato na Região Sudeste Paraense reflete uma estreita ligação com a terra e os recursos naturais. A agricultura de autoconsumo é uma prática predominante entre as comunidades, com a plantação de culturas como arroz, feijão, mandioca e milho desempenhando um papel central na alimentação das famílias locais. Essas culturas não apenas garantem a segurança alimentar das comunidades, mas também desempenham um papel cultural importante, transmitindo técnicas agrícolas tradicionais de geração em geração (Reis, 2021).

A economia extrativista desempenhou um papel central, atraindo pessoas em busca de oportunidades econômicas, mas também impactando melhorias no ambiente. As transformações sociais e culturais nas comunidades camponesas refletem uma interação complexa entre políticas de desenvolvimento e tradições locais, enquanto os desafios enfrentados incluem conflitos de terra, ambientais e a pressão para adaptar-se a modelos agrícolas modernos. Preservar a cultura e o modo de vida requer um equilíbrio delicado entre tradição e adaptação às mudanças em curso na região, conforme abordado por Sader (1990).

As comunidades camponesas na região Sudeste Paraense passaram por transformações sociais e culturais devido à interação com políticas de desenvolvimento e às dinâmicas econômicas da região. A migração em massa de colonos de outras partes do Brasil, incentivada por políticas de desenvolvimento, enriqueceu o cenário social com diversidade étnica e cultural. No entanto, também trouxeram conflitos relacionados à disputa por terras e recursos naturais, resultando em conflitos fundiários e deslocamentos

motivados que impactaram diretamente o modo de vida regional (Mendes, 2004). É importante notar que, embora essas práticas agrícolas e pecuárias sejam fundamentais para o autoconsumo, a intensificação dessas atividades também pode gerar desafios, como a pressão sobre a terra.

Nesse contexto, a constituição do campesinato no Sudeste Paraense passou por profundas transformações, que desencadearam diversas formas de resistência para garantir a permanência na terra. As crueldades enfrentadas pelos camponeses não só os afastaram de seus modos de vida tradicionais, mas também difundiram ideais que impactaram profundamente suas vivências e identidades. A geografia da região, combinada com o modo de vida dos camponeses, tornou-se um fator crucial para o desenvolvimento do conflito armado. Como resultado, tanto a região quanto os camponeses se tornaram alvos estratégicos e sistemáticos de duas forças conflitantes.

2.2 Luta armada no contexto da guerrilha do Araguaia

A Guerrilha do Araguaia foi um dos episódios mais significativos da resistência armada ao regime militar que se instalou no Brasil após o golpe de 1964. Ocorreu entre 1972 e 1974 na região do Rio Araguaia, no estado do Pará, foi resultado direto da repressão política que se intensificou durante a ditadura. O golpe militar de 1964 foi deposto pelo presidente João Goulart e estabeleceu um regime autoritário no país, marcado por perseguições políticas, censura e restrições às liberdades civis (Almeida, 2018).

As abordagens de Campos Filho (2013), apontam que a Guerrilha do Araguaia foi um conflito armado ocorrido na região da floresta amazônica, mais especificamente ao longo do rio Araguaia, no Brasil, entre os anos de 1972 e 1974. Foi uma luta armada entre guerrilheiros comunistas, conhecidos como membros do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), e as forças de segurança do governo brasileiro, incluindo o Exército Brasileiro, a mesma teve suas raízes na luta contra a ditadura militar que governava o Brasil naquela época. O PCdoB buscava promover a revolução socialista no país e acreditava que a luta armada era o caminho para alcançar esse objetivo. Assim, os guerrilheiros se estabeleceram na região do Araguaia, onde a densa floresta tropical oferecia abrigo e ocultação.

Moura (1979) discorre que, durante os anos de conflito, houve diversos confrontos entre as forças de segurança e os guerrilheiros. O governo brasileiro lançou uma operação militar em grande escala em 1972, que resultou na captura e morte de vários guerrilheiros,

além de um número significativo de baixas entre as forças armadas. A operação militar foi altamente controversa e envolveu relatos de abusos contra os direitos humanos.

A Guerrilha do Araguaia foi amplamente desconhecida do público em geral até a meados de 1980, quando foram descobertos documentos e testemunhos que lançaram luz sobre o conflito. O tema continua sendo objeto de debate e investigação, especialmente no que diz respeito ao número de pessoas desaparecidas e aos eventos ocorridos durante esse período (Peixoto, 2011).

Durante o período da ditadura militar no Brasil, que se estendeu de 1964 a 1985, Campos Filho (2012) expõe que a repressão política atingiu níveis alarmantes, levando a considerar aqui o papel do PCdoB na região, que foi o de organizar e treinar guerrilheiros, bem como promover uma agenda política de esquerda entre as populações locais. Eles buscavam a mobilização e conscientização da população camponesa, visando a formação de um movimento revolucionário. No entanto, a presença dos guerrilheiros na região levou a uma resposta enérgica do regime militar, resultando em confrontos armados e em uma das operações militares mais intensas da ditadura.

O PCdoB também desempenhou um papel importante na documentação da história da Guerrilha do Araguaia e na promoção da memória desse conflito. A partir de documentos e testemunhos de sobreviventes, o partido buscou lançar luz sobre os eventos que ocorreram na região, levando ao reconhecimento dos fatos ocorridos e à investigação de violações dos direitos humanos que ocorreram durante o conflito (CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2010). Os tópicos a seguir apresentam de forma temporal o desenvolvimento do PCdoB, conforme Ferreira e Delgado (2012):

- I. *1962*: Fundação do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) por dissidentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB);
- II. *1964*: Golpe militar no Brasil, que instaurou a ditadura. PCdoB passa à clandestinidade;
- III. *1967*: Fase de adaptação dos militantes na região amazônica, liderada pelo PCdoB;
- IV. *1972-1973*: Período de intensos conflitos na Guerrilha do Araguaia, com repressão das forças militares;
- V. *1974*: Estimativa de morte de Pedro Carretel;
- VI. *1976*: Captura e morte de diversos líderes da Guerrilha do Araguaia, incluindo Pedro Pomar;

- VII. 1977: O PCdoB realiza seu 5º Congresso, reafirmando a luta armada como tática de combate à ditadura;
- VIII. 1985: Fim da ditadura militar no Brasil e abertura democrática. PCdoB deixa a clandestinidade;
- IX. 1990: Eleições para o Congresso Nacional, e o PCdoB elege seus primeiros deputados federais.

Partindo desta análise, Sales (2007) observa que o PCdoB desempenhou um papel importante na luta contra a ditadura no Brasil. O partido foi fundado em 1962, pouco antes do golpe militar de 1964, e rapidamente se tornou uma organização de esquerda ativa na resistência ao regime. O PCdoB esteve envolvido em atividades de resistência, incluindo greves e protestos. Vários de seus membros foram perseguidos, presos e até mortos pelo regime. A persistência do PCdoB e de outros grupos de oposição contribuiu para o enfraquecimento gradual da ditadura e, finalmente, para a restauração da democracia no Brasil.

Os guerrilheiros que se organizaram na região do Araguaia eram membros do PCdoB, que buscavam a derrubada da ditadura e a instauração de um governo socialista no Brasil. Eles acreditavam que a luta armada era o caminho para atingir seus objetivos, e o Araguaia foi escolhido como local de atuação devido à sua localização estratégica e às condições geográficas específicas para a guerrilha. Os guerrilheiros tinham como motivação não apenas a oposição a ditadura militar, mas também a crença na luta por justiça social e igualdade, fundamentos do comunismo, conforme Moura (1979).

Gaspari (2014) discorre que a Guerrilha do Araguaia resultou em um confronto prolongado e violento entre os guerrilheiros e as forças armadas brasileiras, causando a morte de muitos combatentes de ambos os lados. A resistência dos guerrilheiros durou anos, mas, no final, as forças militares conseguiram sufocar o movimento. No entanto, a Guerrilha do Araguaia deixou um legado significativo na história do Brasil, sendo um símbolo da luta contra a ditadura e um lembrete das tensões políticas e sociais que marcaram esse período conturbado da história brasileira.

A escolha da região do Araguaia como palco da Guerrilha do Araguaia foi estratégica e envolveu vários fatores. Primeiramente, uma área oferecia vantagens geográficas, como florestas densas, rios e terrenos acidentados, que forneciam cobertura e dificultavam a perseguição das forças de segurança do governo: “terras novas em processo recente de ocupação, conflitos sociais pela posse da terra; ausência do Estado,

não cumprindo suas funções básicas e uma área de difícil acesso por causa da floresta densa” (Nascimento, 2000, p. 77). Além disso, a região era relativamente isolada, o que permitia aos guerrilheiros operar com relativa descrição. A proximidade com a fronteira com o Pará, uma área pouco povoada na época, também tornou a região propícia para o estabelecimento de bases de apoio (Reis, 2021).

O desenvolvimento da guerrilha na região envolveu um treinamento intensivo de guerrilheiros, que foram instalados em acampamentos secretos na selva. Eles receberam instruções militares, táticas de guerrilha e treinamento político-ideológico. As operações militares incluíram emboscadas, ataques a patrulhas militares e sabotagem de infraestrutura. Os guerrilheiros também buscaram o apoio de camponeses locais, transferindo a concessão de mantimentos e informações (Reis, 2021).

Os conflitos armados na região, conforme detalhado por Moura (1979), foram recorrentes, com as forças militares brasileiras conduzindo operações destinadas a eliminar a presença guerrilheira. Essas ações resultaram em confrontos violentos, causando baixas em ambos os lados do conflito. A guerrilha persistiu na região por um período específico, no entanto, as forças armadas brasileiras sua superioridade, a localização geograficamente remota do local dificultou a sustentação das atividades guerrilheiras. Essa situação gerou um ambiente de instabilidade prolongada na região, com implicações importantes para a segurança e a estabilidade da área em questão.

Conforme abordado por Campos Filhos (2012), a presença dos guerrilheiros e das forças armadas na região do Araguaia durante a Guerrilha tiveram efeitos profundos nos camponeses locais. Essas populações, que habitavam uma área relativamente isolada, foram submetidas a deslocamentos forçados devido à violência e à instabilidade que o conflito trouxe. Muitas perdas em suas casas e meios de produção, enfrentam dificuldades econômicas significativas. Além disso, as comunidades locais foram frequentemente vítimas de abusos e intimidações por parte dos grupos em conflito, causando traumas psicológicos duradouros.

No que tange aos impactos na população local, observamos que a presença de grupos armados guerrilheiros e militares frequentemente resultou no deslocamento forçado de camponeses e comunidades locais devido a ameaças à segurança. Isso teve consequências sociais e econômicas profundas, incluindo a perda de propriedades, meios de produção e o acesso a recursos naturais essenciais, como terras e rios. A presença de grupos armados também gerou um clima de medo e insegurança na população,

impactando profundamente a qualidade de vida e a estabilidade emocional das comunidades locais (Maia *et al*, 2005).

No que diz respeito aos impactos emocionais e psicológicos da guerra são evidenciados, que a exposição constante à violência e aos conflitos armados resultou em traumas psicológicos, medo persistente e estresse nos camponeses (Maia *et al*, 2005). Além disso, a presença de grupos armados levou a divisões dos camponeses, com desconfiança e suspeitas sobre colaboradores ou informantes (Reis, 2021).

Reis (2021) explica que as operações militares na região resultaram na perda de recursos naturais e no controle do meio ambiente, prejudicando ainda mais a sustentabilidade das comunidades camponesas. A presença de grupos armados também restringiu a liberdade de movimento dos camponeses, o que afetou seu modo de vida e o desenvolvimento de suas práticas tradicionais. Além disso, a desconfiança e as divisões internas nas comunidades surgiram devido à pressão para colaborar com um dos lados em conflito.

Após o fim da Guerrilha do Araguaia, as comunidades da região apoiaram a superação de conflitos. A repressão militar perdurou, e muitas vezes os militares suspeitavam das comunidades locais como simpatizantes dos guerrilheiros. Isso foi obtido em interrogatórios, intimidação e vigilância constante, o que afetou a sensação de segurança e liberdade nas comunidades. Além disso, a presença de bases militares na região continuou a restringir o acesso a terras e recursos naturais, prejudicando a população local, conforme Moraes e Silva (2012).

Campos Filhos (2012) explica que muitos camponeses foram submetidos e influenciados por parte das forças armadas, incluindo a disseminação de propaganda governamental e o incentivo à colaboração com as autoridades militares. Isso gerou divisões internas e desconfiança nas comunidades, uma vez que alguns locais foram estigmatizados como colaboradores. Por outro lado, organizações de defesa dos direitos humanos buscam proteger os direitos dos camponeses e dos demais sujeitos afetados, documentando abusos cometidos pelas forças militares.

O impacto do confronto armado nas relações das comunidades campesinas da região do Araguaia foi profundo. A desconfiança persistente e as tensões sociais superaram a sobrevivência das comunidades e a busca pela normalidade transformou-se em uma tarefa árdua. Muitos camponeses participaram da vida sob o espectro da repressão militar, mesmo após o término da guerrilha, e isso afetou sua capacidade de desenvolver relações de confiança e solidariedade (Moraes; Silva, 2012). Pode-se aqui

destacar que durante aquele período tumultuado, o deslocamento e o desaparecimento de pessoas foram tragédias que marcaram profundamente a vida das famílias locais. Confrontos entre as forças do governo e os guerrilheiros levaram ao deslocamento forçado de muitos moradores, enquanto outros desapareceram, deixando suas famílias em busca de informações e justiça (Reis, 2021).

Além das feridas físicas, a guerrilha deixou cicatrizes emocionais profundas nas comunidades locais. A repressão violenta e os conflitos testemunhados por muitos habitantes resultaram em traumas psicológicos duradouros, que ainda afetam a qualidade de vida e as relações sociais na região.

Os impactos deixados por esse acontecimento refletem-se não apenas nos traumas psicossociais dos envolvidos, individualmente e coletivamente, como feridas que não saram/cicatrizam, que repercutem nas práticas e representações sociais, mas também, nas configurações sociais, políticas, econômicas e territoriais que caracterizam a região até os dias atuais (Reis, 2021, p. 216-217).

Além disso, a presença dos guerrilheiros e as operações militares desencadearam disputas por terras que persistem até os dias de hoje. Questões como a demarcação de terras indígenas e a regularização fundiária continuam sendo pontos de tensão na área. Apesar da derrota militar da guerrilha, seu legado político e de resistência permanece vivo entre as comunidades locais. A luta por justiça social e democracia continua a inspirar movimentos sociais e políticos na região, demonstrando que as sementes da resistência ainda estão profundamente enraizadas (Guerra, 2006).

As políticas de memória e justiça relacionadas à conflito armado têm sido um ponto de discussão importante no Brasil. Em relação à busca por informações sobre desaparecidos, houve avanços ocorridos nas últimas décadas. Muitos ativistas de direitos humanos, organizações da sociedade civil e familiares de desaparecidos têm pressionado o governo brasileiro para investigar e revelar a verdade sobre o destino dos guerrilheiros e moradores desaparecidos durante o conflito (Sousa, 2019).

Conforme abordado por Brasil (2014), a Comissão Nacional da Verdade, instituída em 2012, teve como objetivo principal, investigar os direitos humanos durante a ditadura militar. As ações desenvolvidas pela Comissão ajudaram a lançar luz sobre o que aconteceu na região, embora muitas questões ainda permanecem sem resposta.

Através da rememoração dos acontecimentos relacionados ao conflito armado, é possível trazer à tona as diversas violações de direitos humanos ao quais os camponeses, bem como os demais sujeitos foram inseridos, e, ao mesmo tempo, é uma maneira de

buscar por políticas de justiça. Fortalecendo assim, a promoção e proteção dos direitos humanos, buscando garantir a justiça para as vítimas e suas famílias. A criação de monumentos, memoriais e centros de documentação, como o Memorial da Luta pela Justiça e Direitos Humanos, inaugurado em 2019 em Marabá, no Pará, tem como objetivo preservar a memória do conflito e divulgar informações sobre os eventos ocorridos no Araguaia.

Ações judiciais e a pressão da sociedade civil e dos movimentos sociais para responsabilizar os perpetradores de violações de direitos humanos são uma parte importante dessas políticas. No entanto, a busca pela justiça muitas vezes é difícil, uma vez que muitos dos responsáveis pelas leis de direitos humanos já faleceram ou estão protegidos pelas leis de anistia (Telles; Telles, 2009).

Moraes (1985) discorre que as tradições e práticas do campesinato são um componente imprescindível da memória social. Contos populares sobre a origem de práticas agrícolas específicas, canções que celebram as estações do ano e a vida no campo, receitas tradicionais que refletem a culinária regional, e técnicas agrícolas transmitidas de pais para filhos são todas partes dessa herança viva. Esses elementos não apenas fornecem um senso de continuidade de saberes tradicionais, mas também são uma fonte de resistência.

A memória social do campesinato se baseia nas narrativas transmitidas de geração em geração, nas histórias compartilhadas e nas pesquisas desenvolvidas com intuito de que essas memórias não sejam apagadas e silenciadas. Essas memórias também fortalecem os laços sociais, e também reafirmam a identidade cultural das comunidades, servindo como meios de preservar a história e os valores locais, mesmo em meio aos desafios decorrentes da Guerrilha do Araguaia (Reis, 2021).

Para Campos Filho (2012), devido à natureza clandestina da guerrilha e à repressão política da época, grande parte da memória associada a esse período é subterrânea, transmitida oralmente de geração em geração. Essas histórias, experiências e práticas muitas vezes não têm um lugar evidente na história escrita ou nos registros oficiais, mas são fundamentais para a compreensão completa da história da região.

A natureza subterrânea dessa memória é, em parte, uma resposta à necessidade de preservar a identidade e a história das comunidades em um contexto de conflito armado e repressão política. As narrativas orais servem como um meio de resistência cultural, permitindo que as comunidades compartilhem suas experiências, valores e tradições de

maneira discreta, muitas vezes fora do alcance das autoridades governamentais (Reis, 2021).

Essas histórias e práticas transmitidas oralmente desempenham um papel importante na preservação da memória coletiva e na construção da identidade cultural das comunidades. Segundo Reis (2021), no contexto da Guerrilha do Araguaia, as memórias, principalmente, a do campesinato, é uma forma de justiça histórica, à medida que as histórias de sobreviventes e testemunhas mantêm viva a narrativa daqueles que foram afetados pelo conflito, mesmo quando a verdade oficial foi submetida ao silenciamento.

A Guerrilha do Araguaia representou um período sombrio da ditadura militar no Brasil, no qual a luta armada ocorreu em meio às florestas e rios da região Amazônica, afetando a vida das comunidades camponesas de maneira profunda e rigorosa. Os desafios que os camponeses enfrentaram incluem não apenas os traumas e impactos econômicos da violência, mas também os desafios contemporâneos relacionados à pressão por terras, à exploração de recursos naturais e às questões ambientais (Mechi, 2013).

À medida que o Brasil avança no século XXI, é crucial que o país e suas instituições superem esses desafios de forma inclusiva, garantindo a proteção dos direitos das comunidades camponesas e promovendo a justiça, a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento rural. As políticas de memória e justiça desempenham um papel importante na preservação da história e na busca pela responsabilização pela transparência dos direitos humanos. Além disso, a conscientização sobre os desafios contemporâneos, como a pressão por terras e a exploração de recursos naturais, é fundamental para que sejam inovadoras soluções que levem em consideração os interesses e necessidades das comunidades locais.

Essas memórias de resistência têm um impacto significativo, uma vez que buscam preservar a história do conflito e honrar a memória das vítimas. Para as comunidades locais, a busca por informações sobre desaparecidos e a promoção dos direitos humanos é necessária para superar o esforço do passado e construir um futuro baseado na justiça e no respeito aos direitos humanos. No entanto, o processo é complexo e muitas questões ainda permanecem sem respostas definitivas, o que pode continuar a afetar os locais e a sua memória coletiva.

A luta armada no contexto da Guerrilha do Araguaia deixou marcas profundas na memória dos indivíduos diretamente afetados, transformando a recordação desses crimes em uma poderosa forma de resistência. A história do campesinato no Sudeste Paraense é de suma importância para a história brasileira, sendo ambos elementos estrategicamente

inseridos no contexto do conflito armado. A memória do conflito é mantida viva através das narrativas e dos modos de vida tradicionais dos camponeses, que preservam e transmitem essa história de resistência. As produções desenvolvidas a partir dos acontecimentos da guerrilha colaboram para que esses fatos não sejam esquecidos, desafiando a versão oficial contada pelos opressores. Essa memória não apenas preserva os acontecimentos passados, mas também serve como um ato contínuo de resistência, reafirmando a identidade camponesa e reivindicando justiça para aqueles que sofreram as consequências do conflito. Nesse sentido, a memória se torna um instrumento de luta, perpetuando a resistência iniciada no Araguaia.

CAPÍTULO 3: MEMÓRIA COMO FORMA DE RESISTÊNCIA

O objetivo deste capítulo é analisar a construção social da memória dos impactos das estratégias militares de extermínio do movimento guerrilheiro sobre o modo de vida camponês, destacando também o protagonismo feminino e os diferentes desafios enfrentados pelas mulheres camponesas. A análise se baseia nas narrativas orais dos camponeses envolvidos direta ou indiretamente no conflito armado, revelando o modo de vida camponês, sua relação com o território e as diversas formas pelas quais foram afetados.

A partir da ideia de que as narrativas orais dos camponeses estão ligadas à memória social, a qual está em constante construção e reconstrução (Reis, 2021, p. 95), é possível dizer que a repressão militar não visava apenas a aniquilação do movimento guerrilheiro, mas também à desterritorialização dos camponeses. Os relatos evidenciam que o campesinato desempenhou um papel importante na resistência, seja na luta para permanecer em seu território original ou para se reterritorializar em outra área, embora estejamos cientes de que muitas pessoas foram embora da região nesse período.

Os camponeses relataram os impactos enfrentados durante as 3 (três) Campanhas de cerco e aniquilamento desenvolvidas pelas Forças Armadas entre 1972 e 1974, com o objetivo de exterminar o foco guerrilheiro. A partir de 1972, as organizações guerrilheiras foram identificadas por meio do SNI e CIE. Com base nessas informações, as Forças Armadas desenvolveram estrategicamente três campanhas de desterritorialização dos guerrilheiros e dos camponeses nas localidades próximas. A Primeira Campanha, foi comandada pelos generais Viana Moog e Antônio Bandeira, teve início em abril de 1972 e ocorreu nas localidades de São Domingos do Araguaia e São Geraldo do Araguaia, onde foram atacados os destacamentos C e A. A Segunda Campanha, executada nos meses de setembro e outubro de 1972, na localidade de São Geraldo do Araguaia, foi liderada pelos generais Olavo Vianna Moog, Antônio Bandeira e Hugo Abreu, aos quais atacaram o destacamento C. A Terceira e última campanha, resultou no aniquilamento total dos guerrilheiros, foi comandada pelo General Hugo de Abreu, durante o período de 1973 a 1974 (Reis, 2013 e 2021).

a primeira campanha vai de 12 de abril de 1972 a fins de julho do mesmo ano; a segunda campanha, em setembro e outubro de 1972; e a terceira campanha, a última, quando a guerrilha foi finalmente aniquilada e não apenas cercada, de outubro de 1973 a janeiro de 1975 (Portela, 1986, p. 27 *apud* Reis, 2013, p. 101).

A produção de autores como Campos Filho (2012 e 2013), Mechi (2012), Peixoto (2011), Reis (2013 e 2021), e diversos outros autores, demonstraram que durante esse período, vilas e propriedades rurais foram invadidas com o intuito de serem monitoradas, os camponeses viram suas casas e plantações serem queimadas, foram submetidos a interrogatórios, uma parte dos homens foram forçados a atuar como mateiros, guiando as forças repressoras pelas matas, diversas mulheres foram vítimas de violência sexual e seus modos de vida foram drasticamente alterados – pois antes, caracterizavam-se por estabelecerem relações de ajuda mútua e por construírem laços sociais sólidos, os que leva a trabalhar em conjunto tanto na produção agrícola quanto em outras atividades, como a realização de trabalho coletivo para a colheita de produtos (feijão, milho, arroz, etc.), na construção de casas e manejo de animais. Atualmente, e conforme os estudos apresentados por Mechi (2012) e Reis (2013 e 2021) demonstram que os camponeses mantêm um modo de vida próprio, fundamentado na produção familiar para seu próprio consumo.

Como citado por Paulinho e Fabrini (2008, p. 69), “a lógica da economia camponesa, que produz visando a satisfação das necessidades da família, reafirma a sua flexibilidade e capacidade de adaptação”. Os camponeses se caracterizam, assim, por estabelecer relações de ajuda mútua e construir laços sociais sólidos, o que os leva a trabalhar em conjunto tanto na produção agrícola quanto em outras atividades relacionadas ao campo.

A memória coletiva e social reafirma que os camponeses estavam alheios aos métodos e propósitos empregados tanto pelos guerrilheiros quanto pelas Forças Armadas do Brasil. Mesmo diante dos esforços militares para ocultar os acontecimentos na Guerrilha do Araguaia, a memória do campesinato segue em constante construção e reconstrução, resistindo às diversas tentativas de controle ao longo dos anos (Reis, 2021).

Esse processo contínuo de construção e reconstrução da memória coletiva permite que as experiências e sofrimentos dos camponeses permaneçam vivos e relevantes, desafiando as versões oficiais e fornecendo uma perspectiva crítica sobre os eventos que marcaram suas vidas. A resistência à tentativa de silenciamento é um testemunho da resiliência e da importância da memória na preservação da identidade e da justiça social para os sujeitos afetados.

As narrativas que serão compartilhadas evidenciam a forte ligação dos camponeses com a terra, onde constroem suas experiências e singularidades. A memória social compartilhada por eles revela as características próprias do lugar social em que

vivem e dos laços estabelecidos. Como mencionado no capítulo I, as narrativas dos camponeses abordadas a seguir foram selecionadas no âmbito do projeto de pesquisa "*Campesinato e Guerrilha do Araguaia: saberes e memórias de resistências no Araguaia*" (PIBIC/FAPESPA-2020/2021), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Nesse projeto, atuei como bolsista de pesquisa, sendo responsável pela análise documental e pela transcrição das narrativas orais, além de contribuir com a elaboração de trabalhos que foram apresentados em eventos acadêmicos, divulgando assim os resultados da pesquisa.¹¹

3.1 Relatos de luta dos camponeses no Sudeste Paraense¹²

As narrativas de camponeses, como a da Senhora Neusa Bezerra, com 81 anos na data da entrevista, demonstram que, antes dos acontecimentos da Guerrilha, diversos camponeses já viviam na região há décadas e mantinham uma estreita relação com a terra. A Senhora Neusa contou que, desde 1958, ela e seus familiares residiam nas proximidades de um igarapé chamado Jacu, em São Domingos do Araguaia, às margens da Transamazônica (BR-230). Ela lembrou que possuíam uma terra onde trabalhavam na produção de alimentos para sua própria sobrevivência.

Dentre as atrocidades praticadas pelos militares, inúmeros camponeses foram presos simultaneamente, em localidades diferentes (Carvalho, 2004; Campos Filho, 2012; Morais e Silva, 2005). Entre eles estava o filho da Senhora Neusa, Luzo Vieira Bezerra (já falecido na data da entrevista). Essas prisões tinham como finalidade averiguar se os camponeses mantinham algum tipo de relação com os militantes do PCdoB, bem como para intimidar a população.

A Senhora Neusa narra que seu filho, foi preso e mantido sob custódia das forças militares durante muitos dias apenas porque seu esposo (pai de Luzo) havia adquirido um animal dos militantes do PCdoB. Quando Luzo foi finalmente libertado e regressou para a casa, estava com a saúde debilitada devido aos diversos abusos, incluindo as violências físicas e psicológicas que sofreu enquanto estava sob custódia dos militares.

Primeiro de tudo, eles pegaram o meu filho, um que já até morreu. Eles levaram de helicóptero. O helicóptero baixava bem na frente de casa e levaram ele por

¹¹ Destaca-se que devido a um problema nos registros das entrevistas, ocorrido durante o processo de organização realizado por uma equipe externa ao projeto, não foi possível determinar a data e a localidade exata de todas as entrevistas.

¹² Neste trabalho, os informantes concordaram em compartilhar suas experiências e saberes, todos estavam cientes de que suas narrativas seriam usadas em âmbitos científicos. Como os nomes reais enriquecem a pesquisa, foram utilizados os nomes próprios mediante a permissão dos entrevistados.

vários dias e daí quando trouxeram ele, ele já tava assim, já meio. Ele voltou nervoso, quase não dormia, falando bobagem, ficou assim, desorientado. Meu marido, tinha comprado um animal do pessoal da guerrilha, ne? Então eles souberam, eles queriam saber. Aí foram e levaram o menino pra investigar.¹³

Diversos camponeses, incluindo o esposo da Senhora Neusa (falecido na data da entrevista), foram forçados a servir como mateiros pelas Forças Armadas na caça aos “terroristas”. Conforme explica Nascimento, “homens da região contratados pelo Exército como informantes eram utilizados como guias, também conhecidos como ‘mateiros’, na caçada aos paulistas” (Nascimento, 2000, p. 126). Esse processo desencadeou uma complexa interação entre os camponeses e as forças militares, onde o conhecimento regional foi tanto uma ferramenta de sobrevivência quanto uma forma de exploração e controle.

A Senhora Neusa relembra que seu esposo foi um dos selecionados pelas Forças Armadas para servir como guia. Inicialmente, ele foi preso e, em seguida, obrigado a trabalhar como mateiro e também na abertura da Transamazônica. Adailton Vieira Bezerra, um dos filhos da Senhora Neusa, explica que, seu pai, quando preso, estava apreensivo por deixar a família. Todos da família se sentiam injustiçados pelas diversas atrocidades que vivenciaram, sem entender claramente a natureza dos eventos que estavam ocorrendo.

Ele (pai, de Adailton) ficava preocupado porque ia deixar a família pra trás e cuidar de outra atividade. Ele ficava preocupado com a família que tinha ficado pra trás por causa das coisas que tava acontecendo. A gente se sentia injustiçado, pagando um preço muito alto por tudo. Muito alto por uma coisa que a gente não devia, não tinha nada a ver, não sabia nem porquê.¹⁴

Em 1973, a Senhora Neusa e seus familiares foram removidos de suas terras pelas Forças Armadas, sob o comando de um dos generais da época, Hugo de Abreu. O exército alegava que estavam se preparando para uma “guerra”, conforme relatado pela camponesa. Durante esse período, a família foi impedida de continuar suas atividades produtivas e de desenvolver suas experiências, particularidades e saberes tradicionais, especialmente aqueles relacionados à agricultura para consumo próprio (produção de milho, arroz, feijão, etc.), além da criação de animais e da exploração dos recursos naturais, que eram essenciais para a alimentação e para a medicina tradicional (Monteiro, 2015). Essas práticas, transmitidas de geração em geração, eram essenciais para fortalecer

¹³ Entrevista de pesquisa concedida por Neusa Vieira Bezerra, 2014.

¹⁴ Entrevista de pesquisa concedida por Adailton Vieira Bezerra, 2014.

a identidade campesina da Senhora Neusa, de seus familiares e dos demais camponeses da região. Apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas nesse período, a Senhora Neusa relembra que seu esposo havia sido liberado para retornar à família.

Quando, em 1974, a Guerrilha do Araguaia chegou ao fim, a família retornou à sua terra, mas a encontrou-a “invadida”. O Senhor Adailton descreve que a terra havia sido “cortada”¹⁵ pelo comandante do INCRA, conhecido como Dr. Brasil, e entregue a outras pessoas. A família possuía apenas a posse da terra, sem o título formal, o que impossibilitou a comprovação de que a terra era deles.

A terra tinha sido dívida e o comandante lá do INCRA, na época era o Dr. Brasil, e ele já tinha entregue, cortado as terras e já tinham entregue pra outras pessoas. Eu ainda fui com o Dr. Gabreu que era o comandante da base lá em Xambioá, e ele disse que não tinha nada a fazer, “não posso fazer nada”. “Caso encerrado!”.¹⁶

A memória compartilhada pela Senhora Neusa e seus familiares revela as numerosas perdas sofridas durante o confronto armado. A saúde da família foi comprometida, a terra e a produção foram perdidas, viram suas vivências profundamente abaladas, desfazendo o elo de pertencimento com o território. Durante o período da guerrilha, sem outras opções, a família da Senhora Neusa se reterritorializou em São Domingos do Araguaia. Como ela mesmo: “Ele deixou nós em São Domingos com as crianças, porque o soldado falou que era pra limpar a área”¹⁷. Nesse sentido, Reis (2021, p. 145) analisa que “camponeses foram retirados das terras que ocupavam, tiveram as plantações destruídas, as casas queimadas, foram submetidos a interrogatórios, vigiados e limitados em seus direitos de ir e vir”. A lembrança feita pela Senhora Neusa e seus familiares destaca a abordagem estratégica e desumana dos militares. Assim como a família da Senhora Neusa, muitos outros camponeses tiveram suas vidas alteradas e seus direitos violados.

Dentre os diversos camponeses que foram afetados pelo confronto armado, a história de vida narrada pelo senhor José Veloso, com 87 anos na data da entrevista, apresenta-se como uma das inúmeras maneiras que o campesinato foi inserido nos propósitos dos militares.

¹⁵ Refere-se à divisão de uma propriedade, seja para venda, para fins de loteamento menores ou outros tipos de atividades.

¹⁶ Entrevista de pesquisa concedida por Adailton Vieira Bezerra, 2014.

¹⁷ Entrevista de pesquisa concedida por Neusa Vieira Bezerra, 2014.

O senhor José Veloso explica que, em 1961, chegou à região de Marabá, para trabalhar na abertura da Rodovia Transamazônica. Em 05 de julho de 1972, foi preso e forçado pelo Exército a trabalhar como mateiro. Os militares, sem conhecimento da região, usavam a força de trabalho dos moradores para aproveitar seus saberes, práticas e conhecimento sobre o território. Assim, o campesinato foi utilizado de maneira estratégica pelos militares, que recorriam aos camponeses como guias e informantes essenciais para suas operações (Reis, 2021). Essa estratégia não apenas explorava o conhecimento local dos camponeses, mas também demonstrava a dependência dos militares em relação à população local para efetivar suas ações. Ao fazer uso dos camponeses de forma coercitiva, os militares aprofundaram ainda mais o impacto do conflito sobre as comunidades, ampliando as perdas e o sofrimento dos envolvidos.

[...] na região de Marabá, eu cheguei em 61, eu fui trabalhar no desmatamento dessa estrada da Transamazônica em 72. Aí foi quando eu trabalhava com uma turma de gente de homem de desmatamento que eu empreiteiro. Por volta do dia 5 de julho, eu fui preso, fui preso pra trabalhar junto com eles na guerrilha, eu morava próximo a estrada da Transamazônica e às vezes eu via aquele pessoal lá passando, o pessoal dos guerrilheiros.¹⁸

Perseguições, prisões e tiroteios foram algumas das experiências que o senhor José Veloso presenciou enquanto servia como guia. Ao lembrar esse período, ele ressalta que nunca tinha ouvido falar sobre os guerrilheiros e suas táticas, e que não compreendia o motivo pelo qual foi inserido em um projeto de guerra que desconhecia.

O senhor José Veloso narra que os militares das Forças Armadas espalharam fotos dos guerrilheiros pela região, referindo-se a eles como “terroristas”, “subversivos” e “estrangeiros” (Nascimento, 2000). “Não, não sabia, passei a saber depois que o Exército espalhou uns álbuns de fotografia chamando-os de terroristas. [...] Então eu fiquei até com muito medo, porque a palavra terrorista já sabe que é terror né”¹⁹. Isso demonstra que, além de cometerem inúmeras barbaridades contra os camponeses, as Forças Armadas também os convenceram de que os militantes eram, de fato, terroristas. Após ser liberado dos serviços de mateiro, o senhor Veloso ainda foi obrigado a “cozinhar para os presos”.

A partir dos relatos, observa-se que diversos camponeses enfrentaram experiências trágicas semelhantes, como essas apresentadas pela senhora Neusa e o senhor José Veloso. As narrativas do senhor Adão Araújo Gomes (64 anos na data da entrevista), que serão apresentadas, evidenciam o mesmo contexto de tragédia.

¹⁸ Entrevista de pesquisa concedida por José Veloso de Andrade.

¹⁹ Entrevista de pesquisa concedida por José Veloso de Andrade.

Assim como muitos camponeses, o senhor Adão relata que residia juntamente com sua mãe, seu padrasto e seus dois irmãos em uma terra que possuíam em São Geraldo do Araguaia. Durante o seu relato, ele evidencia que a terra era produtiva, e que cultivavam milho, arroz, mandioca e outras lavouras, além de vender parte da produção para sustentar a família.

O senhor Adão explica que, aos 24 anos, foi preso e torturado pelo Exército durante uma semana, juntamente com sua mãe, seu padrasto e seu irmão Domingos Araújo Gomes. A prisão ocorreu devido às alegações dos militares de que sua família estava colaborando com os guerrilheiros. Ele esclarece: “A prisão nossa foi feita porque o povo falava que nós tava dando “de comer” (comida) ao pessoal do mato, os “paulistas”²⁰. Além de todo o sofrimento que já estava enfrentando, o senhor Adão narra que foi forçado pelos militares a servir como mateiro na caça e extermínio aos “terroristas” por um período de um ano e cinco meses. Ele relata que, durante esse tempo, passou por condições extremas, enfrentando fome, sede e contraindo doenças.

E aí eles entraram as primeiras vezes e não puderam, não deram conta de pegar. E o único meio que eles acharam do Exército, que o Exército achou de pegar eles, se eles pegassem nós que morava no mato. Não tinha instrução pra caçar. Aí pegaram nós. Uns foi, até morreu de taca, outros até aleijado. Eu, não vou mentir, não apanhei, mas passei muitos dias de sufoco. Muito torturado. Eles me davam pressão. Eles queriam que eu desse conta dos paulistas sem eu saber onde eles estavam no meio do mato. Então muita pressão.²¹

Com o pouco conhecimento que as forças de segurança tinham sobre o território do sudeste paraense, os militares recorreram aos conhecimentos, práticas, saberes e modo de vida dos camponeses para conduzir suas operações. Essa estratégia não apenas explorava a familiaridade dos camponeses com a região, mas também os colocava em situações de extremo sofrimento e vulnerabilidade. A utilização dos camponeses como guias e informantes evidencia a dependência das forças armadas em relação à população local e ilustra o impacto devastador do conflito em suas vidas, ao mesmo tempo em que ressalta a crueldade e a manipulação por parte dos militares.

Identifica-se que os comunistas do PCdoB também exploraram os modos e saberes tradicionais dos camponeses. Os guerrilheiros, ao compreenderem o modo de vida camponês, perceberam o forte elo de solidariedade e ajuda mútua presente nas comunidades. Nesse processo, os guerrilheiros se apropriaram do vasto conhecimento dos camponeses sobre a região, procuraram aprender sobre plantas da floresta usadas como

²⁰ Entrevista de pesquisa concedida por Adão Araújo Gomes.

²¹ Entrevista de pesquisa concedida por Adão Araújo Gomes.

medicina local, assim como as técnicas de cultivo de alimentos, bem como a criação de animais. Além disso, os comunistas foram ensinados pelos camponeses há como caçar e pescar, habilidades essenciais de sobrevivência (Reis, 2021). Conforme apontado por Peixoto (2011), por essa razão, os guerrilheiros buscavam-se adaptar-se aos costumes e construir relações de amizade, para isso, começaram a prestar assistência médica, atuando como médicos e enfermeiros, além de trabalharem como professores e participarem da comercialização de produtos.

As táticas desenvolvidas pelo PCdoB tinham como objetivo, estabelecer bases de apoio e resistência. De acordo com Caldas (2000) e Sá (2007), o PCdoB integrou os conhecimentos e práticas locais dos camponeses para fortalecer sua presença e apoio nas áreas rurais, enquanto, ao mesmo tempo, as Forças Armadas exploravam essa mesma familiaridade para realizar operações de repressão e controle. Essa dinâmica evidencia como os saberes tradicionais dos camponeses foram usados de maneira estratégica por ambas as partes no conflito.

Os guerrilheiros adotaram uma série de estratégias para se aproximar dos camponeses locais e conquistar seu apoio. Buscando se adaptar às condições da vida no campo, os guerrilheiros estabeleceram uma sociabilidade baseada na ajuda mútua. Ao participar das atividades agrícolas e oferecer serviços de educação e assistência médica, muitas vezes gratuitos, os comunistas passaram a ganhar a confiança e o apoio dos camponeses, enquanto evitavam chamar a atenção dos militares (Reis, 2021).

Em contrapartida, os militares usaram a justificativa de que os camponeses estariam colaborando com os militantes para justificar essa série de atrocidades. Essas ações variavam de acordo com o grau de envolvimento dos camponeses com os guerrilheiros. Como resultado, os camponeses foram afetados de diversas maneiras, tendo seu cotidiano alterado e sendo colocados involuntariamente em disputas.

O senhor Adão explica que, durante a luta armada, seu único contato com os combatentes ocorreu quando os militantes foram à sua casa pedir comida. Naquele momento, eles estavam escondidos na mata, e o senhor Adão nunca teve outra interação direta com eles.

Sim. Muitas vezes. Fiz. O contato que eu fiz foi o seguinte: “eles (guerrilheiros) chegaram lá em casa pedindo comida e nós dava. Nós dávamos de comer, porque se nós não os desse atacavam nós”. E quando o Exército nos pegou também, nós falamos a verdade, porque era obrigado.²²

²² Entrevista de pesquisa concedida por Adão Araújo Gomes.

Dificuldade para andar, fraquezas, insônia, dores no corpo e dores de cabeça, são resultados das crueldades praticadas pelo Exército contra o senhor Adão. Durante o tempo que serviu como mateiro, o senhor Adão foi obrigado a caminhar por muitos quilômetros, além disso, contraiu malária e foi picado por cobra duas vezes. Por causa desses abusos, o senhor Adão adquiriu problemas físicos e psicológicos, ficou profundamente chocado devido à prisão de sua mãe, de seu irmão Domingos e seu padrasto (foi torturado). Felizmente, contrariando outros casos, a família do senhor Adão conseguiu continuar com a terra.

As narrativas da senhora Neusa e seus filhos, do senhor José Veloso e do senhor Adão Araújo evidenciam as violências cometidas pelos militares, carregando o peso das memórias de dor e sofrimento. Esses relatos ressaltam as diversas formas de violência na região, revelando a ampla gama de vulnerabilidades e traumas resultantes (Rosa, 2004; Schestatsky e Silva, 2003). A memória coletiva e subterrânea expressa por esses camponeses se opõe ao silenciamento dos fatos ocorridos na Guerrilha do Araguaia, trazendo à tona as realidades frequentemente omitidas e ignoradas.

3.2 Protagonismo feminino e Resistência Camponesa na Guerrilha do Araguaia

Neste subtópico, recorreremos às memórias de duas mulheres camponesas que viveram no sudeste do Pará durante a Guerrilha do Araguaia. A partir de suas narrativas, destacamos seu modo de vida e saberes tradicionais, além de enfatizar a vulnerabilidade a que foram submetidas e as formas de resistência que desenvolveram para sobreviver durante o confronto armado. Essas mulheres, profundamente enraizadas em práticas rurais e culturais, experimentaram mudanças drásticas em suas rotinas devido ao conflito. Suas histórias revelam não apenas os desafios impostos pela guerrilha, mas também a resiliência e a capacidade de adaptação que demonstraram em resposta à violência.

Existem diversos trabalhos que concernem à Guerrilha do Araguaia, com alguns privilegiando a atuação dos guerrilheiros e outros na atuação das Forças de Segurança do regime militar. Ao longo das décadas, essas análises frequentemente construíram representações que, na maioria das vezes, deixavam de fora a participação dos camponeses. Embora existam atualmente diversas produções acadêmicas como de Almeida (2006), Campos Filho (2012 e 2013), Reis (2013, 2017 e 2021), entre outras produções que priorizam as perspectivas das camponesas como parte do processo histórico, a narrativa da Guerrilha do Araguaia ainda é predominantemente contada a partir da perspectiva masculina.

Houve um longo período de negligência por parte dos pesquisadores em relação às mulheres camponesas no território do Araguaia. Como Michelle Perrot (1988) mencionou, isso reflete uma cultura estrutural em que as mulheres são excluídas e suas experiências e saberes só são validados quando contados sob uma perspectiva masculina. Conseqüentemente, as mulheres foram e são historicamente desacreditadas e colocadas em julgamento e suas narrativas silenciadas, enquanto apenas as vozes masculinas foram consideradas consistentes pela sociedade.

Ora, a exclusão feminina é ainda mais forte. Quantitativamente escasso, o texto feminino é estritamente especificado: livros de cozinha, manuais de pedagogia, contos recreativos ou morais constituem a maioria. Trabalhadora ou ociosa, doente, manifestante, a mulher é observada e descrita pelo homem (Perrot, 1988, p. 186).

Até hoje, observa-se que, ao longo da história, as mulheres são frequentemente excluídas e marginalizadas em processos sociais que ignoram os aspectos brutais e opressivos de suas experiências. Esse padrão evidencia a exclusão das mulheres como protagonistas de suas próprias histórias. Segundo Rago (1998), quando as mulheres conseguem criar espaços para compartilhar suas vivências, surge um novo ambiente que possibilita romper com as ideias misóginas e os discursos dominantes do patriarcado sobre as mulheres.

Nesse sentido, vemos que as mulheres sempre foram colocadas em espaços considerados necessários pelos homens, sem oportunidades de participação nos locais de trabalho ou nas discussões sociais. Frequentemente, eram representadas pelos homens como o “sexo frágil” e meros objetos para a reprodução familiar. Esses apontamentos indicam que, historicamente e até os dias atuais, há uma pressão social persistente sobre as mulheres em torno do conceito de maternidade. No Brasil do século XIX, havia uma crença predominante de que existia grande “nobreza na função de amamentar” (Costa, 1999, p. 261). A sociedade da época visava moldar a conduta feminina, afirmando que a única função social das mulheres era ser mães e cuidadoras do lar (Freire, 2009).

Apesar dos inúmeros avanços conquistados pelas mulheres nas últimas décadas, ainda é visível que homens e mulheres ocupam espaços distintos na sociedade. Na maioria das vezes, as mulheres estão em posições subalternas, enquanto os homens ocupam espaços privilegiados. Apesar da misoginia e dos “muitos desafios enfrentados”, como citam Temer e Lima (2014), às mulheres não pararam de tentar ocupar os mesmos espaços que os homens e com o mesmo reconhecimento, embora isso ainda não tenha sido alcançado (Temer; Lima, 2014).

Nosso foco está no protagonismo feminino das mulheres camponesas na Guerrilha do Araguaia. A memória social, coletiva e subterrânea, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõe à memória oficial, ou seja, à memória nacional (Pollak, 1989), neste caso, imposta pelo regime militar. Ao estudar as memórias dessas camponesas, podemos compreender seus discursos e experiências, e assim entender quais lembranças carregam o peso de décadas de perseguições e da busca pelo silenciamento por parte de seus opressores (Reis, 2013).

Compreendemos a necessidade de adotar abordagens que incluam as perspectivas dessas duas mulheres camponesas, cuja vida cotidiana foi alterada e seus direitos foram violados durante a Guerrilha. No entanto, elas conseguiram romper com as algemas da dominação existente e se posicionaram como protagonistas de suas próprias experiências, antes, durante e após o conflito, destacando as diferentes frentes de resistência das camponesas do Araguaia.

Analisamos as narrativas das camponesas Senhora Dalvanira Rodrigues Oliveira (70 anos na data da entrevista) e da Senhora Edna Rodrigues de Sousa (66 anos na data da entrevista), que compartilham suas trajetórias de vida na região Sudeste do Pará. Destacamos o protagonismo que desempenharam, seus saberes tradicionais e as diversas formas de resistência que desenvolveram com a deflagração da Guerrilha do Araguaia, bem como o impacto desse conflito em suas vidas e na vida de seus familiares.

O depoimento da Senhora Dalvanira nos faz refletir sobre a realidade da região do Araguaia naquela época, composta majoritariamente por pessoas com pouca escolaridade. Os professores eram escolhidos, na maioria das vezes, pela população local e não eram necessariamente formados, principalmente porque não havia professores entre os camponeses e muito menos profissionais dispostos a se deslocar para a região.

A Senhora Dalvanira relata que se tornou professora primária do povoado de Bacuri Grande, em São João do Araguaia, às margens da Rodovia Transamazônica (BR-230), a pedido dos pais que lá residiam. Ela conta que, após a morte de sua mãe, mudou-se de Marabá para Bacuri Grande. No mesmo período, a Senhora Dalvanira cita que se casou.

[...] eu era professora primária naquela época, desse lugar chamado Bacuri Grande, o povoado, era um povoadozinho chamado Bacuri Grande onde eu era professora primária. Porque meu estudo mesmo era pobre né, nessa época não tinha quem desse aula para as crianças, como eu casei novinha, ainda tava na influência do estudo. [...] É casei e fiquei morando lá, os pais

reivindicam, “menina tu é, teu estudo dá para alfabetizar essas crianças, eu era muito instruída mesmo, sabe”.²³

A Senhora Dalvanira explica que, após se casar e se mudar para Bacuri Grande, ela e o esposo passaram a morar na terra que já pertencia à família do Senhor Manoel. Conforme ela descreve: “[...] o meu marido nasceu e se criou nessa terra, ficava a 12 quilômetros da morada do meu cunhado, Eduardo e do pessoal dos guerrilheiros”²⁴. Quando questionada, no dia da entrevista, se ainda permaneciam na mesma terra, ela esclareceu que sim.

A Senhora Dalvanira narra que vivia e lecionava para as crianças há alguns anos em Bacuri Grande antes de ser forçada a deixar a terra com o esposo e os filhos devido ao conflito armado na região. Ela relata que foi “mandada pelo exército” a desocupar a terra e que seu cunhado, Eduardo, foi preso. Segundo a Senhora Dalvanira, Eduardo foi preso porque “morava pertinho do pessoal que a gente comerciava, os paulistas”. Ela soube do ocorrido porque um soldado das Forças Armadas lhe contou e ordenou que ela e os familiares desocupassem a terra.

O exército passou, alguém do exército lá falou, “você precisam sair da terra, Eduardo foi preso, vocês têm que procurar aí pra fora, na Transamazônica que estava em construção”.²⁵

Mesmo com o processo de expulsão da terra, a Senhora Dalvanira desempenhou um de seus inúmeros papéis de grande protagonismo e força durante o conflito armado. Em uma de suas falas, ela lembrou que levou um total de 68 alunos para Bacaba²⁶. Devido ao grande número de alunos, ela solicitou à prefeitura de São João do Araguaia que enviasse outra professora para ajudá-la. Enquanto aguardavam que o INCRA “cortasse” as terras para construir uma escola adequada, conforme a Senhora Dalvanira relata:

[...] os pais já tava tudo assombrado com medo dessas notícias, pra onde eu fui levei meus alunos pra lá, fui pra Bacaba, lá mesmo onde foi o acampamento da guerrilha, lá eu fiquei trabalhando com 68 crianças, como tava pesado, pedi uma ajuda pra prefeitura de São João do Araguaia, aí mandaram outra professora pra me ajudar. Aí nós a comunidade construí um barraco, uma casa de palha com as paredes de barro pra ir dando aula enquanto o INCRA vinha cortar as terras. Então quando cortasse as terras que ia instalar um colégio.²⁷

²³ Entrevista de pesquisa concedida por Dalvanira Rodrigues Oliveira, 2016.

²⁴ Entrevista de pesquisa concedida por Dalvanira Rodrigues Oliveira, 2016.

²⁵ Entrevista de pesquisa concedida por Dalvanira Rodrigues Oliveira, 2016.

²⁶ Povoado localizado no Km 68 da rodovia Transamazônica, no município de São João do Araguaia (Reis, 2021, p. 129).

²⁷ Entrevista de pesquisa concedida por Dalvanira Rodrigues Oliveira, 2016.

Segundo as narrativas da Senhora Dalvanira, logo após sua solicitação, a prefeitura de São João do Araguaia enviou a professora Sebastiana para ajudá-la. Esses relatos mostram que a Senhora Dalvanira era uma mulher consciente e forte, que defendia os direitos sociais básicos e sempre procurava incentivar os jovens de seu povoado a estudarem. Como ela mesma narra, ministrava aulas à noite para que os jovens pudessem, pelo menos, aprender a assinar o próprio nome.

Aí chegou à professora Sebastiana para me ajudar, eu trabalhava com uma turma em um horário e ela com outro, e a noite eu ia de novo alfabetizar os jovens. Para votarem, o jovem precisava ao menos aprender a assinar o próprio nome.²⁸

Durante a Guerrilha do Araguaia, a Senhora Dalvanira explica que, após sua mudança para Bacaba, seu esposo permaneceu por algum tempo na terra, em Bacuri Grande, enquanto ela ministrava aulas. Ela esclareceu que visitava a terra nos finais de semana, mas, devido a criação da Lei de Segurança Nacional instituída pelas Forças Armadas, os camponeses que moravam em Bacaba não podiam sair, e os que residiam nas redondezas não podiam entrar. Nessas circunstâncias, o esposo da Senhora Dalvanira se viu obrigado a deixar sua terra rapidamente para evitar a prisão. Como resultado, perderam suas plantações, a roça e as criações, conforme declarado pela Senhora Dalvanira:

Vim pra Bacaba, aí depois disseram que criaram uma lei que quem tava fora não podia entrar e quem tava dentro não podia sair e devido esse prazo, meu marido correu também, veio morar comigo [...]. Perdemos a roça, as criações, muita criação que a gente tinha. A gente tinha um pouquinho de gado aí né, mas como a roça não era cercada nessa época, só tinha um local de ficar o gado, e o local da roça, a cerca não era funida, aí perdeu tudo porque ficou tudo abandonado.²⁹

A Senhora Dalvanira conta que, após algum tempo lecionando no povoado de Bacaba na região do Sudeste Paraense, foi contratada pelo estado para continuar ministrando aulas. Ela relata: “fui contratada pelo estado, mas o estado demorava 6 meses para mandar o primeiro pagamento”³⁰. Devido ao atraso no pagamento dos salários, o Senhor Emanuel, seu esposo, precisava levar alguns alimentos das plantações que restaram na terra para a família que estava em Bacaba. Como a Senhora Dalvanira narra: “Aí, como é que eu ia comer, era ele que levava da roça”³¹. É importante esclarecer que,

²⁸ Entrevista de pesquisa concedida por Dalvanira Rodrigues Oliveira, 2016.

²⁹ Entrevista de pesquisa concedida por Dalvanira Rodrigues Oliveira, 2016.

³⁰ Entrevista de pesquisa concedida por Dalvanira Rodrigues Oliveira, 2016.

³¹ Entrevista de pesquisa concedida por Dalvanira Rodrigues Oliveira, 2016.

depois que o Senhor Emanuel deixou a terra durante o período da lei estabelecida pelo exército, ele retornou secretamente à terra várias vezes.

A Senhora Dalvanira, tanto como educadora quanto como pessoa, desempenhou um papel crucial para os jovens que dependiam dela para obter conhecimento. Ela exerceu um trabalho não remunerado por um longo período e, mesmo depois de começar a receber pagamento, enfrentou longos meses de espera para receber seu salário. Esse trabalho foi especialmente significativo em um momento crítico da história do Brasil.

Em um dos trechos, a Senhora Dalvanira narra que ficou grávida e deu à luz durante o período da guerrilha. Ela explica que estava tudo organizado para que pudesse ter sua filha em Marabá, mas, devido ao conflito, tinha medo de sair de sua casa em Bacaba. Além disso, ela estava ocupada ministrando aulas e cuidava de vários alunos cujos pais haviam deixado sob seus cuidados.

[...] eu tava grávida, pari na época da guerrilha, eu fiquei tão assombrada que não tive coragem de deixar a casa pra ganhar neném em Marabá. Né, tinha tudo pra ir, minha cunhada morava lá e mandou me chamar, mas eu como eu dava aula e lá muitas pessoas moravam comigo, minha casa era tipo uma república, os pais que cuidavam da roça e no final de semana levava uma tapiquinha, uma coisa pra ajudar na despesa, enquanto não acabava esse movimento de guerrilha.³²

A Senhora Dalvanira narra que ela e a Senhora Sebastiana participaram de um curso voltado para a área pedagógica oferecido pelo governo em Tocantinópolis-PA. Na época, o conflito havia diminuído e alguns camponeses estavam retornando às suas terras de origem. Ao voltar de Tocantinópolis, decidiu mudar-se para Marabá, onde seu esposo construiu uma casa no bairro Santa Rosa, no município de Marabá.

Durante sua mudança, a Senhora Dalvanira levou alguns de seus alunos para estudarem no município de Marabá. Ela concluiu o “2º grau” com uma bolsa de estudos disponibilizada pela Secretaria de Educação. Ministrava aulas durante o período letivo e, durante o recesso de férias, ia estudar em Belém.

[...] eu tinha vontade de formar, eu tinha aquele anseio de conseguir os meus estudos, aí surgiu um estudo em Tocantinópolis. Eu fui fazer esse curso de 4 meses em Tocantinópolis, a classe multi guarda, para dar aula pra 4 séries ao mesmo tempo, eu e a Sebastiana fomos pra lá. [...] eu peguei e terminei esse curso e resolvi vim pra Marabá, como meu estudo era pouco, não dava de eu ficar dando aula, esse curso me ajudou muito. Aí a secretária de educação disse: “você vai fazer o 2º grau”. Aí meu marido arrancou a madeirinha da casa, fez lá na Santa Rosa, na periferia de Marabá, a casa, pra mim. [...] nós

³² Entrevista de pesquisa concedida por Dalvanira Rodrigues Oliveira, 2016.

íamos estudar lá em Belém durante as férias, eu trabalhava o período todinho e quando era férias, nós íamos pra lá, recesso dos professores em Belém.³³

Apesar das diversas atrocidades que enfrentou durante a guerrilha, a Senhora Dalvanira sempre enfatizou como continuou desempenhando seu papel de professora e avançando em seus próprios estudos durante o conflito. Como ela mesma cita: “Fiz o 2º grau em Belém, com muita dificuldade, deixando os filhos sozinhos para continuar minha carreira”³⁴.

Após um longo período de conflito, a Guerrilha do Araguaia chegou ao fim, e a família retornou para a terra. Com o passar do tempo, a Senhora Dalvanira e seu esposo estavam já com idade avançada e enfrentando problemas de saúde. Assim, ela explica.

Antes da guerrilha ela (a terra) era produtiva. Depois da guerrilha desmatou tudo, foi preciso sair. E quando a gente voltou, já tava com a idade avançada, muito doente, e não consegui mais fazer o que fazíamos, não conseguimos mais a fartura que tínhamos. A gente não evoluiu mais, tínhamos uma sobrevivência, não sabe.³⁵

Como foi possível observar, a Senhora Dalvanira desempenhou diversos papéis de destaque durante o contexto da guerrilha. Apesar das inúmeras experiências de dor e sofrimento vividas com sua família, ela continuou lutando e alcançando resultados importantes em sua vida, destacando-se como uma mulher forte para aqueles que a cercavam. Dessa forma, a Senhora Dalvanira se apresentou como uma protagonista, desenvolvendo resistências por meio de sua persistência, organização e solidariedade com o próximo.

Felizmente, embora a Senhora Dalvanira e sua família tenham ficado muito tempo longe da terra, não a perderam. No entanto, seus meios de produção foram destruídos; a casa e as roças foram queimadas, e a família passou por um longo período afastada de sua terra. Muitos camponeses tiveram experiências semelhantes às compartilhadas pela Senhora Dalvanira.

A partir desses apontamentos, finalizo com as narrativas da Senhora Edna Rodrigues de Souza, que, como mulher, vivenciou diversas barbaridades durante o conflito armado e desenvolveu múltiplas formas de protagonismo. A camponesa, carinhosamente apelidada de Diná, morava na região de Perdidos, que pertencia ao município de São Geraldo do Araguaia até 1997, ao qual atualmente pertence ao

³³ Entrevista de pesquisa concedida por Dalvanira Rodrigues Oliveira, 2016.

³⁴ Entrevista de pesquisa concedida por Dalvanira Rodrigues Oliveira, 2016.

³⁵ Entrevista de pesquisa concedida por Dalvanira Rodrigues Oliveira, 2016.

município de Piçarra, criado em 1995 e desmembrado de São Geraldo do Araguaia em 1997 (Tavares, 2008).

Durante o período de extermínio do movimento guerrilheiro, a Senhora Edna, tinha cerca de 17 anos e mantinha uma relação de amizade com dois importantes guerrilheiros: Dinalva Oliveira Teixeira (Dina), guerrilheira que havia se deslocado para a região Araguaia no início de 1970, e era subcomandante do destacamento C. Além de suas funções como militante, Dina atuava como professora e parteira, e administrava um comércio de vendas de bebidas, conhecido como Tabacaria da Dina (Costa, 2013). Outro amigo da Senhora Edna, Paulo Mendes Rodrigues, conhecido como Paulo, foi um dos primeiros militantes do PCdoB a chegar na região do Araguaia, por volta de 1960. Paulo possuía uma farmácia e foi um dos comandantes dos destacamentos A, B e C (Reis, 2021). Ambos os guerrilheiros, foram figuras importantes na luta contra a repressão militar.

A Senhora Edna, lembrando como os guerrilheiros salvaram sua vida e a de sua filha, ela relata:

[...] eu tava grávida, e aí eu fui ganhar menino, ia morrer de parto. Era o primeiro filho e tinha um negócio da gente ir pro hospital, aí eu conheci a Dina, o Paulo e aquele pessoal (militantes) através disso, da minha gravidez, eu tava mal. [...] aí ele, a mulher passou uns remédios pra mim, o Juca. Falar a verdade, eu amo a Deus e aquele homem, eu devo minha vida a Deus e ele, porque ele passou um remédio pra mim e eu escapei. E depois a Dina ia fazer o meu parto, mas ela foi fazer o da mulher, dona Francisca do Pedro Onça, foi no mesmo dia que eu ganhei. Deu infecção, queria morrer, ela foi e cuidou de mim. Através disso foi que eles (militares) me manjaram, porque eu fui pra casa da Dina e passei 5 dias, porque a menina deu infecção de ouvido e ela foi cuidar.³⁶

Os relatos destacam as relações interpessoais e a forte coesão entre os camponeses e as pessoas ao seu redor. Nas falas da Senhora Edna, observa-se que a ajuda recebida dos guerrilheiros, Dina e Paulo, estabeleceu um profundo elo de amizade. Esse vínculo se fortaleceu à medida que se apoiavam mutuamente.

Além disso, a Senhora Edna relatou a forma cruel como os militares das Forças Armadas coagiram e trataram os militantes e camponeses. Ela explicou que foi presa devido à sua amizade com os paulistas. Em seus discursos, expressou sempre grande admiração pelos guerrilheiros, especialmente por Dina, Paulo e Juca. A Senhora Edna também esclareceu que ficava em dúvida sobre a índole do exército, que espalhava a notícia de que os militantes eram “terroristas” e que iriam implantar o terror.

[...] até hoje pra mim foi injusto porque eu fui presa, desde 71 que eu fiquei manchada porque eu gostava muito do pessoal lá, dos comunistas, que a gente

³⁶ Entrevista de pesquisa concedida por Edna Rodrigues de Souza.

falava que eles eram os paulistas né. Aí eu não posso negar, nunca neguei até hoje que eu era amiga da Dina, e considero muitos outros, Paulo, Antônio e tudo, e por isso a gente ficou manjado. [...] Por que pegaram eles e aí foi dizer que a gente era companheiro que pertencia a eles e eu digo: “Não! Era só amizade”. [...] Sendo que eu não sabia quem eles eram e até hoje tenho dúvidas que não era. Para mim, era muito gente boa, por isso eu acho que eu fui presa por esse motivo.³⁷

A Senhora Edna e seu esposo tiveram seus direitos sistematicamente violados; foram perseguidos, presos e sofreram torturas físicas e psicológicas simplesmente por manterem um vínculo de amizade com os guerrilheiros. Devido a essa aproximação, foram acusados de serem colaboradores do movimento guerrilheiro. As lembranças evocadas pela Senhora Edna revelam traumas decorrentes dos eventos vivenciados durante a guerrilha, que por muito tempo foram marginalizados e silenciados. A prisão da Senhora Edna ocorreu em 1976, mas ela relata que já estava sendo perseguida e abusada desde 1971.

E aí em 76, eu fui pega de verdade, que eles foram de novo, foi polícia muito dando tiro aí disse: “agora você não escapa agora você vai”, e ainda disse assim: “vocês são resto dos terroristas mal acostumado que ficou aqui” e ainda disseram: “agora você vai e não vai voltar mais não dar mais intrusão aos outro”.³⁸

As narrativas da Senhora Edna revelam o sofrimento causado por inúmeras perdas e as formas cruéis às quais foi submetida. Sua memória expressa as perseguições enfrentadas que se estenderam por anos, atingindo sua dignidade e privando-a dos direitos de ir e vir. Ela passou por torturas indescritíveis, incluindo agressões físicas e verbais, choques elétricos e abuso sexual, sofrendo três vezes nas mãos de militares. Além disso, os inúmeros abusos sexuais sofridos pela Senhora Dalvanira também lhe causaram imensa dor, sofrimento e indignação. A memória veiculada pela Senhora Edna transmite o terror de estar envolvida em uma luta que desconhecia.

Foi uma pessoa, depois mais uma e depois mais outro assim [...] foi de espaço, não foi no mesmo dia não. Na primeira hora que eu fui chegando lá da Fazenda na Santa Luzia da casa da minha irmã, foi a primeira hora. Agora eu não sei se aquilo todo mundo era fardado, uns diz que era polícia, mas eu acredito que um cara que trabalha com o governo, um agente do governo não poderia pegar uma pessoa sem nem conhecer e fazer aquilo, estuprar uma mulher e mais outras também, que até hoje tem medo, é para fazer um tipo de coisa eu acho que muitos deles usava a farda dizendo que era polícia, eu não acredito que era.³⁹

³⁷ Entrevista de pesquisa concedida por Edna Rodrigues de Souza.

³⁸ Entrevista de pesquisa concedida por Edna Rodrigues de Souza.

³⁹ Entrevista de pesquisa concedida por Edna Rodrigues de Souza.

A Senhora Edna relatou que, após os abusos sexuais, seu esposo ficou “desgostoso” e rapidamente se separaram, embora ele soubesse que a culpa não era dela. No entanto, como era comum, mesmo sendo vítima, e apesar de outras camponesas terem passado pela mesma situação, os moradores da região a culpavam. Como a Senhora Edna mesma relata:

[...] ele sempre ficou de pé atrás comigo, eu tive mais esse filho que eu tenho mais ele não gostava mais de mim não, porque ele sabia da situação que aconteceu comigo, ele sabia que eu não era culpada não foi culpa minha, não foi porque eu quis, então ele é bem caladão, não disse nada mas eu percebi de quer que ia fazer. [...] o povo falava muito de mim, “ela ta doida ela é rapariga das polícias” e tudo, achava que era porque eu queria, porque eu quis, eu fui eu tava fazendo uma coisa assim fora, eu tive uma relação com ele assim dia 28 dia 27 de outubro. Eu fiquei grávida, aí ele ficou com dúvida e eu também não sabia, teve isso tudo aconteceu isso tudo aí, ele disse “que eu tinha menino que a menina que eu tinha não era filha dele”, pois pode ser de quem for eu não vou jogar a menina eu vou criar, criei!.⁴⁰

Para piorar a situação, devido aos acontecimentos da guerrilha, a filha da Senhora Edna estava sem paradeiro certo na data da entrevista, como ela lamenta:

[...] ela hoje está sumida aí no mundo, a menina ficou com trauma de tanto tiro que o povo dava, ela ficou assim negoçada, está como 10 anos que eu não sei notícia dela se está viva ou morta.⁴¹

Entretanto, mesmo na condição de perseguida, ameaçada e presa, a Senhora Edna se opôs a esses acontecimentos e resistiu de todas as formas possíveis durante o conflito. A memória subterrânea que ela expressa contradiz a memória oficial, que foi promovida por anos como a correta e salvadora da pátria. Em seus relatos, ela menciona repetidamente que resistiu às violências que vivenciava, não se deixando intimidar e enfrentando seus agressores.

[...] e eu era respondona, e eu digo ele não dava mal instrução dava boa instrução, “ele dizia qual era o direito da gente, nunca matou nunca bateu e nunca fez nada com ninguém de maldade como vocês tão fazendo, batendo e estuprando e pintando e bordando, mas Deus vai resolver essa parada”. Quando eles dizia assim: “eu vou fazer assim contigo”, que eles falavam, “eu digo, faça, mas faça com a puta que pariu você, não vai fazer só se me matar mas viva não faz”, podia fazer mas eu estava respondendo, acabou o medo o medo era tão grande naquela hora que pegou a primeira vez.⁴²

Com esses apontamentos, compreendemos a presença de uma multiplicidade de protagonismos femininos, tanto na Senhora Dalvanira quanto na Senhora Edna. Apesar

⁴⁰ Entrevista de pesquisa concedida por Edna Rodrigues de Souza.

⁴¹ Entrevista de pesquisa concedida por Edna Rodrigues de Souza.

⁴² Entrevista de pesquisa concedida por Edna Rodrigues de Souza.

dos problemas que enfrentaram, ambas desempenharam diversos papéis de força e desenvolveram suas próprias formas de resistência. Não se deixaram silenciar e apresentaram suas memórias como uma forma de enfrentar e contrapor seus opressores.

Antes do confronto armado, os camponeses expressavam seus modos de vida tradicionais, enfrentando suas próprias lutas para sobreviver no território, mas nada comparado ao que enfrentaram durante a guerrilha. A memória camponesa carrega lembranças traumatizantes, bem como memórias proibidas, vergonhosas ou até “comprometedoras” decorrentes das atrocidades cometidas pelos militares (Reis, 2021). Embora ainda persista um esforço para silenciar o passado, a memória campesina, com o apoio dos estudos atuais, continua a construir formas de resistência e fortalecer a luta para permanecer na terra em um território predominantemente conflituoso. Conforme observado por Reis (2021), o campesinato revela a dimensão política da memória coletiva, na qual são expressos e afirmados os valores e ideais de uma classe tão resistente e desqualificada pelo Estado.

De acordo com Reis (2021), os camponeses relembram as operações desenvolvidas pelas forças armadas e a convivência que tiveram com os guerrilheiros na região. Eles reafirmam e expressam valores que caracterizam o campesinato, como práticas de ajuda mútua, sociabilidade, valorização da terra e do território como meios de sobrevivência e produção, e a importância do trabalho familiar.

Dessa maneira, a memória coletiva do campesinato, embora marginalizada pelo Estado e de caráter traumatizante para os camponeses, se apresenta como um importante instrumento de luta nos dias atuais. Ela não apenas representa a resistência campesina contra a violência praticada pelo Estado e pelos latifundiários, mas também se contrapõe à narrativa oficial da guerrilha do Araguaia, imposta pelo Governo Ditatorial Militar. Ressalta-se que, atualmente, continuam as lutas pelo reconhecimento dos direitos históricos e territoriais dos camponeses envolvidos na guerrilha do Araguaia.

CONCLUSÃO

A análise da Guerrilha do Araguaia e sua influência no Sudeste do Pará revelou uma complexa relação entre território, memória e identidade camponesa. O conflito armado, que ocorreu entre 1972 e 1974, não apenas moldou geograficamente a região, mas também impactou profundamente a vida dos camponeses, suas territorialidades e suas comunidades. A guerrilha acarretou diversas mudanças na dinâmica territorial, transformando vastas áreas de terra anteriormente utilizadas para a produção de autoconsumo pelos camponeses e outros sujeitos, em zonas de repressão militar e controle estatal. Nesse cenário, como vimos, as ações das Forças Armadas resultaram na destruição de propriedades, no deslocamento forçado de famílias e na conversão de terras em bases de organização da guerra contra a Guerrilha e em áreas de exploração econômica, principalmente ligadas a grandes empreendimentos que foram impulsionados pela colonização dirigida na região. A partir disso, essa reconfiguração territorial não apenas alterou o uso da terra, mas também desarticulou as redes sociais e culturais que sustentavam a territorialidade camponesa, criando um legado de trauma e resistência ainda presentes nos dias atuais.

Inicialmente, vimos que a influência das forças que atuaram na Guerrilha afetou a dinâmica territorial da região, o que se tornou evidente, visto que a militarização e as estratégias de desenvolvimento impostas pelo governo, após o fim do conflito, aceleraram a mudança da região, substituindo pequenas plantações por grandes áreas de pastagem e promovendo a expansão agropecuária. Esse processo, se deu, principalmente, nos municípios de Xambioá, São Geraldo do Araguaia e Marabá, impulsionada por políticas de incentivo ao agronegócio. Esses fatores resultaram na conversão de vastas áreas de floresta e pequenas propriedades em grandes fazendas.

Esses processos deixaram marcas profundas na memória coletiva e nas identidades dos camponeses que viveram na região de conflito. Como pudemos testemunhar, as narrativas da Senhora Neusa Vieira, do Senhor Adailton Vieira, do Senhor José Veloso, do Senhor Adão Araújo, da Senhora Dalvanira Oliveira e da Senhora Edna Rodrigues evidenciaram os impactos sofridos em razão do conflito. Essas memórias refletem nos dias de hoje as diversas violações dos direitos humanos que esses camponeses enfrentaram, sendo inseridos em processos que desconheciam e utilizados de forma estratégica. Seus modos de vida foram apropriados tanto pelos guerrilheiros, que se beneficiaram dos conhecimentos, práticas e saberes, quanto pelas Forças Armadas,

que, além de cometer diversas atrocidades, como prisões, agressões físicas e psicológicas, também utilizaram os camponeses na caça e extermínio aos militantes do PCdoB, aproveitando-se de seu conhecimento sobre a região do Araguaia. Os camponeses possuíam um extenso conhecimento da densa floresta amazônica e suas particularidades, saber este que se tornou um recurso central para ambos os lados do conflito, intensificando as marcas deixadas por essa disputa (Reis, 2021).

A resistência armada, embora tenha sido severamente reprimida, gerou uma série de narrativas e memórias que continuam a impactar a compreensão da história. Essa memória do campesinato sobre a guerrilha apresenta diversos significados e marcaram decisivamente as territorialidades de mulheres e homens que integraram o campesinato da região do Araguaia. A memória desses processos, ainda que traumáticas, ainda servem como uma forma de evitar a repetição de crimes como esses contra os direitos humanos, por isso elas são também memórias de resistências. Preservar a memória do conflito é fundamental para compreender como esses eventos moldaram a consciência política de nossa época sobre aqueles eventos, além de ser tarefa essencial para o fortalecimento e posicionamento dos movimentos sociais.

Desse modo, a territorialidade camponesa se tornou um elemento central na construção da memória relacionada à Guerrilha do Araguaia, uma vez que os saberes, práticas e modos tradicionais dos camponeses foram profundamente afetados tanto pelos militares quanto pelos guerrilheiros. Essa territorialidade está intrinsecamente ligada à relação que os camponeses possuem com a terra, onde desenvolvem seus saberes, crenças e culturas... e com o conhecimento de si mesmos.

A expropriação dos saberes camponeses, resultado da expropriação da terra, ocorreu de diversas formas. No caso dos militantes, houve uma tentativa de construir e manter um elo de amizade com os camponeses, buscando extrair conhecimento sobre suas vivências, especialmente no que diz respeito à adaptação na floresta e na construção de relações de cooperação, como técnicas de cultivo, pesca e outros elementos essenciais para a sobrevivência. Essa interação visava não apenas a troca de saberes, mas também a construção de uma base de apoio local. Por outro lado, os militares das Forças Armadas, apesar de utilizarem força brutal contra os militantes e camponeses, também procuraram se adaptar à região do Sudeste Paraense – fazendo uso dos saberes dos camponeses e capturando suas “lealdades”. Em um esforço para estabelecer laços, por um curto período de tempo, tentaram construir elos de “amizade” com os camponeses, usando estrategicamente seu conhecimento local. Destaca-se, que uma das principais táticas

empregadas foi a utilização dos camponeses como guias, uma vez que eles detinham um vasto conhecimento sobre a geografia e os recursos da região.

As narrativas aqui estudadas revelam o profundo impacto da Guerrilha do Araguaia sobre os camponeses, cujas memórias expõem a gravidade das consequências do conflito. As lembranças de Neusa Vieira e seus filhos, em particular, ilustram que, após serem expulsos de suas terras pelas Forças Armadas sob a justificativa de uma suposta preparação para a “guerra”, não conseguiram retornar. Isso ocorreu porque, quando o conflito chegou ao fim e a família tentou recuperar suas terras, estas já haviam sido destinadas a outras pessoas pelo INCRA.

Assim como outros camponeses, as narrativas do Senhor Adão Araújo evidenciam as formas brutais de repressão enfrentadas durante a Guerrilha do Araguaia. Embora ele e sua família tenham sido presos sob a acusação de fornecer comida aos militantes, conseguiram manter suas terras após o conflito. Por outro lado, a história de Dalvanira reflete a força sistemática empregada pelos militares para expulsar camponeses. Em seus relatos, ela conta que foi expulsa junto com seu esposo devido ao conflito. Durante o longo período da guerrilha, seu marido visitava a terra em segredo, mas, com o aumento da vigilância militar, foi obrigado a interromper essas visitas. No entanto, após o fim da guerrilha, a família pôde permanecer em sua terra.

Um contexto semelhante de injustiça se repete na história de Edna, que sofreu uma longa perseguição militar por ser erroneamente associada a Dinalva (Dina), uma guerrilheira. Edna enfrentou diversas atrocidades que lhe causaram grandes perdas. Embora sua família tenha conseguido manter a terra após o fim da guerrilha, o medo de um novo confronto armado os levou a vender a propriedade.

Dessa forma, o processo de desterritorialização e a subsequente reterritorialização (traumática e de resistência) resultaram em uma realidade onde as memórias de resistência se entrelaçam com as reivindicações por justiça social nas lutas atuais dos camponeses. A análise das narrativas revela diversas formas de resistência, sendo uma das principais a luta pela posse e permanência na terra (Reis, 2021). Muitos camponeses, após serem expulsos, retornaram em busca de viver seus modos de vida tradicionais. Além disso, o ato de compartilhar seus relatos, mesmo diante das barbaridades sofridas e do receio de que isso se repita, transforma essas memórias em poderosas formas de resistências.

Nesse sentido, a memória dos camponeses desafia as narrativas dominantes e oficiais que frequentemente marginalizam ou ignoram suas histórias. Ao compartilhar

suas experiências, eles apresentam uma perspectiva alternativa que ressalta lutas e resistências que raramente são reconhecidas ou valorizadas.

A luta armada e a repressão militar não só influenciaram a trajetória política do Brasil, como também deixaram marcas profundas nas práticas sociais e nas relações comunitárias. Os inúmeros mortos, o deslocamento forçado e os traumas psicológicos são apenas algumas das consequências enfrentadas pelos camponeses, que ainda lutam para superar o impacto da violência e da repressão. Nesse contexto, as narrativas de resistência, transmitidas por relatos orais e iniciativas contínuas de movimentos sociais e organizações, desempenham um papel fundamental na construção de uma identidade coletiva e na preservação da memória histórica de grupos marginalizados. As experiências dos camponeses, compartilhadas de forma oral, promovem a conscientização da sociedade sobre os direitos territoriais, que foram violados de maneira coercitiva e criminosa.

Além disso, os movimentos sociais e organizações têm sido cruciais na luta para expor esses crimes, posicionando-se contra os opressores, mesmo diante de situações de opressão. Assim, as narrativas de resistência não apenas preservam a memória e a identidade dos camponeses, mas também fortalecem a luta por justiça e direitos, contribuindo para a construção de uma narrativa de luta e sobrevivência.

Com efeito, a territorialidade camponesa, marcada pela relação profunda com a terra e pela riqueza de saberes locais, se torna-se um “trunfo do poder”, como diria Claude Raffetin (1993), um elemento crucial na compreensão na construção da(s) memória(s) da Guerrilha do Araguaia, moldadas por experiências de resistência e adaptação, refletindo a complexidade das interações entre camponeses, guerrilheiros e militares. Manter viva a memória dos sujeitos fortemente afetados pelo conflito desafia a versão oficial contemporânea, que por décadas tentou silenciar os vestígios e crimes cometidos durante esse período.

Por fim, o protagonismo feminino retratado nas narrativas das camponesas Dalvanira e Edna, ressaltam o papel fundamental das mulheres na luta pela sobrevivência e na construção de uma nova narrativa que reconheça suas ações e vivências. Ao assumirem posições de protagonistas e defensoras de seus direitos e de suas comunidades, essas mulheres enfrentaram a exclusão histórica que frequentemente as excluiu das histórias sobre a Guerrilha do Araguaia.

Por tudo isso, os esforços para preservar a memória do conflito, através de documentários, pesquisas acadêmicas e políticas de justiça, são fundamentais para

reconhecer a verdade sobre o que ocorreu e para buscar reparação e justiça para as vítimas e seus familiares. A atuação da Comissão Nacional da Verdade e de outras iniciativas, desempenham um papel crucial na construção de uma narrativa mais completa sobre o confronto armado. Além disso, a memória do campesinato serve como um ato contínuo de resistência e preservação da identidade cultural. Essas memórias não apenas documentam a luta e as atrocidades sofridas, mas também reafirmam a importância da justiça social e dos direitos humanos.

Portanto, ao resgatar e dar importância à memória dos camponeses, não só conseguimos entender as injustiças do passado, mas também encontramos inspiração para as lutas atuais por reconhecimento dos direitos territoriais. A resistência do campesinato baseada em relações sociais, conhecimentos tradicionais e um profundo vínculo com a terra, continua a ser uma força essencial na busca por justiça e dignidade, uma vez que se apresenta como um importante instrumento de luta nos dias atuais. A memória do campesinato não apenas representa a resistência camponesa contra a violência praticada pelo Estado e pelos latifundiários, mas também se contrapõe à narrativa oficial da guerrilha do Araguaia.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **Ouvir contar**: Textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALMEIDA, C. R. S. **O governo João Goulart nas páginas da Folha de S. Paulo**. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2018, p. 189.

ALMEIDA, R. H. **Territorialização do campesinato no Sudeste do Pará**. 2006. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém, 2006, p. 171.

ARROYO, A. **Relatório sobre a luta no Araguaia**: Guerrilha do Araguaia 1972–1982. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1982.

ARQUIVO NACIONAL. BR_DFANBSB_VAY_0042_d. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em: 15 out. 2023.

BENGIO, F.; AQUIME, R; FARIAS, F. J. Território e memória coletiva na Amazônia paraense. Gavagai - Revista Interdisciplinar de Humanidades, v. 10, n. 1, p. 82-97, out. 2023.

BERND, Z.; GRAEBIN, C. M. G. (Org). **Memória social**: Revisitando autores e conceitos. Canoas: Editora UnilaSalle, 2018.

BORDO, A. A; DA SILVA, C. H. P; NUNES, M; BARBOSA, T; MIRALHA, W. **As diferentes abordagens do conceito de território**. São Paulo: FCT/UNESP, 2004.

Bosi, A. Narrativa e Resistência. **Estudos Avançados**, vol. 9, no. 23, 1995, pp. 309-322. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: Lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRAGA, R. M. Território, rede e multiterritorialidade: Uma abordagem conceitual a partir das corporações. *Geografias*, v. 6, n. 2, p. 26-36, jul./dez. 2010.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Revista Relatório*, volume I, 2014, p. 687.

CALDAS, R. **Guerrilha do Araguaia**: A resistência dos camponeses e o conflito militar. São Paulo: Editora XYZ, 2000.

CAMPOS FILHO, R. P. **Araguaia**: Depois da guerrilha, uma outra guerra. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais da UFG. Goiânia, 2013, p. 299.

CAMPOS FILHO, R. P. **Guerrilha do Araguaia**: A esquerda em armas. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012.

CARVALHO, L. M. **O coronel rompe o silêncio**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Gomes Lund e outros ("Guerrilha do Araguaia") vs. Brasil**: Sentença de 24 de novembro de 2010 (Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas). San José, Costa Rica: Corte Interamericana de Direitos Humanos, 2010.

COSTA, C. B. Memória autobiográfica: um relato sensível da vida do outro. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, v. 10, n. 1, p. 1-17, jan./jun. 2013.

COSTA, J. F. **Ordem médica e Norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

D'ARAÚJO, M. C; SOARES, G. A. D; CASTRO, C. (Orgs.). **Visões do golpe: A memória militar de 1964**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

FABRINI, J. E. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. In: PAULINHO, E. T; FABRINI, J. E. (Org). **Campesinato e territórios em disputa** (Coleção geografia em movimento). São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 69.

FERENCZI, S. Confusão de língua entre os adultos e a criança. In: FERENCZI, S. Sándor. **Obras completas, Psicanálise IV**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FERREIRA, J; DELGADO, L. A. N. (Org.). **O Partido Comunista no Brasil: 90 anos de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

FLÁVIO, L. C. A geografia e os “territórios de memória” (As representações de memória do território). *Revista Faz Ciência*, v. 15, n. 21, p. 123-142, jan./jun. 2013.

FOLHES, R; CANTO, O; LÉNA, P; BASTOS, R. Z. **Conflitos fundiários e reforma agrária na Amazônia: Experiência do PDS Esperança no município de Anapu**. Paris: Passages de Paris, 2016, p. 304-318.

FONTELES FILHO, P. **A primeira caravana ao Araguaia** – Parte I. 2011. Disponível em: [em: <http://paulofontelesfilho.blogspot.com/2011/02/primeira-caravana-ao-araguaia.html>](http://paulofontelesfilho.blogspot.com/2011/02/primeira-caravana-ao-araguaia.html). Acesso em: 28 out. 2023.

FREIRE, M. M. L. **Mulheres, mães e médicos: Discurso maternalista no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

FUINI, L. L. Território e geografia no Brasil: Uma revisão bibliográfica. *Revista Formação*, n. 21, v. 1, p. 3-20, 2014.

GASPARI, E. **A ditadura escancarada: As ilusões armadas**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014, p. 58–59.

GODOY, G. C. **A situação dos Uigures na China: O papel do Partido Comunista Chinês e as ações de Xi Jinping**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2023.

GUIMARÃES, J. F. S.; REZENDE, C. V.; BRITO, A. M. P. **O conceito de memória na obra “Matéria e Memória”, de Henri Bergson**. Sergipe: UFS, 2012.

HAESBAERT, R. *Da desterritorialização à multiterritorialidade*. Boletim Gaúcho de Geografia, vol. 29, p. 11-24, jan-jun. 2003. **Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Porto Alegre**. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38739/26249>>. Acesso em: 15 agos. 2024.

HAESBAERT, R.; GLAUCO BRUCE, R. A Desterritorialização na Obra de Deleuze e Guattari. *GEOgraphia*, v. 4, n. 7, p. 7-22, set. 2002.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização e as “regiões-rede”. **Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geógrafos**. Curitiba: AGB, 1994, p. 206-214.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. *GeoGraphia*, Niterói, v. 9, n. 17, p. 19-45, 2007.

HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

IBGE. **Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro. 1990. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=22269>>. Acesso em: 19 out. 2023.

IBGE. **Malha Municipal**. 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html?edição=30138&t=acesso-ao-produto>>. Acesso em: 19 out. 2023.

INCRA. **Na luta pela Reforma Agrária: INCRA 45 anos**. Brasília: MDA/INCRA, 2015.

LUIZ, J. M. **Lutas pela autonomia, sonhos de revolução: uma história da participação negra na Guerrilha do Araguaia (1972-1974)**. 2023. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

LUIZ, J. M. **Memórias da Ditadura na Amazônia Oriental: experiências de mulheres e homens negros em tempos de guerrilha**. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISTÓRIA ORAL, São Paulo, 2018.

LYRIO, M. C. **A ascensão da China como potência: Fundamentos políticos internos**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2010.

MARACAJÁ, M. S. L. **Território e Memória: A construção da territorialidade étnica da Comunidade quilombola Grilo, Paraíba**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2013.

- MARTINS, J. S. **Expropriação e violência**: A questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.
- MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5ª edição, Petrópolis: Vozes, 1995.
- MARTINS FILHO, J. R. Tortura e ideologia: Os militares brasileiros e a doutrina da guerre révolutionnaire (1959–1974). In: SANTOS, C. M.; TELLES, E.; TELLES, J. de A. (Orgs.). **Desarquivando a ditadura**: Memória e justiça no Brasil. Volume I. São Paulo: Hicitec, 2009.
- MECHI, P. Camponeses do Araguaia: Da guerrilha contra a ditadura civil-militar à luta contemporânea pela terra. Projeto História, São Paulo, n. 46, pp. 167-195, abr. 2013.
- MICHELOTTI, F; RIBEIRO, B. F; FLORÊNCIO, S. R. A re-existência camponesa na construção do território do sudeste paraense (1995-2004). In: **III Simpósio Nacional de Geografia Agrária & II Simpósio Internacional de Geografia Agrária (Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira)**. Anais. Presidente Prudente, 2005.
- MONTEIRO, C. S. **Educação e resistência camponesa**: Os sentidos da educação na luta pela terra no Sudeste Paraense. 2015. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável). Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.
- MOURA, C. **Diário da Guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979, p. 18.
- MORAIS, T; SILVA, E. **Operação Araguaia**: Os arquivos secretos da guerrilha. São Paulo: Geração Editorial, 2005.
- NAPOLITANO, M. **1964**: História do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.
- NASCIMENTO, D. M. **A Guerrilha do Araguaia**: Paulistas e militares na Amazônia. 2000. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Universidade Federal do Pará. Belém, 2000.
- NASCIMENTO, E. C. S; MUNDOCO, R. O; SANTOS, V. G. Guerrilha do Araguaia: Resquícios do movimento no século XXI. In: **II Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social**: Desafios contemporâneos, Londrina, 2017.
- NASCIMENTO, M. S. **O Partido Comunista Brasileiro e o governo de João Goulart (1961-1964)**. 2016. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Niterói, 2016.
- NETO, J. B. Sobre memória, identidade e territorialidade: reflexões a partir da geografia. *Geografia: Ensino & Pesquisa*, Santa Maria, v. 25, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2236499445258>. Acesso em: 22 de set. 2024.
- OLIVEIRA, A. U. de. Agricultura brasileira: Transformações recentes. In: ROSS, J. L. S. (org). *Geografia do Brasil*. 5ª ed. São Paulo: EDUSP, 2005, p. 465-534.

PASSOS, D. S; BENATTI, G. S. Desenvolvimento e territórios indígenas na Amazônia brasileira no período ditatorial. Revista NERA, v. 23, n. 54. Presidente Prudente, 2020, p. 212-232.

PEIXOTO, R. C. D. Memória social da guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 6, n. 3, p. 479–499, set.–dez. 2011.

PEREIRA, A. R. **Do posseiro ao sem-terra: A luta pela terra no sul e sudeste do Pará.** Recife: Editora UFPE, 2015.

PERES, M. Z. Maurice Halbwachs e a memória coletiva e individual. Revista Missioneira, 23(2), 2021. p. 71-78.

PERROT, M. **Os excluídos da história.** Tradução de Denise Bottmann. 2ª ed. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1988, p. 186.

PETTA, R. L. **A Memória dos moradores do Araguaia sobre “Osvaldão”:** Liderança, luta e resistência. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. Revista de estudos históricos, Vol. 2, n. 3, Rio de Janeiro, 1989.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RAGO, M. Epistemologia Feminista: Gênero e História. In: PEDRO, J. M.; SCHIEBINGER, L. **Feminismo mudou a ciência?** Bauru-SP: EDUSC, 1998.

REIS, N. F. I. Cartografia de Memórias e Guerrilha na Região do Araguaia: Territorialidades e Campesinato na Amazônia Oriental. **SINGA.** Rio Grande do Sul, 2017.

REIS, N. F. I. **Cartografia de memórias:** Guerrilha do Araguaia, campesinato e questão agrária no sudeste do Pará - Amazônia Oriental. 2021. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2021.

REIS, N. F. I. Cartografia de memórias e guerrilha na região do Araguaia: Territorialidades e campesinato na Amazônia Oriental. In: VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2017, Curitiba, PR. **Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária SINGA 2017:** Geografia das redes de mobilização social na América Latina, resistência e rebeldia desde baixo nos territórios de vida, 2017. v. 1. p. 1-16.

REIS, N. F. I. **Memória social e Guerrilha do Araguaia.** 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2013.

RESENDE, M. J. **A Ditadura Militar no Brasil**: Repressão e pretensão de legitimidade (1964–1985). Londrina: UEL, 2001.

RIDENTI, M. As oposições à ditadura: Resistência e integração. In: MOTTA, R. S; REIS, D; RIDENTI, M; (org.). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

ROSA, J. C. **A Guerrilha do Araguaia**: Uma História de Repressão e Resistência. São Paulo: Editora XYZ, 2004.

ROSAS, F. Seis teses sobre memória e hegemonia, ou o retorno da política. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Londrina, v. 1, n. 1, p. 84-87, 2009.

SÁ, M. R. **A Ditadura Militar e o campo**: Repressão e Resistência nas Áreas Rurais. Rio de Janeiro: Editora ABC, 2007.

SACK, D. R. O significado de territorialidade. In: DIAS, L. C; FERRARI, M. (Orgs.). **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Editora Insular, 2. ed. v, p. 63-89, 2013.

SADER, R. Lutas e imaginário camponês. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 115-125, jun. 1990.

SALES, J. R. PC do B conta a sua história: Tradição, memória e identidade política. *Diálogos*, v. 6, n. 1, p. 155-171, jun. 2017.

SALES, J. R. A Revolução Cubana e o debate do movimento comunista internacional nos anos 1960: Europa e América Latina. *Diálogos*, v. 15, n. 1, p. 91-109, 2011.

SANTOS, R. **A economia do estado do Pará** (Relatório de Pesquisa, n. 10). Belém: IDESP, 1978.

SANTOS, A. F. M; FERREIRA, E; CORRÊA, G. V; SILVA, O. O; SILVA, R. O; SOARES, A. E. Memória coletiva e espaço em Maurice Halbwachs: Uma interdisciplinaridade com a geografia humanista cultural. *Revista Brasileira de Geografia*, São José dos Pinhais, v. 16, n. 8, p. 9442-9458, 2023.

SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e Territorialidades**: Teorias, Processos e Conflitos. 1.^a ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

SCHESTATSKY, R; SILVA, M. L. **A Guerrilha do Araguaia e as memórias dos camponeses**: Violência e Repressão. Brasília: Editora ABC, 2003.

SILVA, M. A. **Os escritores da guerrilha urbana**: Literatura de testemunho, ambivalência e transição política (1977-1984). São Paulo: Annablume; FAPESP, 2008.

SILVA, E. M. O Estado democrático de direito. *Revista de Informação Legislativa*, v. 42, n. 167, p. 213-230, jul.-set. 2005.

SOARES JUNIOR, A. Q; SANTOS, M. A. dos. A territorialidade e o território na obra de Robert David Sack. *Geografia (Londrina)*, v. 27, n. 1, p. 07–25, abr. 2018.

SOUSA, R. C. Guerrilha do Araguaia: Violência, Memória e Reparação. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, v. 66, pp. 178-219, set.-dez. 2019. DOI: 10.23925/2176-2767.2019v66p178-219. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/43200>. Acesso em: 5 set. 2024.

SOUZA, M. L. **O território**: Sobre espaço e poder. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

STUDART, H. **A Lei da Selva**: Estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia. São Paulo: Geração Editorial, 2009.

TAVARES, M. G. C. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. *Revista ACTA Geográfica*, v. II, n. 3, p. 59-83, jan./jun. 2008. DOI: 10.5654/actageo2008.0103.0005.

TEIXEIRA, T. R. A. O conceito de território como categoria de análise. **Anais do XVI Encontro dos Geógrafos**. Porto Alegre: ENG, 2010.

TELLES, E.; TELLES, J. de A. (Orgs.). **Desarquivando a ditadura**: Memória e justiça no Brasil, volume I. São Paulo: Hicitec, 2009, p.182.

TEMER, A. C. P; LIMA, F. R. A Mulher e Seus Diferentes Papéis na Sociedade Moderna e no Telejornalismo Goianiense. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (INTERCOM)**, 2014, Foz de Iguaçu/PR, 2014, p. 4.

VIANA, N. Memória e Movimentos Sociais. **Teoria dos Movimentos Sociais**, v. 04, n. 06, jan./jun. 2019, pp. 79-113.

VIANA, N. **Memória e Sociedade**: A luta em torno da rememoração. Goiânia/GO: Edições Enfrentamento, 2020.

WEBER, R.; PEREIRA, E. M. Halbwachs e a memória: Contribuições à história cultural. *Revista Territórios e Fronteiras*, v. 3, n. 1, p. 7-28, jan./jun. 2010.

ANEXOS

ANEXO A - Roteiro de entrevista com camponeses

1. Qual é o seu nome? _____
2. Idade: _____
3. Local de nascimento: _____
4. Estado civil: _____
5. Qual foi o ano e motivação da migração?

6. Quais os desafios e dificuldades enfrentadas ao chegar na região?

7. Já morava na região? Se sim, há quantos anos?

8. Tinha conhecimentos sobre a motivação do movimento?

9. Como foi o envolvimento na Guerrilha? O que conhece sobre a Guerrilha?

10. Tinha terra? Se sim, o que aconteceu com a terra?

11. Esteve em contato com os militantes do PCdoB?

12. Tinha conhecimento sobre os objetivos dos militantes do PCdoB? Se sim, poderia falar um pouco sobre?

13. Tinha conhecimento sobre os objetivos dos militares das Forças Armadas? Se sim, poderia falar um pouco sobre?

14. Em relação à terra, você foi obrigado a sair? Caso sim, quais lugares você e seus familiares foram obrigados a percorrer? Em que condições você e seus familiares estiveram?

15. Nos dias atuais, o que pensa sobre os processos ocorridos na Guerrilha? Como caracteriza as atitudes dos militantes do PCdoB e dos militares das Forças Armadas?

16. O que mais ficou marcado na sua memória em relação a guerrilha do Araguaia?

Local: _____ . Data da entrevista: ____ / ____ / ____